

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

EDER RIBEIRO BORBA

**ORGANIZAÇÃO DE CLASSE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2016

EDER RIBEIRO BORBA

**ORGANIZAÇÃO DE CLASSE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson
Fabrini

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2016

EDER RIBEIRO BORBA

**ORGANIZAÇÃO DE CLASSE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

Dissertação aprovada para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aprovado em: 03/06/2016.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini – (Unioeste)

Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva – Membro (UFPR)

Prof. Dr. Djoni Roos – Membro (Unioeste)

Prof. Dr. José Alfonso Klein – Membro (Unioeste)

Dedico este trabalho a toda minha família, aos presentes, aos ausentes, aos aqui em vida e aos que já partiram, aos que sempre me apoiaram na continuidade dos meus estudos e não tiveram as mesmas oportunidades para chegar ao título de mestre. Dedico de forma especial, aos meus pais, Manoel e Eloirdes, pelos valores repassados, fundamentais na caminhada dessa vida.

AGRADECIMENTOS

À minha família, base de sustentação e equilíbrio na vida, que me ensinaram valores e a ter fé na força divina. Meu pai Manoel, minha mãe Eloirdes e meu irmão Márcio.

Ao professor João Edmilson Fabrini, pela sua orientação durante a construção desta pesquisa, aos professores da banca de defesa da dissertação José Alfonso Klein, Osvaldo H. da Silva e Djoni Roos, aos demais professores e equipe que integram o PPGDRS.

As pessoas próximas que deram apoio do começo ao fim, em especial, a Franciele Gervasoni pela indicação deste curso, a Aline Nandi, Fernanda Luiza Algeri, Olivo Dambrós, Delila Coelho, Everton N. de Oliveira e Viviane Dessordi, pelas dicas e incentivos durante as várias etapas que compõem o mestrado.

Aos amigos de viagens, Leomar Rippel e Marilete Chiarelotto, idas e vindas do Sudoeste ao Oeste do Paraná, durante a participação nas aulas.

Aos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão que não mediram esforços para contribuir com esta pesquisa, tanto no fornecimento de arquivos, como ao ceder as entrevistas, estendendo o agradecimento aos agricultores que permitiram ser entrevistados. Da mesma forma, agradecer aos dirigentes da FETRAF, considerando o Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, fundamentais na discussão deste tema.

À direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Vivida - PR (gestão 2014 a 2017) por permitir minha participação no mestrado, paralelo ao exercício de presidente deste sindicato.

Aos que aqui esqueci, meu pedido de perdão e um abraço sincero de agradecimento.

RESUMO

Esta pesquisa faz um resgate histórico através de referencial teórico específico do sindicalismo rural brasileiro, levando em consideração os conflitos que ocorreram e ocorrem no campo. Analisa o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Beltrão PR, através de instrumentos metodológicos qualitativos e quantitativos, com destaque para as entrevistas semiestruturadas com ex-diretores, diretores atuais e agricultores associados ao sindicato. Identifica as transformações ocorridas desde sua fundação (1963), até a atualidade. No primeiro momento, o STR cumpriu o legalismo imposto pelo Estado brasileiro; no segundo momento, após a vitória da oposição (1978), priorizou a organização e luta por direitos dos agricultores; no terceiro momento, se integrou numa estratégia nacional, por dentro das instâncias da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Essa estratégia priorizou o público dos agricultores familiares a partir da década de 1990, opondo-se a representação dos assalariados rurais, esse foi um dos motivos que provocou o rompimento com o sistema CONTAG e os sindicatos rurais da CUT que criaram uma nova estrutura sindical do campo, o sistema FETRAF. Atualmente o STR de Francisco Beltrão continua filiado a FETRAF e trabalha na organização da agricultura familiar, disputando políticas públicas diante do setor do agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: Sindicalismo Rural. Estado. Agricultura Familiar. Classe.

ABSTRACT

This research makes a historical review through specific theoretical framework of the Brazilian rural syndicalism, taking into account the conflicts that occurred and occur in the field. It analyzes the Rural Workers Union (RWU) of Francisco Beltrão-PR, through qualitative and quantitative methodological tools, especially the semi-structured interviews with former directors, current directors and farmers who are union members. It identifies the changes that have occurred since its foundation (1963) to the present. In the first moment, the RWU fulfilled the legalism imposed by the Brazilian government; in the second moment, after the opposition's victory (1978), it gave priority to the organization and fight for farmers' rights; in the third moment, it joined a national strategy, inside the bodies of Central Única dos Trabalhadores - CUT. This strategy gave priority to the public of family farmers from the 1990s, opposing the representation of rural workers, this was one of the reasons that caused the break with CONTAG system and the rural unions of CUT which created a new union structure of the field, FETRAF system. Currently the RWU of Francisco Beltrão is still affiliated to FETRAF and works in the organization of family farming, competing public policies with the Brazilian agribusiness sector.

Keywords: Rural Unionism. State. Family Farming. Class.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Visão dos(as) diretores(as) atuais sobre o imposto sindical.....	102
Gráfico 2 – Residência dos(as) diretores(as) atuais entrevistados(as).....	103
Gráfico 3 – Arrecadações do STR de Francisco Beltrão.....	104
Gráfico 4 – Idade dos(as) entrevistados(as).....	107
Gráfico 5 – Tempo de associação dos(as) entrevistados(as) no STR de Francisco Beltrão PR.....	108
Gráfico 6 – Nível de escolaridade dos(as) entrevistados(as).....	109
Gráfico 7 - Participação em outras organizações além do STR.....	110
Gráfico 8 – Tipo de propriedade dos(as) entrevistados(as).....	111
Gráfico 9 – Estabelecimentos agropecuários de Francisco Beltrão (2006).....	112
Gráfico 10 - Quantidade em área de terras dos(as) entrevistados(as).....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População censitária da Região Sudoeste do Paraná.....	61
Tabela 2 – População urbana e rural do município de Francisco Beltrão PR (1960 - 2010).....	73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da divisão das regiões estudadas.....	65
Mapa 2 - Associação sindical dos municípios estudados.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cidades onde venceram as oposições sindicais.....	38
Figura 2 - Organização da estrutura sindical do campo no Paraná (1995).....	40
Figura 3 – Organização da estrutura sindical da agricultura familiar na Região Sul (2001).....	42
Figura 4 – Organização da estrutura sindical dos assalariados rurais no Paraná (fevereiro 2016).....	55
Figura 5 – Organização da estrutura sindical da agricultura familiar no Paraná (FETRAF) (fevereiro de 2016).....	55
Figura 6 – Organização da estrutura sindical da agricultura familiar no Paraná (CONTAG) (fevereiro 2016).....	56
Figura 7 – Associados(as) fundadores(as) da Assesoar (1966).....	62
Figura 8 – Localização do município de Francisco Beltrão PR.....	73
Figura 9 – Dez principais empresas que controlam a indústria alimentar no mundo (2014).....	119
Figura 10 – Agricultura familiar e produção de alimentos.....	120
Figura 11 – Concentração de terras no Brasil segundo Censo Agropecuário 2006.....	121
Figura 12 – Representação de categorias/classes no Congresso Nacional (2014).....	122
Figura 13 – Abertura do V Congresso da FETRAF Sul/CUT (2016).....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferença entre agricultura familiar e patronal.....	43
Quadro 2 – Regiões percorridas pela I Caravana da agricultura familiar e temas afins (2014).....	67
Quadro 3 – Regiões e temas em debate na II Caravana da agricultura familiar (2015).....	69
Quadro 4 – Comparação do número de associados do STR de F.B. (1978-1994).....	79
Quadro 5 – Diferença entre esquerda x direita.....	87
Quadro 6 – Comparação de serviços por período.....	100
Quadro 7 – Atividades desenvolvidas.....	110

LISTA DE SIGLAS

ASSESOAR – Associação de Estudos e Orientação Rural
CANGO – Colônia Agrícola General Osório
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CONCLAT – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTAR – Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais
CONTRAF – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESER – Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais
DETR's – Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais
DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ET – Estatuto da Terra
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAF – Federação da Agricultura Familiar
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FB – Francisco Beltrão
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo
FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAG's – Federações dos Trabalhadores na Agricultura
FETARP – Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais do Paraná
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAF Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FETRAF PR - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Paraná

FETRAF Brasil - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil
FETRAFESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JAC – Juventude Agrária Católica
MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MSC – Missionários do Sagrado Coração
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEBE – Programa Especial de Bolsas de Estudos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF – Programa Nacional do Crédito Fundiário
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PIB – Produto Interno Bruto
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SEAF – Seguro da Agricultura Familiar
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
STR de F. B. – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão
UDR – União Democrática Ruralista
UGT's – União Geral dos Trabalhadores
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
1 SINDICALISMO RURAL NO BRASIL	24
1.1 Resistências camponesas e sindicalismo rural no Paraná	57
1.1.1 Guerrilha de Porecatu	57
1.1.2 Movimentos sociais, luta pela terra e as oposições sindicais no Sudoeste do PR	60
1.1.3 Expansão do novo sindicalismo no Paraná	64
CAPÍTULO II	
2 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO: ENTRE O ATRELAMENTO E À RESISTÊNCIA	71
2.1 Fundação, prestação de serviços e atrelamento ao estado do STR de Francisco Beltrão	72
2.2 A década de 1980: retomada das grandes lutas	80
2.3 Mulheres na luta sindical	91
2.4 Prestação de serviços no STR de Francisco Beltrão	100
2.5 Sindicalismo na visão dos(as) associados(as)	107
CAPÍTULO III	
3 DESAFIOS DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SÉCULO XXI	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

A participação no movimento sindical¹ instigou a pesquisa acadêmica referente a tal tema: sindicato como organização de classe e prestação de serviços. Uma pergunta pertinente norteia esta pesquisa: o sindicato dos trabalhadores rurais hoje é uma ferramenta de luta da classe trabalhadora ou resume-se na prestação de serviços atrelado ao Estado? É possível conciliar a oferta de serviços com a organização dos trabalhadores?

Pretende-se, com essa pesquisa, analisar se o novo sindicalismo da agricultura familiar, proposto pela FETRAF, de fato é de organização, de luta, combativo, classista e de massa, ou ainda herda traços do assistencialismo e atrelamento ao Estado. Para tal estudo, delimitou-se a análise do STR de Francisco Beltrão – PR, que foi um dos principais articuladores das oposições sindicais na Região Sudoeste do Paraná, a partir do ano de 1978 e foi protagonista juntamente com os sindicatos de Chapecó (SC) e Erechim (RS), na articulação do movimento que originou a FETRAF Sul.

Esta pesquisa objetiva fazer uma abordagem crítica do sindicalismo do campo na atualidade e apontar para futuras lutas. Utilizou-se metodologias exploratória, qualitativa e quantitativa. Foi feita uma análise histórica, baseada em pesquisa nos arquivos do sindicato (atas de 1963 a 2016), pesquisa bibliográfica, discursos de dirigentes sindicais, entrevistas com ex-diretores(as), diretores(as) atuais e agricultores(as) associados(as) atualmente. O questionário aplicado aborda perguntas abertas, possibilitando explorar ao máximo os depoimentos dos entrevistados(as).

No capítulo I foi abordado a origem do sindicalismo do campo, levando em consideração o contexto em que foi inserido, enraizado no Brasil colônia, com características de exploração e dominação. Uma pequena elite burguesa se apropriou do Estado e criou mecanismos para dar continuidade à dominação dos

¹ O presente autor dessa dissertação possui uma trajetória de uma década de militância no sindicalismo ligado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), mais precisamente atuando no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Coronel Vivida PR, filiado a esta federação.

trabalhadores. Esses, porém, se manifestaram ao longo da história e travaram batalhas em defesa de seus ideais. O Paraná foi palco de lutas camponesas, destacando-se a Guerrilha de Porecatu, que vitimou milhares de camponeses e a Revolta dos Posseiros, no Sudoeste, uma experiência exitosa, de luta e vitória. Esse sentimento de protagonismo foi fundamental durante a discussão de um novo sindicalismo e a Região Sudoeste se destacou no estado, criando as primeiras oposições sindicais.

No capítulo II, foi aprofundada a pesquisa no STR de Francisco Beltrão, o primeiro no Sudoeste a ter oposição sindical, vindo posteriormente a liderar outras oposições e fazer parte da frente que debateu um novo sindicalismo. A oposição era contrária ao atrelamento do sindicato ao Estado, defendia a liberdade sindical, organização dos trabalhadores e lutas por melhorias de quem vivia no campo. Ela se fortaleceu a partir da criação da CUT e expandiu o novo sindicalismo ao Estado do Paraná, numa estratégia de articulação regional. Atualmente este sindicato continua vinculado ao sistema FETRAF, apresenta potencialidades, mas também alguns problemas que serão discutidos neste capítulo.

No capítulo III, a discussão se deu em torno dos desafios deste sindicalismo da agricultura familiar, frente ao avanço do agronegócio no campo brasileiro, acompanhado do domínio das grandes empresas no controle de produção e comercialização. Foram apontados alguns possíveis rumos que a luta sindical deverá priorizar, visando a continuidade da existência da agricultura familiar.

Na tentativa de apontar os desafios futuros do sindicalismo, a compreensão do contexto é essencial para aprofundar a discussão e análise. O Brasil compõe o sistema capitalista e tem, em sua história, marcas de uma cultura escravocrata, ainda presente nos dias atuais. Evidencia-se nas desigualdades sociais e nas relações de dominação, efetuada por uma pequena elite burguesa, sobre uma grande “massa” de trabalhadores, resultando assim, na formação de classes sociais: de um lado os trabalhadores e de outro a elite dominante, que utiliza a seu favor o Estado.

Desde o “descobrimento” do Brasil identifica-se esse favorecimento. Cita-se, a Lei das Sesmarias² no início da colonização e a Lei de terras³ (1850), que favoreceram o avanço do latifúndio⁴ e contribuíram para a exclusão de pessoas do acesso à terra.

Privilégios para poucos que perpetuam relações de dominação sobre muitos. A classe dominante é detentora dos meios de produção material, utilizados para acumular capital e controla também os meios de produção intelectual:

A expressão “classe dominante” abrange duas noções, que Marx e Engels distinguiam, embora não as tivessem explicado sistematicamente. A primeira é a de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. Em *A ideologia alemã* (vol. I, IA2) essa ideia é expressa da seguinte maneira: “As ideias da classe dominante são, em qualquer época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *intelectual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material tem controle sobre os meios de produção intelectual”. A segunda noção é a de que a classe dominante, para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, dominar politicamente (BOTTOMORE, 2001, p. 64).

Dominou-se a terra em um primeiro momento, seguido do controle do modo de produção e controle do Estado. O fim da escravidão, não significou o fim da dominação, este sistema continuou prevalecendo, sendo as regras ditadas pela classe dominante. Como afirma Matos (2009, p. 34) “classes dominantes, também marcadas pela experiência da escravidão, só que pelo lado do mando, insistiram na repressão como estratégia para garantir a disponibilidade de trabalhadores no mercado de trabalho assalariado em formação”.

Esta formação da classe trabalhadora a qual se refere Matos (2009, p. 33) ocorreu lentamente durante a República Velha (1889 – 1930). Ianni (1972, p. 5) afirma que o processo de formação do trabalhador iniciou com os escravos e imigrantes, “o imigrante e os escravos são vistos como trabalhadores, isto é,

² A Lei das Sesmarias permitia a posse da terra somente àqueles que dispunham de escravos, sendo o direito à terra proporcional ao número de escravos.

³ Lei de terras nº 601 de 1850: “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/L0601-1850.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

⁴ Latifúndio: grandes propriedades rurais improdutivas. Em 2010, representavam 40% das grandes propriedades rurais brasileiras, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ao todo, 228 milhões de hectares estão abandonados ou produzem abaixo da capacidade. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>. Acesso em: 27 de fev. 2016.

produtores de valor. Em particular, a imigração e a abolição aparecem como manifestações do processo mais amplo de formação do mercado de mão de obra baseado no trabalhador livre”. Como descreve o autor, na metade do século XIX o Brasil apresentou um desenvolvimento econômico-social, mas em contrapartida manifestou uma escassez de braços escravizados. Surgiu a necessidade da transformação da mão de obra em força de trabalho, “somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha condição efetiva de mercadoria” (IANNI, 1972, p. 14).

A consolidação da classe trabalhadora operária no Brasil ocorreu após o processo de industrialização implantado a partir de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, que adotou políticas desenvolvimentistas, transformando a realidade. Como afirma Ianni (2004, p. 30):

A sociedade e a economia, a política e a cultura, o campo e a cidade continuam a transformar-se [...] sucedem-se e confundem-se ciclos econômicos, acompanhados de mudanças sociais, urbanização, surtos de industrialização, desenvolvimento de classes sociais, desafios e propostas políticas, criações culturais.

As políticas desenvolvimentistas, adotadas pelo governo Vargas, tinham por objetivo a construção de um país moderno e interferiram diretamente em novas composições e relações sociais. Formaram-se novas classes, neste contexto, a classe operária surgiu no Brasil. De acordo com a teoria marxista, esta classe é denominada de proletariado:

Para Marx e Engels a classe operária, engajada em sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e uma transição para o socialismo: era “à classe que pertence o futuro” (BOTTOMORE, 2001, p. 66).

Em seu entendimento, seriam os movimentos operários, por meio de um processo centralizado de organização nas indústrias, que travariam lutas nacionais de classes, rompendo a exploração da classe dominante.

A compreensão de divisão de classes fica mais clara em se tratando de uma análise urbana, a partir das indústrias, onde de um lado está o patrão, dono do capital e dos meios de produção, e de outro, os proletários, que vendem sua força de trabalho. Já no campo, não há clareza na classificação de classes, tendo em vista a diversidade de sujeitos que o compõem.

Na atualidade, identificam-se de um lado, os donos das terras e dos meios de produção, conhecidos nos termos modernos como empresários rurais, responsáveis por alavancar o desenvolvimento do agronegócio. De outro lado, encontram-se aqueles marginalizados ao longo dos anos, que não possuem terra e obrigam-se a vender sua força de trabalho, tornando-se assalariados rurais ou proletários, na visão marxista. Entretanto, o campo ainda apresenta uma terceira “categoria”, a qual está em fase de estudo e não se chegou a um consenso para saber a que classe pertence à agricultura familiar, que é caracterizada por pequenos proprietários, meeiros, posseiros, arrendatários, detentores dos meios de produção e exercem as atividades agropecuárias com predomínio da força de trabalho dos membros da própria família.

Os agricultores familiares são influenciados diretamente por ações da classe dominante, que determinam o tipo de produção a ser comercializada e o preço do produto final. O capital se apropria das relações não capitalistas desenvolvidas nas comunidades camponesas para ampliar seus ganhos. Exemplo disso é a produção de aves em alta escala, realizada por famílias de agricultores, sem a necessidade de contratação de mão de obra por parte da indústria. No campo brasileiro, existem ainda milhões de pessoas que não possuem a terra, articulados, a partir da década de 1980, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dentre outros. Acrescentam-se ainda os índios, massacrados desde a colonização, mas que continuam resistindo em pequenas aldeias espalhadas por este país. Resistência semelhante fazem os quilombolas e faxinalenses nas comunidades de povos tradicionais, contra o avanço do latifúndio.

Todo esse contexto de dominação, exploração e desigualdades gerou uma grande opressão ao longo dos anos, e os oprimidos rebelaram-se, resistindo a este sistema. Pode-se considerar que isto acontece desde o período Colonial, onde escravos já lutavam por sua liberdade e, no decorrer da história, vários outros grupos sociais também travaram lutas intermináveis contra a dominação.

As relações de dominação e exploração seriam superadas, segundo a teoria marxista, através da organização da classe operária. Observa-se a resistência da classe trabalhadora brasileira pela via sindical e partidária, mas não houve as superações do capitalismo. Observa-se também que os camponeses

protagonizaram grandes e influentes lutas de resistência na história brasileira, principalmente após a Proclamação da República (1889).

Muitas foram as lutas, mas um movimento que é possível destacar, e que marcou a história de organização dos camponeses, foi a luta pela terra, ocorrida em meados da década de 1950 no nordeste brasileiro. Este movimento ficou conhecido como “Ligas Camponesas”. Teve uma rápida expansão pelo sertão nordestino e ameaçou os poderosos latifundiários da época, que buscaram apoio do Estado. O Estado por sua vez, novamente atendeu o apelo e liquidou a organização durante a Ditadura Militar (1964 – 1985) (COLETTI, 1996, p. 47).

Quanto à presença de sindicatos no campo, havia algumas experiências antes da década de 1960, mas a intensificação do número de sindicatos ocorreu mesmo a partir do decreto publicado pelo presidente da República João Goulart (1963), que estabeleceu o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), regulamentando os registros de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's). Nesse mesmo período, as Ligas ameaçavam os latifundiários e o estímulo à formação de sindicatos foi uma das maneiras encontradas pelo Estado para frear a expansão destas organizações informais.

Os sindicatos trabalham na formalidade, e nesse sentido, a legalidade impedia que estes promovessem “desordem” e conflitos, subordinando-se as regras impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Estado adotou as mesmas medidas impostas aos sindicatos urbanos, os quais já existiam desde 1930, mas que infelizmente se deixaram atrelar pelas leis, bem como diversas lideranças foram cooptadas, deixando de cumprir os princípios do sindicalismo, que seria de organização, mobilização e reivindicação dos direitos da classe trabalhadora (melhores condições de trabalho e melhores salários).

Dessa forma, nascia um sindicalismo no campo, atrelado e subordinado aos interesses da burguesia. A publicação do ETR acelerou a expansão e “investidura sindical”, resultando na criação de muitos sindicatos. O Golpe de 1964 acabou com experiências de sindicatos combativos, permitindo a existência apenas daqueles que se sujeitavam a subordinação, exercendo o assistencialismo, sem perspectivas de enfrentamento à classe dominante.

Como estratégia, para garantir de que não haveria rebeldia, o MTE criou meios legais em que a composição da direção dependia do seu aval. Os sindicatos

legalizados usufruíam do imposto sindical, podendo efetuar a cobrança dos trabalhadores rurais em sua base de atuação, mantendo assim um conforto financeiro.

A consolidação do sindicalismo no campo ocorreu em 1964, com a criação e reconhecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que teve em seu início a participação de sindicalistas combativos, mas que foram substituídos após o golpe por lideranças subordinadas aos interesses do Estado.

A forte perseguição e repressão durante a Ditadura Militar dificultou a resistência do movimento sindical combativo. Mas, mesmo assim identificam-se em meados das décadas de 1970 e 1980, lideranças com um pensamento classista, democrático e de luta por direitos dos trabalhadores. Desta vez, uma das correntes da Igreja Católica, denominada teologia da libertação, optou por uma evangelização dos pobres, motivando-os a serem protagonistas de uma nova sociedade, com justiça e igualdade. Desempenhou um papel fundamental frente à preparação de lideranças e formação de oposições ao atual modelo sindical. Esse movimento ficou conhecido como “novo sindicalismo”, ao outro, porém, como descreveu Coletti (1996, p. 71), denominou-se de “sindicalismo pelego”.

Esse processo de mobilização e união da classe trabalhadora culminou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no início da década de 1980, a qual deu todo apoio à expansão e fortalecimento do sindicalismo de oposição no campo. As direções oposicionistas vencedoras contribuíram nas mobilizações e lutas em favor dos agricultores (terra, crédito, diminuição dos juros, preços dos produtos agropecuários, etc.) e tentaram mudar a forma de atuação dos sindicatos por dentro da estrutura oficial.

Essa tentativa não logrou êxito e as oposições partiram para a estratégia de criação de um novo sistema de sindicalismo para o campo. Nesse contexto, surgiu no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, a Frente Sul da Agricultura Familiar, que em 2001 fundou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF Sul/CUT. Esta Federação nasceu com caráter de categoria específica (agricultura familiar), aliás, este foi um dos principais pontos que provocaram a ruptura com o sistema CONTAG.

As lideranças da CONTAG defendiam a legislação descrita no ETR em que os STR's contemplavam a representação dos assalariados, meeiros, posseiros, arrendatários e pequenos proprietários. Enquanto que o novo sindicalismo defendia a criação de sindicatos específicos da agricultura familiar e específicos de assalariados rurais, essa divergência motivou a ruptura posteriormente.

A partir do rompimento, duas frentes sindicais passaram a ocupar o cenário do campo brasileiro. Atualmente, o sistema CONTAG com mais de 50 anos de história, está consolidado. O sistema FETRAF, que em 2005 tornou-se Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF Brasil/CUT, caminha para sua consolidação, lutando pela criação de uma confederação.

Os dois sistemas disputam espaço e divergem em ideias. Mas identifica-se união deles em algumas pautas que tratam em conjunto com o governo. Ambos tiveram seu papel na formulação de proposições, que mais tarde vieram a se tornar políticas públicas para a agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento das famílias agricultoras. Cabe citar algumas conquistas do movimento sindical: previdência rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), seguro agrícola, habitação rural.

No Paraná, estas duas frentes se fazem presentes. De um lado, o sistema CONTAG, FETAEP e STR's, de outro o sindicalismo da agricultura familiar, que iniciou no final da década de 1980 e se fortaleceu nas décadas subsequentes.

Mas, vale lembrar que, o estado paranaense foi um dos protagonistas na criação e expansão do sindicalismo rural brasileiro. Iniciou em meados de 1950, pós-guerrilha de Porecatu, sob a coordenação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, que depois disputou muitos sindicatos com a Igreja Católica.

O Golpe Militar de 1964 acabou com os sindicatos comunistas, manteve somente aqueles ligados a Igreja, a qual nesse período era subordinada ao governo militar. Mesmo após o Golpe, o sindicalismo manteve hábitos arcaicos, como atrelamento ao Estado, sendo o presidente um “profissional de representação” não exercendo a verdadeira função de organização e luta. No final da década de 1970 ressurgiram os movimentos de esquerda no campo, que mudaram a trajetória e resultaram numa nova frente, como descrito anteriormente.

É sobre essa nova frente do sindicalismo do campo que esta pesquisa focou, buscando analisar a organização de classe a partir do STR de Francisco Beltrão, filiado a FETRAF.

CAPÍTULO I

1 SINDICALISMO RURAL BRASILEIRO

Neste capítulo abordamos sobre o surgimento do movimento sindical no campo brasileiro, levando em considerando a história de nosso país, tanto cultural, política, econômica e social. Uma reflexão se faz necessária dos períodos pelos quais o Brasil passou e os traços herdados dos antigos sistemas, considerando o período colonial (1500 – 1822), Brasil Império (1822 – 1889), República Velha (1889 – 1930), desenvolvimentismo e industrialização (1930), Ditadura Militar (1964 - 1985), Nova República e redemocratização (1985 - 1988) e sob “Estado democrático de direito”, neste início de século XXI (1989 - 2016).

Em um contexto de relações de explorações e dominação, quando os interesses individuais dos explorados tornam-se coletivos, é inevitável um conflito entre dominados e dominadores. Alguns destes conflitos serão tratados neste capítulo, representando os vários outros ocorridos na luta por direitos. Nesta conjuntura originam-se os sindicatos do campo, em um primeiro momento nas mãos dos agricultores, em um segundo momento, o Estado se “apropria” desses sindicatos. Porém houve resistência, oposições enfrentaram o sistema sindical de Estado e romperam com as estruturas arcaicas de atrelamento, criando uma estrutura paralela, que tinha por objetivo ser livre e independente do domínio do Estado. Questiona-se se houve de fato essa libertação.

Na tentativa de elucidar esse questionamento, se faz necessário compreender as raízes em que a questão está inserida. O Brasil, desde sua colonização favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos. O período colonial permitia aos senhores de terras apropriarem-se de grandes áreas, expulsar os nativos ou torná-los escravos e dominar aquele espaço. Desde o passado distante, a distribuição de terras foi desigual, considerando desde as capitâneas hereditárias/sesmarias, pouco se alterou a estrutura fundiária brasileira, facilitando a concentração e dificultando a distribuição igualitária da terra ou a reforma agrária propriamente dita.

Um exemplo de medida do Império brasileiro que favoreceu a concentração de terras foi a Lei de Terras, publicada em 1850, que proibia a aquisição de terras

devolutas por outro título se não o de compra, ou seja, quem já era possuidor de terras, concentrou ainda mais, quem não possuía, no máximo adquiriu pequenas porções, originando assim os pequenos proprietários. O fato é que o latifúndio se favoreceu e se fortaleceu. Por consequência, este sistema provocou “exclusões”. Como descreve Martins (1983, p. 38), o período colonial gerou uma “massa de excluídos” (índios, brancos deserdados e mestiços), estes, para o autor, os camponeses da época. Nessa perspectiva de favorecimento ao latifúndio Fabrini e Roos (2014, p. 13), destacam:

Neste contexto se inicia o monopólio da apropriação da terra com a propriedade fundiária regulada pela Lei das Sesmarias e cuja posse era permitida somente a uns poucos: a aqueles que dispunham de escravos, sendo o direito à terra proporcional ao número de escravos que cada um possuía. O poder do senhor era atribuído não diretamente pela propriedade da terra, mas, sim, pelo número de escravos que possuía e, conseqüentemente, acabava dominando a terra. Aqueles que não possuíam escravos tornavam-se posseiros e serviam aos senhores de escravos, pois tinham a função de desbravar as terras, com a produção de gêneros de subsistência e um pequeno excedente comercializado nas cidades, originando, assim, a pequena propriedade no Brasil.

Assim se constituíam as relações nesse período Colonial: os senhores de terras (dominantes) e, os escravos e camponeses (dominados). Os camponeses eram contratados pelo senhor de terras para efetuar trabalhos de preparo de solo e implantação do cafezal. Estes recebiam o pagamento em forma de direito de permanecer na terra e produzir para a subsistência, “o que basicamente caracteriza os camponeses brasileiros durante todo este tempo, como produtores de gêneros alimentícios de consumo interno, ‘lavoura de pobre’ como ainda hoje se costuma dizer” (MARTINS, 1983, p. 39).

Após a abolição da escravidão (1888), esses excluídos da propriedade da terra sujeitaram-se a continuar prestando serviços aos senhores de terras, tornando-se agregados de fazenda, posseiros, sitiante, etc. Evidencia-se aqui uma desigualdade social, em que uma pequena parcela da sociedade, dona da maior parte das propriedades de terras, comanda as relações sociais, econômicas, políticas, etc. “O camponês sempre foi considerado um alheio do processo político, visto por alguns como incapaz de promover mudanças em sua própria história e por outros como um perigo. Ficando sempre a margem da sociedade, nem dentro e nem fora” (MARTINS, 1983, p. 25).

O fim da escravidão não significou o fim da dominação. É certo afirmar que houve algumas mudanças nas relações sociais, todavia, a camada social que continuou ditando as regras foi a mesma, desta vez, numa nova roupagem, sendo conhecida por “coronéis”⁵. Mantinham em suas mãos o latifúndio, o controle econômico e político. Este fenômeno político ficou conhecido na história brasileira como coronelismo. A influência dos coronéis na política está relacionada ao fato de que até 1930, a economia brasileira era basicamente dependente da agricultura e o poder estatal estava apoiado na oligarquia cafeeira de São Paulo, conforme afirma Ianni (2004, p. 133):

Com a abolição do regime de trabalho escravo e a Proclamação da República, o poder estatal passa às mãos da oligarquia cafeeira, que já se achava apoiada no colonato de imigrantes europeus. Para essa oligarquia, o índio, o negro e mesmo o branco nacional eram colocados em segundo plano. Valorizava-se o imigrante. Aproveitou-se a imigração para provocar a redefinição social e cultural do trabalho braçal, de modo a transformá-lo em atividade honrosa, livre do estigma da escravatura. Tão honrosa que o negro e o índio somente poderiam exercê-la se a executassem como imigrante.

Verifica-se nesse contexto uma transformação nas relações de trabalho e o poder passa a ser fortemente disputado. A disputa entre os coronéis era acirrada e se dava geralmente de forma armada.

Em meio a estes confrontos viviam os camponeses sem participação nas decisões políticas. Como descreve Martins (1983, p. 48-49) eles tinham a “liberdade de locomoção”, podiam sair de uma fazenda ou região para outra, mas estavam reféns dos coronéis. A opressão fazia parte desse contexto, pois um pequeno grupo, donos da maior parte das terras, controlava uma grande massa, ofertando uma liberdade ilusória e assim perpetuavam-se no poder as famílias dos coronéis, fazendo leis visando seu favorecimento. Entre 1905 a 1930 a organização dos sindicatos urbanos estava sob hegemonia anarco-sindical. A luta era travada por fábrica, de forma direta contra a exploração capitalista. O predomínio do sistema de coronelismo perdurou até 1930, quando o Estado brasileiro mudou a sua trajetória

⁵ Os chefes políticos municipais e regionais acabaram sendo conhecidos como “coronéis” (comparação aos coronéis da Guarda Nacional, o maior, na hierarquia militar) e o fenômeno político que marcou sua presença ficou conhecido como “coronelismo”, que caracterizou-se pelo rígido controle eleitoral, produzindo o chamado “voto de cabresto” (voto sob a tutela dos coronéis). Os coronéis eram grandes proprietários de terras e comerciantes. Seus clientes de comércio eram os mesmos “clientes” políticos (MARTINS, 1983, p. 46).

política e econômica. Priorizaram os investimentos nos centros urbanos, as características de um Brasil, que até então era rural, são aos poucos alteradas e a industrialização passa a ser o foco das principais políticas. Assim descreve Ianni (2004, p. 53):

O projeto de capitalismo nacional teve sua época, gênese, ascenso, prosperidade, êxito, problemas, contradições, declínio e esgotamento. Foi errático, mas com êxitos inegáveis, no que se refere à criação e ao desenvolvimento de uma ampla, complexa e dinâmica economia nacional, crescentemente apoiada na industrialização, acompanhada de intensa urbanização e outros processos sociais de alcance nacional. Juntamente com as transformações econômicas, alteram-se as condições e as perspectivas da sociedade e política. Começou a formar-se a categoria povo, no sentido de coletividade de cidadãos. Desenvolveram as classes e grupos sociais.

As transformações ocorridas no país a partir desse período foram grandes, mas o que continuou presente na sociedade foi a desigualdade social. A exploração que até então era forte no meio rural, aparece com muita intensidade nos centros urbanos, onde as indústrias exploram seus trabalhadores visando um crescimento e acúmulo de capital. Nesse contexto, como descreveu Ianni (2004, p. 53) anteriormente, surgiu novas classes e categorias na sociedade, ou seja, os operários/proletários; a classe trabalhadora do Brasil. Nesta perspectiva de transformações sociais, econômicas e políticas, Antunes e Silva (2004, p. 15), fazem a seguinte afirmação:

O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 1950 e especialmente no pós-64, desenvolveu uma estrutura produtiva bi-frente: de um lado, voltava-se para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno restrito e seletivo; por outro lado, objetivava também desenvolver a produção para exportação, tanto de produtos primários, quanto também de produtos industrializados. Quanto à sua dinâmica interna, o padrão de acumulação estruturou-se através de um processo de superexploração da força de trabalho, dada pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e de fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um patamar industrial significativo para um país que, apesar de sua inserção subordinada, chegou a se alinhar entre as oito grandes potências industriais. E esse modelo econômico teve enorme expansão ao longo das décadas de 1950 e 1970.

O desenvolvimento nacional gerou um grande contingente de trabalhadores explorados. O desenvolvimento econômico não proporcionou desenvolvimento social e, logo, os trabalhadores insatisfeitos com a alta jornada de trabalho e salários baixos, iniciaram uma organização no chão de fábrica, em defesa de seus direitos.

Experiências de associações de trabalhadores e sindicatos já haviam sido registradas anteriormente e tinham o cunho de “criar uma identidade de classe para os trabalhadores e de exigir do restante da sociedade um espaço maior para esta” (MATOS, 2009, p. 45). Estas organizações, no início de 1900, eram de caráter combativo na defesa dos direitos diante do patronato e não subordinadas ao Estado, “eram os porta-vozes mais nítidos das propostas de mobilização, reivindicação e transformação social” (MATOS, 2009, p. 45).

No entanto, a partir de 1930 o sistema sindical urbano/industrial foi legalizado e estes novos sindicatos tinham por objetivo

servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais (MATOS, 2009, p. 63).

O governo de Getúlio Vargas tinha como propósito evitar conflitos entre as classes patronais e proletários, e esta ideia ficava explícita nos discursos dos dirigentes da época, quando se pronunciavam a respeito da proposta dos novos sindicatos: “[...] convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como inventor da legislação social” (MATOS, 2009, p. 61). Esta afirmação confirma o atrelamento dos sindicatos ao Estado, muitas vezes atendendo os interesses do patrão, ao invés do trabalhador. O Estado optou pela legalização dos sindicatos, criando aparato legal para a reivindicação dos direitos. Em expressões populares, posteriormente, Vargas ficou conhecido como “pai dos pobres e mãe dos ricos”, reportando-se a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT aprovada em 1943 e à proteção efetuada aos empresários.

O movimento sindical reconhece este atrelamento e controle estatal impostos aos trabalhadores, como descreve o documento a seguir:

Diante das leis era difícil estabelecer formas de organização fora do sindicalismo oficial que realmente contribuísse às necessidades dos operários, a repressão era iminente perante o não cumprimento de regras impostas. Um bom exemplo era que o estatuto do sindicato a ser criado vinha do Ministério do Trabalho (MT). Além disso, as diretorias a concorrerem à direção, os nomes dos candidatos deveriam passar pelo crivo do MT com o fim de serem investigados. Se estivessem em “ordem” com a justiça, ou seja, não tivessem ligação com lideranças sindicais mais revolucionárias, poderiam concorrer a eleição sindical, que tinha muitos conchavos eleitoreiros (FETRAF SUL/CUT, 2006, p. 32).

A manobra foi legalizar a estrutura sindical e manter o controle, visando o amortecimento da luta. O governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Decreto nº 19.433, 26.11.1930), com objetivo de suprimir a liberdade e autonomia sindical, institucionalizou o reconhecimento da entidade sindical, vinculou o funcionamento dos sindicatos ao registro sindical, fornecido por este ministério (Decreto nº. 24.694). Em seguida, criou o imposto sindical e proibiu a greve, liquidando de vez com o sindicalismo combativo (IBRAHIM, 1980, p. 11-14; RODRIGUES, 2009, p. 38).

No campo, o número de sindicatos era pequeno até o início da década de 1960. O domínio das terras continuava com o latifúndio e muitos conflitos ocorreram entre latifundiários e camponeses na disputa por terras. Há registros de luta por liberdade e direito de posse da Terra em vários momentos da história, que marcaram a resistência dos camponeses.

Um dos sociólogos que trata sobre este tema é José de Souza Martins, em sua obra *Os camponeses e a política no Brasil* (1983), onde ele afirma que as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do Império e o começo da República (1889); sendo elas: Guerra de Canudos (BA), 1893 a 1897, e do Contestado (PR e SC), 1912 a 1916, esta, envolveu mais de 20 mil rebeldes camponeses do Paraná e Santa Catarina, além de metade do exército brasileiro e deixou três mil mortos. É considerada a maior guerra popular contemporânea do Brasil (MARTINS, 1983, p. 26).

Outra luta importante foi na Região Sudoeste do Paraná, em 1957. Como relata Martins (1983), neste período o governo Lupion reassume o poder e transfere o título das propriedades dos posseiros (colonos gaúchos e catarinenses) às companhias de terras ligadas ao governador, sendo uma delas a *Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (Citla)*. No entanto, nesta região, por mais que as terras devolutas tivessem sido transferidas ao Estado, por serem terras da faixa de fronteira, elas continuaram dependentes do governo federal.

Esses conflitos culminaram na Revolta dos Posseiros, em 1957, envolviam camponeses de Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. Afirmam Fabrini e Roos (2014, p. 101), “organizados em Assembleias gerais do povo e juntas governativas, os camponeses avançaram sobre a cidade de Francisco Beltrão, expulsando as autoridades constituídas e tomando a estação de

rádio da cidade”. Após negociações com o chefe de polícia do Estado, essas juntas foram dissolvidas e a luta foi vitoriosa em favor dos posseiros.

Praticamente nesse mesmo período, em 1955, no Sertão Nordestino, no estado de Pernambuco, ocorreu outro conflito considerado por muitos estudiosos como um dos mais importantes na história de resistência e luta camponesa. O fato ocorreu no Engenho Galileia, município de Vitória de Santo Antão (PE), reuniu 140 famílias e quase mil trabalhadores, que estavam ameaçados de serem expulsos do Engenho. Organizaram-se por meio de uma associação de foreiros denominada “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco” e lutaram pela permanência na terra. A luta foi vitoriosa e em 1959 os posseiros ganharam o direito da terra (COLETTI, 1996, p. 28-29).

Esta vitória do movimento camponês criou uma identidade da organização feita pela associação dos foreiros e se expandiu rapidamente pelo Nordeste, recebendo o nome de “Ligas Camponesas”. Obteve apoio do Partido Comunista Brasileiro - PCB e forte oposição da Igreja Católica. “As ligas surgiram não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional” (MARTINS, 1983, p. 76). É considerada “uma verdadeira organização camponesa e ocupando um espaço próprio nas lutas sociais do campo nos anos 50 e 60” (COLETTI, 1996, p. 29).

A década de 1950 foi marcada por muitas lutas e diferentes formas de organização do campo. Outro exemplo ocorreu em agosto de 1953, quando se realizou a Primeira Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas em São Paulo, Paraíba e Ceará, definindo-se pela criação de sindicatos, fundação de uma entidade nacional e organização dos trabalhadores rurais. No ano seguinte, fundou-se a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que seria germe da futura Confederação dos Trabalhadores Agrícolas – CONTAG (MARTINS, 1983, p. 85).

Diante de todas essas manifestações sociais, houve reação por parte do Estado, entendendo que seria melhor ter uma organização que ficasse sob seu comando. Em 1963 o governo João Goulart criou o ETR, o qual possibilitou a expansão do sindicalismo rural nos mesmos moldes do urbano, vinculado ao Ministério do Trabalho, legalizando a cobrança do imposto sindical e tornando os sindicatos “um braço” do governo, oferecendo serviços assistenciais.

O governo fazia até campanha e material publicitário divulgando a importância da contribuição sindical. “A sustentação financeira dos sindicatos é a contribuição sindical. Se é satisfatória, permite à entidade a realização de seus planos de ação, desdobramento de cursos, manutenção de serviços assistenciais, entre outros” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1979, p. 14). Observa-se que fala somente de um sindicato assistencialista, negando a luta. A questão do imposto sindical ficou tão enraizada no sindicalismo que se encontram elaborações convictas sobre a necessidade e obrigatoriedade desta cobrança aos trabalhadores, para o fortalecimento das ações sindicais, ainda meio século mais tarde. Em material do 11º Congresso Nacional da CONTAG afirma-se o seguinte:

É importante estabelecer que o trabalhador e a trabalhadora rural obrigatoriamente apresentem cópia da guia da contribuição sindical aos órgãos competentes como requisito para ter acesso a quaisquer serviços ou benefícios conquistados pelo MSTTR. Tal medida justifica-se em razão da contribuição sindical representar uma das principais fontes de sustentação do sistema confederativo, responsável pelo financiamento das lutas da categoria, conforme deliberação do 10º CNTTR (CONTAG, 2013, p. 87).

Desta forma, se expandiu o sindicalismo rural brasileiro, atrelado ao Estado. A partir destas medidas legais, o número de sindicatos se multiplicou. O baixo número de sindicatos rurais antes da década de 1960 era reflexo da Lei existente publicada no governo Vargas (Decreto nº 19770, 19.03.1931), que previa a regulação da sindicalização das classes patronais e operárias (sindicatos urbanos) e não contemplavam em sua abrangência as categorias de trabalhadores no meio rural. A primeira Lei permitindo as organizações dos sindicatos rurais só foi possível com a criação do ETR, lei nº 4214 de 02.03.1963, porém, na mesma linha do sindicalismo urbano (reconhecimento do Estado, imposto sindical e prestação de serviços), atendendo uma demanda da burguesia rural, que se sentia ameaçada com algumas organizações de trabalhadores que iniciavam um processo organizativo de resistência e luta por direitos (COLETTI, 1996, p. 39).

A expansão do sindicalismo no campo atendeu o objetivo inicial proposto, que era o amortecimento das organizações dos movimentos de resistência e as lutas da classe trabalhadora. Cabia aos dirigentes sindicais representar os trabalhadores por meios legais, respeitando o ETR. Vale ressaltar que as direções tinham forte influência do Estado.

A “investidura sindical” contribuiu para o surgimento de diferentes tipos de sindicatos voltados para o meio rural, cada um organizando diferentes categorias: sindicato de assalariados rurais, de pequenos agricultores, pescadores e trabalhadores na pecuária. Em 1963, o Ministério do Trabalho unificou estes diferentes sindicatos e instituiu a categoria de Trabalhadores Rurais. Muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's - foram criados neste período, disputados pelo PCB, Igreja Católica e Ação Popular. Em dezembro deste mesmo ano, com a participação de 26 Federações estaduais, realizou-se um Congresso que deliberou pela fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sendo reconhecida pelo Ministério em janeiro de 1964. Desta forma, consolidou-se o sindicalismo no campo (COLETTI, 1996, p. 38-50).

Para o Estado, não haveria necessidade de outros movimentos de luta dos trabalhadores, pois os STR's representariam todas as categorias, na forma legal, sem conflitos. Qualquer outra organização “informal” representava uma ameaça a sociedade e precisaria ser extinta. Esse era o pensamento sobre as Ligas camponesas, que sofreram forte repressão, principalmente durante o Golpe Militar, que aconteceu em abril de 1964. Como havia a preocupação em acabar com as Ligas, o Golpe cumpriu essa função, dizimando e reprimindo toda e qualquer forma de organização de trabalhadores e camponeses (COLETTI, 1996, p. 47).

O governo militar deu continuidade no que já previa o ETR e transformou os sindicatos em verdadeiros balcões de serviços assistenciais que seriam funções do Estado (odontológicos, médicos, funerários, etc.). Cabia servir ao governo e receber por isso, por meio do imposto sindical legalizado; o sindicalista que ousasse contrariar era perseguido e deposto.

As direções sindicais passavam pelo aval dos militares. Nesse momento da história, a ala conservadora da Igreja Católica apoiou o Golpe e indicou nomes para compor cargos nos sindicatos. Welch (2006, p. 62) afirma que “80% dos sindicatos recém-formados tiveram seu registro cancelado, mantendo apenas aqueles anticomunistas assumidos”. Foi muito forte a perseguição e intervenção dos militares no sindicalismo, como afirma Ricci (2009b, p. 327):

Com o golpe militar, a CONTAG sofreu intervenção, assim como 90% dos sindicatos rurais existentes no país. Houve, inclusive, um acordo entre militares e dirigentes da Igreja Católica para que lideranças católicas conservadoras fossem nomeadas como interventores dos sindicatos.

A intervenção na direção da CONTAG e federações se fez necessária, no caso da FETAEP também houve interferência em sua direção. De acordo com Coletti (1996, p. 51), a presidência da CONTAG no início da fundação era exercida por um comunista; após o Golpe, o Ministério do Trabalho indicou uma junta de três membros, todos ligados a Igreja Católica conservadora, para a direção da entidade.

Desta forma, o Estado garantiu um sindicalismo “morno”. Coletti (1996, p. 51), afirma que a principal bandeira de luta defendida em 1964 foi a aprovação do Estatuto da Terra (ET), algo que não resolveria o problema da terra dos camponeses, no entanto, no entendimento dos dirigentes, bastava a luta pelos direitos dos trabalhadores escritos no ET e ETR, a luta na legalidade, através de correspondências ao governo.

As reivindicações dos trabalhadores foram “assumidas” pelo Estado, que criou o ET, mas se transformou rapidamente em letra morta, não saindo do papel e não atendendo a demanda da Reforma Agrária (IBRAHIM, 1980, p. 32; COLETTI, 1996, p. 49; MATOS, 2009, p. 104). Neste sentido, Martins (1983, p. 95-96), afirma que o ET foi aprovado rapidamente pelo Congresso Nacional pelas mesmas forças políticas que durante 18 anos demonstravam-se contrárias a qualquer medida de reforma agrária. O principal objetivo era amortecer a luta e acalmar as manifestações, ou seja, colocaram as reivindicações no papel, mas na prática elas não se concretizavam. O conteúdo do Estatuto favoreceria os latifundiários, e a reforma agrária brasileira proposta seria tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato, sempre onde o problema da terra se tornasse tenso e oferecesse riscos políticos. Este Estatuto favoreceria os proprietários, os empresários e não a grande massa de trabalhadores sem terra, o camponês, o pequeno lavrador. O autor afirma ainda que o objetivo era impedir que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classe. No entanto, é preciso constar que o Estatuto foi o primeiro instrumento jurídico que abordou a função social da terra, se caso essa função não for cumprida, a terra está sujeita a desapropriação. O ET deu aparato legal para a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária, mas que infelizmente ficou somente no papel.

A estratégia adotada pelo Estado foi um sucesso, pois nesse momento os sindicatos estavam presos em ofícios e serviços. A questão agrária estava longe de ser uma luta de classe, de enfrentamento ao latifúndio. O que se percebia era um

movimento sindical atrelado, sem perspectivas de transformações e cada vez mais vinculado na prestação de serviços. O mecanismo utilizado pelo governo militar nos anos 1970 para impedir os STR's de se tornarem ferramenta de luta e organização dos trabalhadores, foi a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) ou Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado com o ETR em 1963, que instituiu alguns benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais. No entanto, foi somente em 1971 que ele passou a funcionar e ocupou grande parte do tempo dos sindicatos. Um decreto de 1972 estabeleceu que as entidades sindicais pudessem divulgar, implantar e executar este serviço. Esta manobra transformou os STR's em balcões assistencialistas e o presidente do sindicato em gerente do FUNRURAL. Esta vinculação fez com que o trabalhador encarasse sua organização de classe em balcão assistencial, onde buscava serviços médicos, odontológicos, jurídicos e previdenciários (COLETTI, 1996, p. 55).

O assistencialismo oferecido pelos sindicatos rurais, principalmente nos anos de 1970, agregado a outras práticas sindicais – “legalismo, prudência, subserviência ao Estado, imobilismo e clientelismo” (COLETTI, 1996, p. 71) levou alguns autores, dentre eles Coletti, a considerar o sindicalismo rural, como pelego, mais até do que o urbano.

Neste contexto de “peleguismo” e ausência de luta e representação das diferentes categorias do campo, o movimento sindical rural perdeu espaço e abriu possibilidade para reorganização de novos movimentos sociais que resistiram e deram continuidade a organização na clandestinidade, perseguidos durante a Ditadura Militar. Muitos sujeitos do campo não se sentiam representados pelos STR's, que além de estarem centrados na prestação de serviços, davam preferência aos assalariados rurais, ignorando os demais sujeitos, dentre eles, os pequenos proprietários, posseiros e sem-terra.

Martins (1984, p. 88-90) discute sobre estas três categorias. Quanto aos assalariados rurais ele considera que a luta está em um espaço institucional, efetuada por negociações dentro da legalidade, através do sindicato que organiza e reivindica os direitos da categoria.

Quanto aos camponeses, como os posseiros, Martins (1984, p. 90-98) afirma que são ocupantes de terra sem título legal, em que a luta fica difícil ser organizada por instâncias sindicais acostumadas na institucionalidade e negociações. A luta

aqui estabelecida ocorre na disputa armada, em que infelizmente muitos posseiros acabam morrendo nos ataques efetuados por jagunços. Esta luta não é na legalidade, no entanto, enfrenta e denuncia a prepotência dos grileiros e fazendeiros, os quais encontram maior facilidade na regularização de suas terras, com apoio muitas vezes da polícia e da justiça. A luta dos posseiros difere dos assalariados pela sua diversidade, mas principalmente no fato em que ela objetiva o instrumento de produção, que é a terra, enquanto os assalariados lutam pela não exploração nas relações de trabalho. A luta dos posseiros descumpra a ordem, a intenção é rompê-la ou modificá-la, considerando que a mesma não atende as necessidades dos trabalhadores.

Outra frente de luta descrita por Martins (1984, p. 98-103) é a dos sem-terra, originária dos camponeses expulsos de suas terras e dos meeiros, arrendatários, parceiros, filhos de pequenos proprietários, pois suas terras eram insuficientes para trabalhar.

De fato o campo brasileiro é formado por diferentes categorias. Martins (1984, p. 104) considera ainda os índios, os peões (desligados de qualquer grupo de organização, seja sindical ou Igreja), os pequenos proprietários (luta limitada a preços dos produtos agrícolas, que é coordenada pelo capital industrial, luta econômica com empresas e bancos, ou contra políticas agrícolas do governo).

O Estado abrigou todo esse conjunto de diversidades dentro dos STR's, porém não foram capazes de organizar e atender a demanda de todos os camponeses. Por isso, novos movimentos de resistência surgiram nas décadas de 1970 e 1980, dentre eles destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se tornou um dos maiores movimentos sociais de luta pela terra.

O MST teve início no Oeste do Paraná, através do MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná em 1981, onde a construção das barragens da Itaipu expulsou mais de 100 mil posseiros (MARTINS, 1984, p. 98-102). A Igreja Católica desempenhou um papel importante nesse momento através de algumas lideranças e a Comissão Pastoral da Terra, que contribuiu na organização dos camponeses que travaram a resistência. Criaram-se movimentos regionais como, por exemplo, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná – MASTES, após um levantamento feito por sindicatos combativos (1982), o qual apontou que 40% dos agricultores da região não possuíam terra. Foi o

primeiro movimento regional a organizar um acampamento, ocupando a Fazenda Imaribo em Mangueirinha – PR, vindo a ser desapropriada posteriormente, fortalecendo a organização dos camponeses (FABRINI; ROOS, 2014, p. 103).

Novas lideranças surgiram nesse contexto, muitas advindas da Igreja. Nas instâncias sindicais, apesar da repressão e atrelamento ao Estado, a resistência também se fez presente. Observa-se, com mais intensidade, experiências de sindicatos combativos nos finais das décadas de 1970 e 1980, contrários ao modelo corporativista implantado pelo governo, defendendo a ideia de sindicatos libertos, com maneira própria de expressão e não subordinados ao Estado (RODRIGUES, 2004, p. 33).

A Igreja contribuiu neste processo, desempenhou um papel libertador através das CEB's, a qual trabalhou o evangelho numa reflexão da realidade, unindo os problemas que até então eram isolados, tornando-os coletivos, provocando uma consciência de luta por direitos, tentando libertar-se das injustiças e opressões. A metodologia adotada partiu das organizações de grupos de família, clubes de mães, grupos de saúde, trabalhadores sem-terra e CPT (MARTINS, 1984, p. 105).

Foram muitas ações e movimentos no fim da década de 1970 e início de 1980 que marcaram a resistência e lutas dos trabalhadores (urbano/rural). Apesar da Ditadura, os camponeses discutiam a reforma agrária, se organizavam e lutavam pela terra, oposições sindicais ocorreram e sindicatos combativos se formaram. Entre os operários ressurgiram as discussões de um sindicalismo autêntico não subordinado aos patrões e ao Estado, mas sim, sob o comando dos trabalhadores, a este movimento denominou-se “novo sindicalismo”.

O sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo - SP ficou conhecido nacionalmente e identificado como principal liderança destes sindicatos autênticos. O objetivo deste “novo sindicalismo” era a formação de sindicatos classistas e de massa. Como afirma Ibrahin (1980 p. 44-46):

O sindicato é uma organização democrática, cujo objetivo é a reunião dos trabalhadores como classe, a partir do trabalho de base, para defesa de seus interesses e das conquistas alcançadas nessa luta (...) quando reúne a maioria dos trabalhadores, respondendo suas aspirações e elaborando uma política com base nos seus interesses coletivos e individuais.

Nessa perspectiva, concentravam-se esforços para organização da classe trabalhadora por meio de uma central sindical, com princípios de “democracia

sindical, unidade da classe trabalhadora, liberdade, autonomia sindical e organização por local de trabalho” (MATOS, 2009, p. 123).

Alguns fatores apresentavam condições favoráveis aos trabalhadores para avanço do novo sindicalismo, dentre os quais se destaca “a abertura política do regime militar; e a ação desenvolvida pela Igreja, através das comunidades de Base e das Pastorais” (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 37), e no fim da década de 1970, iniciou-se uma nova etapa no movimento sindical, os trabalhadores urbanos e rurais iniciaram a retomada dos sindicatos e ressurgiram as grandes lutas:

O ano de 1978 foi decisivo para a política e a história do sindicalismo brasileiro. São deflagradas greves em metalúrgicas do ABC paulista, resgatando a real identidade do sindicalismo. Daí surgira o novo sindicalismo ou o sindicalismo autêntico e combativo, que afirma não se deixar encurralar pela estrutura sindical organizada pelo governo. Juntamente com o sindicalismo urbano o sindicalismo rural ingressa para o novo sindicalismo combativo, Sindicatos de Trabalhadores Rurais antes dominados por direções amarradas ao Estado tiveram suas direções retomadas por trabalhadores com ideal do sindicalismo combativo (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 36).

Nas cidades, as greves espalhavam-se; no campo, as oposições sindicais se fortaleciam e o ano de 1978 tornara-se um importante marco na história do sindicalismo rural, com a vitória de oposições sindicais em Erechim (RS), Chapecó (SC) e Francisco Beltrão (PR):

A identidade regional dos três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no que diz respeito à formação histórica, à cultura, à realidade agrícola, às lutas e às raízes eclesiais possibilitaram a articulação interestadual, configurando-se, no início dos anos 80 na Articulação Sindical Sul [...] Esse conjunto de sindicatos de trabalhadores rurais têm uma importante participação no processo de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983, na instituição das CUTs Estaduais e das CUTs Regionais (FETRAF-SUL/CUT 2006, p. 38).

A proximidade geográfica dos municípios de Francisco Beltrão, Erechim e Chapecó, permitiu a aproximação dos ideais oposicionistas. Com as oposições vencendo as eleições, esses sindicatos se destacaram na organização de novas oposições na região e na organização da nova frente sindical no campo.

Figura 1 – Cidades onde venceram as oposições sindicais.



Fonte: <http://www.editoradobrasil.com.br/jimboe/img/galeria/geografia/ano5/unidade2/JBG5044.jpg>
 Acesso em: 13 de março de 2016.

A união de uma parte da classe trabalhadora, do campo e cidade, ocorreu em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo - SP, durante o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), culminando na fundação da CUT, contando com a participação de 912 entidades. Os sindicatos rurais combativos tiveram maioria neste Congresso, o que possibilitou ser a primeira categoria a ter uma organização específica dos sindicatos dentro da CUT (RODRIGUES, 2004, p. 34; MATOS, 2009, p. 121-125; FETRAF, 2013, p. 4). Entretanto, os trabalhadores rurais não lograram muito êxito em se tratando de suas reivindicações, mas reforçaram a pauta dos trabalhadores urbanos, ficando as complexas lutas sociais do campo em segundo plano (MARTINS, 1984, p. 11).

A criação desta Central demonstrou a força dos trabalhadores e deu um sinal de possíveis transformações sociais. Nas resoluções que compõem o Estatuto da CUT identificam-se algumas destas características de transformação da estrutura social e sindical:

A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são: o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo [...] desenvolve sua atuação e organização de forma independente do Estado, do governo e do patronato e de forma autônoma em relação aos partidos e agrupamentos políticos, aos credos e às instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional (CUT, 2014, p. 12-14).

A consolidação da CUT favoreceu a expansão e fortalecimento do sindicalismo combativo no campo. A maioria de delegados rurais no Congresso de fundação possibilitou a Região Sul indicar o primeiro Secretário Rural da CUT nacional, que teve uma marcante presença na constituição do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais - DNTR e Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais - DETRs, que tinham como principal objetivo unificar as lutas por dentro das instâncias cutistas regionais, fortalecendo as estruturas estaduais (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 38).

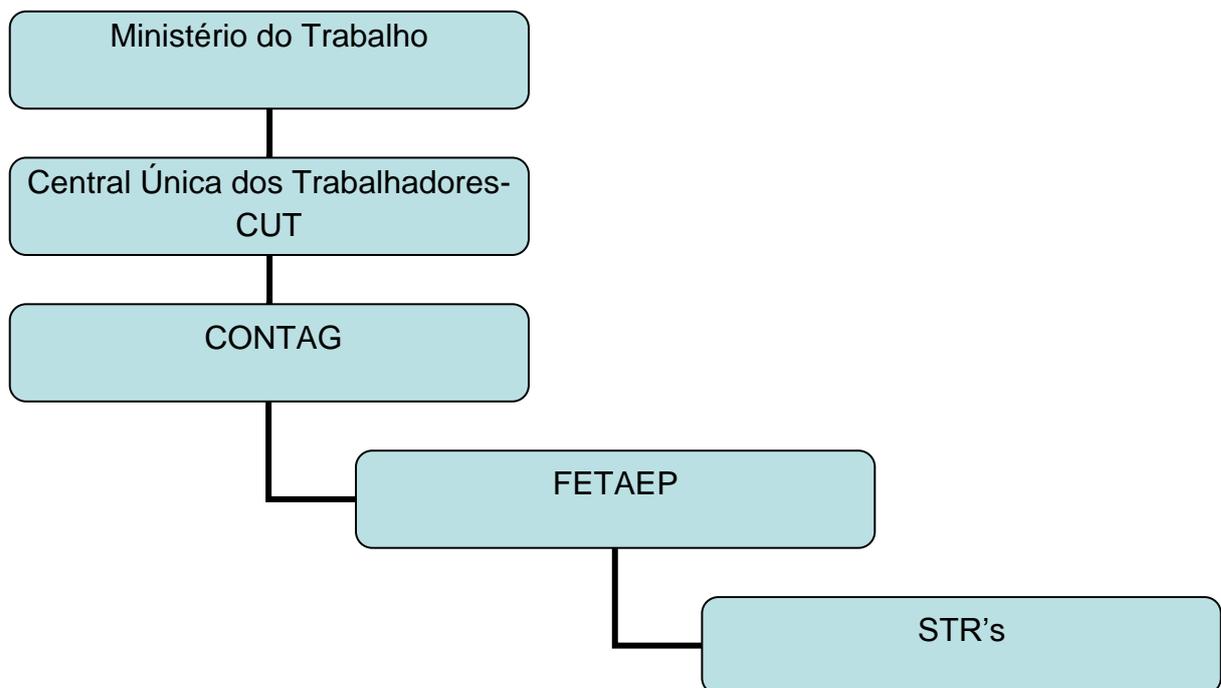
Os rurais da CUT não estavam contentes com a conjuntura apresentada para o campo e discutiam uma nova proposta e estratégia de desenvolvimento rural. Isto ficou explícito em documentos construídos no coletivo, como o da 1ª Plenária do

DNTR/CUT realizada em Praia Grande, no ano de 1993. Esta Plenária por sua vez, deliberou diretrizes para o alcance do novo modelo:

Construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Econômico para o campo, articulado com toda a central e setores aliados. Este projeto deve servir como base para a elaboração de pautas concretas de reivindicação e negociação. E, pela primeira vez, uma organização nacional utilizou o termo “agricultura familiar” (FETRAF-BRASIL/CUT, 2014, p. 8).

A estratégia pela construção de uma hegemonia desse novo sindicalismo cutista, visando à discussão de um novo modelo de desenvolvimento rural, aconteceu por dentro do sindicalismo oficial, mediante composições em direções de federações estaduais e da CONTAG (RICCI, 2009b, p. 331; FETRAF, 2013, p. 4).

Figura 2 – Organização da estrutura sindical do campo no Paraná (1995).



Fonte: Elaboração do autor.

O objetivo, portanto, era construir com um novo modelo de desenvolvimento rural, com pautas concretas de reivindicação e negociação, deixando de lado o “peleguismo”. Houve alguns avanços, quando foram colocados na pauta de reivindicações, no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, os problemas que assolavam a agricultura tais como terra, crise na suinocultura, preços dos produtos agrícolas, altos juros e falta de crédito para a pequena produção. Isso

resultou na organização do Primeiro Grito da Terra Brasil (1994), conquista do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que se tornaria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) durante o II Grito da Terra (1995). A Região Sul, através de seus DETRs, teve um papel fundamental na formulação da proposta de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 39).

As deliberações das Plenárias e Congresso do DNTR rumavam para a disputa da direção da CONTAG e o esforço na participação das direções das Federações (RS e PR). Já em SC, a conjuntura inviabilizava as negociações e resultou, em 1997, na criação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAFESC), vinculada organicamente a CUT. Neste mesmo ano, a Região Sul promoveu o I Encontro da Agricultura Familiar no município de Chapecó – SC. No ano seguinte, amadureceu a ideia de construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento, considerando que o movimento sindical não seria a única organização, mas contaria com o apoio do cooperativismo e associativismo.

Em abril de 1999, no município de Francisco Beltrão – PR, durante o III Encontro da Agricultura Familiar, deliberou-se em construir a Frente Sul da Agricultura Familiar, esta, em parceria com a Escola Sul da CUT e o DESER, como estratégia de fortalecer o sindicalismo cutista e o projeto alternativo de desenvolvimento. Foi criado e executado pela Frente Sul o Projeto Terra Solidária, com o objetivo de uma nova metodologia de educação e formação de lideranças (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 39-40). Neste momento, o debate centrava-se na necessidade de repensar o modelo sindical rural e o caminho indicava para a construção de uma nova organização sindical e o rompimento com o sistema CONTAG estava anunciado, apesar de esta Confederação ter se filiado na CUT durante o Congresso de 1995, resultado dos debates promovidos pelos sindicatos combativos pertencentes a ela.

O fator decisivo do rompimento foi a desaprovação da filiação da FETRAFESC, e da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo - FERAESP, criada ainda em 1989 (FETRAF, 2013, p. 4; FETRAF, 2014, p. 7-8). Este foi o estopim para a criação de uma nova estrutura sindical rural, criou-

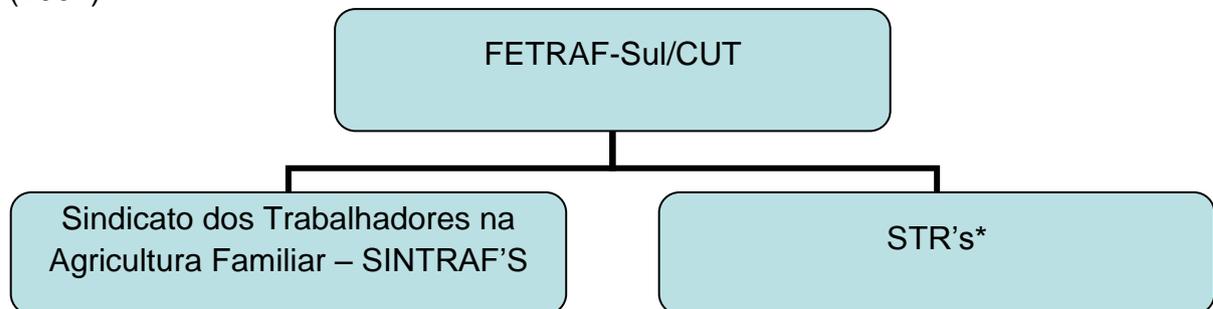
se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL/CUT:

Fora criada durante o 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, realizado em Chapecó – SC, de 28 a 30 de março de 2001, no qual estiveram presentes 1.212 delegados e delegadas. Fora fundada por 95 Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Já possui raízes em 245 municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. 41).

O sindicalismo da agricultura familiar, pós-rompimento com a CONTAG, avançou significativamente e ganhou espaço. Favareto (2006, p. 38) afirma que o objetivo era a expansão e fortalecimento da agricultura familiar, categoria que passou a ser prioritária para os sindicatos filiados a FETRAF-Sul/CUT. Neste sentido, Rodrigues (2004, p. 46) afirma que a forma de atuação e representação para estes sindicatos, passou a ser tratada a nível regional:

Ter um caráter mais permanente, ter um público mais definido (agricultores familiares), ser um espaço e uma instância de elaboração de propostas e de estratégias de luta e, por fim, ser um organismo de direção regional de algumas lutas e atividades.

Figura 3 – Organização da estrutura sindical da agricultura familiar: Região Sul (2001).



Fonte: Elaboração do autor

*Apesar da FETRAF-Sul/CUT não ser reconhecida legalmente pelo Ministério do Trabalho, os STR's possuem o registro sindical.

Verifica-se que nesse momento essa nova organização estava apenas na Região Sul, não possuindo uma estrutura nacional, como Federação e Confederação. A FETRAF-Sul originou-se vinculada organicamente à CUT e herdou os princípios cutistas, tais como: busca pela representação, negação de atrelamento ao Estado, combate ao imposto sindical e busca pela liberdade e autonomia sindical. A CUT ainda deveria lutar para que todos os seus sindicatos deixassem de efetuar a cobrança, conforme relato do texto base do 13º Congresso Estadual:

O fim do imposto sindical é um dos princípios fundadores da CUT, pois é responsável pela proliferação das entidades de “gaveta”, burocratização dos sindicatos e desistência da luta das entidades pelos direitos da classe trabalhadora. O reconhecimento das Centrais em 2008 tornou ainda mais árdua a luta pelo seu fim. Os sindicatos devem atuar efetivamente em prol dos(as) trabalhadores(as), elevando o número de associados e convencendo-os de seu papel na transformação da sociedade (CUT PR, 2015, p. 41).

A nova estrutura da FETRAF rompeu com o sindicalismo tradicional e travou lutas com o agronegócio, realizando a defesa da agricultura familiar, visando consolidar seu reconhecimento nacional. Como afirma Ricci (2009b, p. 331):

A estrutura sindical paralela cutista era, desde o início, mais agressiva e procurava mobilizar uma ofensiva de lutas sociais que atingiam o empresariado rural e governos estaduais e federais, além de procurar representar os novos movimentos sociais rurais que não se sentiam contemplados pelo sistema contaguiano.

O sistema FETRAF identifica-se como representante da categoria da agricultura familiar, uma das quais, não se sentia representada no sistema CONTAG. O conceito de agricultura familiar, descrito nos princípios da “Frente Sul da Agricultura Familiar”, afirma: “Somos agricultores (as) e trabalhamos basicamente com a mão-de-obra familiar, possuímos pequena área de terra e nossa renda vem do trabalho na agricultura” (FETRAF, 2006, p. 30).

Em seus documentos, a FETRAF compara as diferenças entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, baseado nos estudos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, de 1995 (FETRAF/SUL CUT, 2006, p. 25):

Quadro 1 – Diferença entre agricultura familiar e patronal

Agricultura patronal/Agronegócio	Agricultura familiar
Completa separação entre a gestão e o trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos produtores
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Durabilidade dos recursos e na qualidade de vida

Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e de “momento”	

Fonte: FAO/INCRA, 1995, *apud* FETRAF/SUL CUT, 2006, p. 25.

A agricultura familiar se contrapõe ao agronegócio, termo/categoria esse desenvolvido e implantado no Brasil para representar a modernização da agricultura, deixando para trás o latifúndio e passando a ser uma agricultura de negócio empresarial. Na perspectiva do agronegócio, as propriedades rurais passam a ser tratadas como empresas, tanto que, empresários de diversos segmentos passam a adquirir terras, contratam mão-de-obra e produzem mercadorias. Por sua vez, a agricultura familiar mantém a relação com a terra e desenvolve as atividades agropecuárias com mão de obra predominantemente familiar, embora essas atividades sejam influenciadas pelo mercado interno e externo.

Nesse sentido, Amin e Vergopoulos (1986, p. 31-32) afirmam duas condições que permitem a submissão da agricultura ao capitalismo, ou a dependência da agricultura ao sistema capitalista; a primeira é a intervenção do capital no sistema produtivo e a segunda é de natureza política:

A primeira destas condições é a intervenção do capital dominante no próprio processo produtivo da agricultura. Este capital não é aquele utilizado na própria agricultura sob a forma de equipamentos avaliáveis na exploração agrícola. É o do complexo industrial e comercial alimentar, situado como avalista dos produtores rurais. Este capital impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, através da padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração das redes de coleta e comercialização. Não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer e como quer, e depois vende uma parte disso. Está reduzido a uma condição vizinha à do proletariado a domicílio. Esta intervenção no processo produtivo indica claramente que o capital não é a soma de capitais individuais; é mais que isso: é global, antes de ser individualizado. [...] A segunda condição é de natureza política. O capital não pode renunciar a aliança de classes com a propriedade fundiária, a menos que possa substituí-la pela integração social-democrata da classe operária ou por outra aliança de classes.

Portanto, o capital dominante visa através da “modernização da agricultura”, a dependência do agricultor, porque não é mais ele quem define o que produzir e como produzir, mas sim, a indústria mundial de alimentos que define tanto a produção, modo de produção e preço. A necessidade de “modernização” da

agricultura surgiu no momento em que o capital compreendeu “o peso do camponês no processo revolucionário” (SILVA, 2014, p. 159).

A estratégia de manutenção do modelo político-econômico capitalista passava pelo controle dos sujeitos do campo:

Essa população camponesa que trazia em sua forma tradicional de produção e de relação com a terra, a razão de ser da sua existência, bem como da sua resistência ao capital, só poderia ser subordinada a partir daquele espaço que lhe assegurava a permanência de suas características próprias, ou seja, a partir da terra. Era preciso, portanto, transformar essa agricultura tradicional. Era necessário transformar não somente a forma de ser dessa agricultura, mas a forma de ser da própria classe camponesa e sua relação com a terra. Era urgente submetê-la a um amplo processo de aprendizagem. O capital estava “disposto” a prestar-lhe tal auxílio, a levá-lo ao desenvolvimento (SILVA, 2014, p. 160).

No Brasil este processo de modernização da agricultura iniciou na década de 1940. Em um primeiro momento, criou-se em 1948 um programa de extensão rural com o propósito de repassar orientações técnicas aos produtores para que eles “entendessem” a necessidade de empregar de forma eficiente os fatores de produção: terra, capital e trabalho (SILVA, 2014, p. 166). A Revolução Verde, ocorrida a partir da década de 1960 contribuiu para essa integração entre agricultura e indústria, levando para o campo, com auxílio da extensão rural, as tecnologias responsáveis pela eficiência dos meios de produção. Essa integração contribuiu para que os agricultores ficassem dependentes do sistema e passassem a serem consumidores dessas tecnologias.

A implantação deste novo sistema contou com o apoio da assistência técnica, pesquisa tecnológica e o crédito. O Estado investiu na década de 1970, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMPRABA e na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, havia uma “preocupação do governo com a aplicabilidade do pacote tecnológico” (SILVA, 2014, p. 178). A consolidação deste sistema se deu a partir da inserção do crédito rural, que permitiu o acesso às novas tecnologias já introduzidas na agricultura brasileira:

As políticas de crédito e de subsídios destinados ao setor agrícola, especialmente no período de 1965 a 1976, bem como as políticas de preços que incentivavam a produção de determinadas *commodities*, foram determinantes para a modernização e a formação dos chamados complexos agroindustriais (SILVA, 2014, p. 185).

Este modelo do agronegócio se fortaleceu e se consolidou no Brasil e é contra este sistema que o movimento sindical da agricultura familiar combate. Sobre a utilização do termo agricultor familiar ao invés de camponês, há muitas reflexões e discussões relacionadas a este tema as quais esboçaremos a seguir.

Partindo da origem do uso do termo camponês no Brasil, Silva (2006, p. 28) afirma que o PCB teve um papel fundamental na sua construção. A partir dos anos de 1940, quando se lançou no campo brasileiro para conquistar “a massa” rural, trouxe em sua bagagem, resultado de um debate político construído na União Soviética, Europa e América Espanhola, o termo “*paysan*”, ou “campesino”. Durante a organização das Ligas Camponesas, em que o PCB teve influente participação, popularizou-se o termo camponês, que passou a ter forte vínculo com a luta pela terra (SILVA, 2006, p. 28).

Abramovay (1992, p. 59) considera que com o avanço do capitalismo no campo, houve a tendência do desaparecimento do campesinato, mas mantendo-se a produção familiar (agricultura familiar).

O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1992, p. 59).

Em sua tese, Abramovay (1992, p. 102) aborda a temática do modo de vida do camponês, em que a terra “vai além do fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são apenas sanguessugas”, fazendo referência ao campo como espaço de vida, considerando as relações entre os membros da família e comunidade.

No entanto, essas relações de reciprocidade, característica dos camponeses, correm o risco de serem extintas a partir do momento em que há inserção do camponês nas relações de mercado. Segundo Abramovay (1992, p. 117):

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam as relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social.

O autor afirma que a estratégia do capitalismo é tirar a relação do camponês com a terra e colocá-lo no mercado, transformando-o em um microempresário,

dependente das tecnologias da indústria, dos modos de produção e do preço, com tendência de se tornar um agronegócio familiar:

O agricultor passa a receber influências mercantis, com tendências de se comportar como microempresário, atendendo as exigências de mercado e até mesmo diversificando suas atividades como resposta às crises cada vez mais frequente da superprodução em que o próprio progresso técnico lançou (ABRAMOVAY, 1992, p. 192).

Outro autor que discute sobre a tentativa do capitalismo, em transformar o camponês em um agricultor familiar do agronegócio, é Fernandes (2003, p. 14) que faz referência às políticas instauradas na década de 1990, que tinham como objetivo tal transformação. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1994 a 1998, adotou medidas repressivas a organização social, principalmente aquelas com cunho de luta pela terra, reprimiu as ocupações com método de criminalização e amorteceu a luta implantando programas (Banco da Terra) que “resolveriam” a distribuição de terras, sem a necessidade de conflitos. Outra política descrita por ele é a política de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que teria a finalidade de facilitar a entrada das tecnologias modernas e causaria a dependência da agricultura.

O objetivo central era a desarticulação dos movimentos camponeses, sindicais e a constituição de novos espaços de representação. Considerava-se que “os problemas relacionados à questão da terra, do campo e da cidade, do capital e trabalho familiar, seriam resolvidos pelo avanço do capitalismo” (FERNANDES, 2003, p. 13). Este sistema traria consequências relacionadas à diferenciação social, renda capitalizada da terra, expropriação e miséria.

FHC instituiu a ideia de “novo mundo rural”, utilizando a noção de desenvolvimento sustentável, mercantilizando a questão agrária, colocando-a no território do capital, onde os camponeses tornam-se subalternos. Esta lógica pressupõe que as propriedades deveriam ser empreendedoras e que o crédito seria a alavanca para o “desenvolvimento da agricultura familiar”.

Fernandes (2003, p. 14) cita que nesse “novo mundo rural” a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar. A estratégia do governo foi convencer os trabalhadores que o mundo mudou e a luta pela terra é coisa do passado, não há necessidade dos sem-terra realizar ocupação, o Estado resolve através da legalidade, quem ocupa terras é subversivo, promove a desordem social

e merece ser preso (FERNANDES, 2003, p. 14). O autor acrescenta ainda que “toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa” (FERNANDES, 2003, p. 18).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a agricultura familiar é segmentada: agricultura familiar do agronegócio e agricultura familiar camponesa. Seguindo a lógica que determina a lei da agricultura familiar, o enquadramento para tal categoria, segue o critério da quantidade de área de terra (até quatro módulos) e exercer a atividade rural com predomínio de mão de obra familiar. Não leva em consideração fatores como modo de produção, relação social, ambiental, entre outros. Ou seja, a pessoa pode se enquadrar como agricultor familiar, mas seguir a lógica do agronegócio, com pensamento individualista e imediatista, focado na produção de *commodities* que atenderão a demanda do mercado. A agricultura familiar camponesa, além de atender os critérios da quantidade de terra e exercer as atividades com mão de obra familiar, leva em consideração outras formas de relação: com a terra, social, ambiental, entre outras. O modo de produção contraria a produção de monocultura para a exportação. Baseia-se na diversificação de culturas, com respeito ao meio ambiente e respeito às pessoas que consumirão o alimento produzido. As relações sociais são consideradas, tendo como base a reciprocidade e organização coletiva. O indivíduo passa a fazer parte de um grupo de sujeitos com ideais de transformação social. Estes são os sujeitos que o sistema capitalista teme.

É preferível ao capitalismo que o camponês deixe de existir, considerando que ele existe através da luta pela terra, isso o torna um perigo, pois pode gerar uma consciência de classe e provocar conflitos. Agora, quando não se consegue destruí-lo, tendo em vista que se recria, tenta-se refutar o conceito (FERNANDES, 2003, p. 20).

O projeto capitalista é controlar e impedir os camponeses de desenvolverem consciência de classe, perpetuando-se assim a sua hegemonia. É fato que o capitalismo avançou consideravelmente na agricultura e transformou muitas relações sociais, além de ter expulsado milhares de famílias agricultoras, passando essas terras a empresários rurais, pertencentes ao agronegócio latifundiário. É fato também que, paralelamente, há resistência dos camponeses que continuam lutando pela terra, organizados nos movimentos sociais, como é o caso do MST, que

continua organizando ocupações de terras, tomando dos latifundiários e devolvendo aos camponeses, recriando assim o campesinato.

Os movimentos sociais cumprem o papel na recriação das relações camponesas, contrariando o projeto capitalista. O movimento sindical, principalmente a organização da FETRAF, tem suas raízes na resistência camponesa e contribui também na recriação desses sujeitos, por vezes de forma mais direta, organizando ocupações e por vezes indireta, sendo parceiro dos movimentos sociais. “Nos sindicatos e federações empunha-se a bandeira política da reforma agrária, organizando os agricultores e agricultoras sem terra a lutar pelo direito de acesso à terra” (FETRAF-Sul/CUT, 2006, p. 47).

Verifica-se que a bandeira da reforma agrária é pertinente na pauta do movimento sindical nos dias atuais, conforme se identifica no documento produzido durante a I Caravana da Agricultura Familiar do estado do Paraná, coordenada pela FETRAF PR, que abordou a questão da terra no município de Reserva – PR, no dia 23 de abril de 2014:

A garantia de acesso à terra para quem nela vive e trabalha ou pretende nela viver e trabalhar é um dos alicerces estruturais desse novo Desenvolvimento. Para tanto, queremos clamar que haja um imediato processo de reversão do histórico processo que perpassou os 514 anos de exploração do território brasileiro (relembrados neste dia 22 de abril), onde até hoje somente se visualizou a concentração da terra, a expulsão de famílias e a teimosa e pouco valorizada luta pela transformação da terra no lugar de vida e de trabalho (FETRAF PR, 2014, p. 1).

O projeto de desenvolvimento pensado pela FETRAF é alicerçado na questão da terra, conforme descrito acima. Não há sindicalismo da agricultura familiar sem famílias no campo, por isso a necessidade de lutar pela garantia de acesso e permanência na terra e denunciar a histórica concentração de terras no país. Além desta questão, este projeto de desenvolvimento precisa considerar o modo de produção, comercialização, relações sociais, entre outras, visando construir uma agricultura familiar com raízes camponesas, que preserve as relações de reciprocidade, relações com o meio ambiente e convívio social. Urge rediscutir um novo modo de produção, com princípios da agroecologia, não dependente do oligopólio internacional, que respeite a biodiversidade e o consumidor final. Na questão de comercialização, é preciso repensar estratégias de canais diretos de relação com o consumidor, saindo da dominação da indústria mundial da

alimentação. Todas essas questões precisam ser tratadas e aplicadas, para evitar que a agricultura familiar se torne uma agricultura familiar do agronegócio ou um “agronegocinho”.

São desafios que este novo sindicalismo da agricultura familiar vem discutindo desde sua origem, mas até o momento não conseguiu fazer um enfrentamento a altura com o projeto do agronegócio. A questão é uma luta de classes e o sindicalismo tem seu papel na organização, formação e mobilização, conforme afirma o documento da FETRAF (2014):

Propositivo porque busca combinar a capacidade de organização de sua base; de mobilizar e pressionar e; a capacidade em elaborar e negociar propostas e políticas com o Estado e sociedade. Classista, democrático e de massas, porque se apoia na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores. Inovador, porque nunca teve medo de ousar e de romper com as estruturas arcaicas. [...] a Federação tem conseguido articular dois importantes focos de ação, a partir da afirmação de um novo modelo de desenvolvimento com base na sustentabilidade e na solidariedade: a luta pela redemocratização do acesso a terra (reforma agrária); e a luta pelo fortalecimento da agricultura familiar (FETRAF, 2014, p. 9-17).

Constata-se que há clareza na busca pela afirmação do novo modelo de desenvolvimento, com base na sustentabilidade e solidariedade, visando o fortalecimento da agricultura familiar. Este fortalecimento teve alguns avanços a partir de conquistas de políticas e conseqüentemente o sistema FETRAF se firmou como representante da categoria. Em um primeiro momento, constituiu uma representação de caráter regional (FETRAF-Sul/CUT) e aos poucos lutou por uma espacialização nacional, criando uma identidade própria para esta categoria. O reconhecimento como uma organização nacional ocorreu a partir de 2004:

A fundação de vários sindicatos e federações (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF e Federações da Agricultura Familiar – FAF’s) permitiu ações que viabilizassem o I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em 2004, em Brasília, possibilitando o desencadeamento de um processo de “nacionalização” da organização dos agricultores familiares, que há mais de 30 anos já se discutiam a possibilidade de uma nova organização sindical no campo brasileiro. A construção daquilo que denominam de um ator nacional passou a ser o objetivo central dos agricultores familiares, pois “não resta mais dúvida de que a agricultura familiar quer ter ‘cara’ nacional, quer ser protagonista nos rumos da conjuntura e na definição das estratégias de desenvolvimento, deixando de ser um mero coadjuvante secundário” (DESER, 2004, p. 10, *apud*, FABRINI; ROOS, 2014, p. 56).

Este Encontro Nacional contou com a participação de aproximadamente 2000 agricultores familiares, representando 22 estados brasileiros e deliberou pela criação

da FETRAF-Brasil/CUT, que se tornou realidade em novembro de 2005, em Luziânia-GO, durante o 1º Congresso Nacional da Agricultura Familiar (FETRAF, 2014, p. 8).

Consolidava-se uma nova fase na história da organização social no campo e do sindicalismo rural: a agricultura familiar, através da FETRAF, afirmava o seu instrumento de representação sindical no espaço nacional. Vale destacar que a conjuntura política favoreceu, tendo em vista a abertura de diálogo estabelecida entre o governo Lula em seu primeiro mandato com os movimentos sociais (FETRAF, 2013; FETRAF, 2014). É possível afirmar que houve a adesão para com este “novo sindicalismo” no campo, levando em consideração que em 2014 a FETRAF Brasil/CUT tinha em sua base 17 Federações estaduais filiadas e em 2016 criou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – CONTRAF Brasil/CUT, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, em Brasília – DF, durante os dias 23, 24 e 25 de maio⁶.

Na Região Sul ocorreram algumas alterações no sistema organizacional da FETRAF-Sul, conforme destaca o documento base do Congresso da FETRAF-Sul (2013), que aconteceu em São Lourenço do Oeste - SC e deliberou pela manutenção da Federação Regional. No entanto, se definiu pela criação e fortalecimento das Federações nos estados. No Paraná, em dezembro deste mesmo ano, realizou-se em Francisco Beltrão - PR, o Congresso Estadual da Agricultura Familiar, onde foi aprovada a fundação da FETRAF-PR.

Como citado anteriormente, outro princípio das oposições sindicais dos rurais da CUT era construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, com foco na agricultura familiar. Ao longo dos anos, observa-se a participação do sindicalismo combativo frente à reivindicação e conquista de políticas públicas em busca deste desenvolvimento (FETRAF, 2014, p. 11).

De acordo com o documento da FETRAF, muitas lutas foram realizadas neste período de construção de um sindicalismo combativo no campo, cumprindo com as

6 FETRAF BRASIL/CUT. **Direção da CONTRAF/BRASIL é eleita na noite desta terça-feira.** 2016. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/destaques/985/direcao-da-contraf-brasil-e-eleita-na-noite-desta-terca-feira>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

diretrizes da Federação: com trabalho de base, envolvendo as famílias agricultoras no processo de discussão e participação social; bem como elaborando e defendendo propostas, articulando com a mobilização de “massa” dos trabalhadores; luta contra todas as formas de “exclusão” e discriminação; além de defender um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e solidário, que considere a agricultura familiar como um componente fundamental (FETRAF, 2014, p. 13).

O fortalecimento da categoria ocorreu, segundo documentos da FETRAF, a partir de algumas conquistas, frutos da organização, mobilização e proposições deste “novo sindicalismo”: aposentadoria rural contemplada na Constituição (1988) (para homens); inclusão das mulheres na Previdência Rural (1992) e o salário maternidade (1994); consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (1995); Programa Nacional de Habitação Rural (2004); Seguro da Agricultura Familiar – SEAF (2005), dentre outras (FETRAF-SUL, 2010). São lutas por direitos que não abalam as estruturas do sistema capitalista, mas é preciso considerar que essas conquistas menores contribuem para o avanço de lutas maiores.

O sindicalismo da FETRAF aponta como princípios o trabalho organizativo nas comunidades, municípios, regiões, com abrangência estadual e nacional, levando em consideração as diversidades das realidades e sujeitos envolvidos, constituindo-se como um instrumento de organização e “representação” da agricultura familiar. A questão da “representação” pode se tornar um problema no sindicalismo. Young (2006, p. 149) afirma que o principal problema da representação é a “desconexão” entre o representante único, com os muitos representados.

Neste caso, o diretor do sindicato, necessita estar “conectado” aos associados, discutindo nas comunidades de bases os problemas que afetam as famílias e, conseqüentemente, buscando no conjunto soluções para estes. O grande cuidado que o sindicalista deve ter é não se tornar um “profissional de representação” ou compreender que a função de diretor sindical é “uma carreira”, alerta feito por Silva (2009a, p. 109) quando trata dos problemas do sindicalismo tradicional.

Seja como for, nesse período, todo aquele que chegou à condição de presidente de sindicato abandonou as lidas agrícolas em troca da militância em tempo integral. O agricultor se tornou sindicalista “liberado” e passou a

receber uma gratificação pelo exercício da função. Mas, daí em diante, ele não aspirava mais a continuar sendo um “trabalhador rural”, independentemente do que dizia. É como se o afastamento da atividade braçal significasse comodidade e ascensão social, um símbolo de prestígio (SILVA, 2009a, p. 109).

Esse é o problema central da “representação”, quando o sindicalista torna-se um “representante” e deixa de ser agricultor. Como descreveu Silva, na citação acima, o sindicalismo tradicional apresentava com frequência esses casos. A preocupação vale para o “novo sindicalismo” organizado pela FETRAF. O sindicalista deve exercer a atividade de diretor sindical, mas continuar a labutar na terra junto com sua família.

A agricultura familiar conquistou, através da luta, seu espaço no cenário nacional e hoje (2016) é reconhecida nacionalmente através da reedição da Portaria 326 do Ministério do Trabalho, que trata do registro sindical publicado no Diário Oficial da União em 21 de maio de 2015 e permite a criação de sindicatos específicos da agricultura familiar ou de assalariados rurais. Isto resultou numa transformação da estrutura sindical rural, a CONTRAF Brasil/CUT busca se consolidar como uma estrutura sindical reconhecida legalmente pelo Ministério do Trabalho; a CONTAG com 52 anos, é um sistema consolidado “com mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) filiadas”⁷ e, neste contexto, surgiu uma nova estrutura específica dos assalariados rurais.

Foi fundada no dia 31 de outubro de 2015, em Brasília-DF, a Confederação Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), que conta com apoio da CONTAG, CUT e CTB. Em discurso durante o I Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais, Carmem Foro, vice-presidente da CUT Nacional, em discurso no I Congresso da CONTAR, afirmou o seguinte⁸:

Foi um longo processo de debate e de amadurecimento no sentido de construir uma nova organização para os assalariados e assalariadas rurais e, enquanto isso, a Contag, as Federações e os Sindicatos cumpriram seu papel na defesa dos assalariados no Brasil. A CONTAR nasce a partir do

⁷ CONTAG. Disponível em:

<<http://contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

⁸ FORO, C. In: CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/assalariados-rurais-fundam-confederacao-com-apoio-da-cut-5ae8/>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

protagonismo dos próprios assalariados e assalariadas rurais e esse é um importante passo para o avanço da luta da classe trabalhadora. Nasce também com enormes desafios a enfrentar, considerando que existem índices alarmantes de informalidade, que as condições de vida e trabalho dos assalariados rurais no Brasil são precaríssimas, que o trabalho escravo infelizmente ainda é uma realidade a ser enfrentada e que há a necessidade de se buscar assegurar a inserção das mulheres nas relações de emprego no campo. Essa é uma relação direta entre capital e trabalho (FORO, 2015).

Vale destacar que Federações de Assalariados e Assalariadas Rurais, ligadas a CONTAG, estão realizando o processo de dissociação e devem integrar ao Sistema CONTAR. No Paraná, em Assembleia realizada pela FETAEP nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, alterou-se o estatuto da FETAEP e criou-se a nova Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais do Paraná, a FETARP. A partir de agora a FETAEP, que passou de categoria eclética para específica, representa a agricultura familiar e tornou-se Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Paraná⁹.

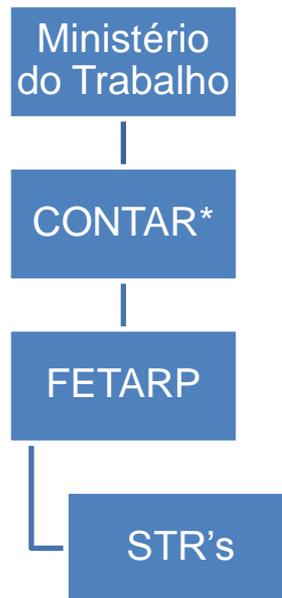
Portanto, a partir de agora, a CONTAG passará para a representação específica da categoria da agricultura familiar, assim como a FETRAF. Já a CONTAR representará os assalariados rurais.

A CONTAG deve promover a alteração estatutária para assegurar a representação e representatividade dos agricultores e agricultoras familiares; firmar o conceito de agricultura familiar e definir ações estratégicas em conjunto com a CONTAR. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados(as) Rurais deve definir sua relação com as centrais sindicais (CONTAG, jornal nº 129, dez. 2015, p. 13).

A seguir serão representadas as organizações dessas três estruturas sindicais, representantes dos trabalhadores no campo. A FETRAF e CONTAG representando e disputando sindicatos da agricultura familiar e a CONTAR contando com o apoio da CONTAG, representará os assalariados rurais.

⁹ FETAEP. Disponível em: <http://www.fetaep.org.br/?pg=ler_noticia&id=551>. Acesso em: 11 fev. 2016.

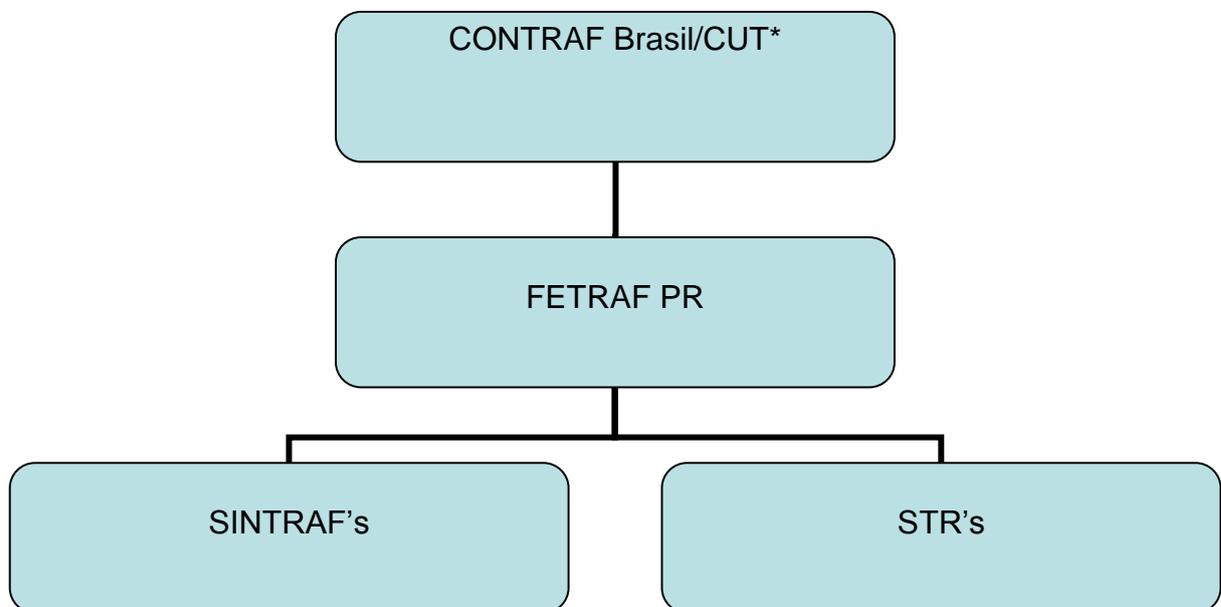
Figura 4 – Organização da estrutura sindical dos assalariados rurais no Paraná (Fev. 2016)



Fonte: Elaboração do autor.

*A CONTAR não é filiada nem a CUT e nem a CTB. As Federações tem a liberdade de escolher entre uma e outra.

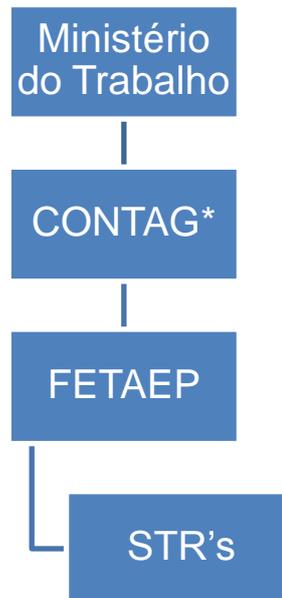
Figura 5 - Organização da estrutura sindical da agricultura familiar no Paraná (CONTRAF) (Fev. 2016)



Fonte: Elaboração do autor.

*A CONTRAF ainda não é reconhecida pelo Ministério do Trabalho, apenas os STR's pertencentes a sua base.

Figura 6 - Organização da estrutura sindical da agricultura familiar no Paraná (CONTAG) (Fev. 2016)



Fonte: Elaboração do autor.

*A CONTAG não é filiada nem a CUT e nem a CTB. As Federações tem a liberdade de escolher entre uma e outra, neste caso, a FETAEP é filiada a CTB.

A CONTAG se desfiliou da CUT em 2009, exatamente pelas rupturas provocadas com a FETRAF. Como a CUT apoiava esse novo modelo de sindicalismo do campo, houve descontentamento nas bases sindicais da CONTAG, principalmente nos estados em que havia a disputa com a FETRAF e durante o 10º Congresso, numa votação acirrada, a maioria aprovou a desfiliação:

A desfiliação foi aprovada por 1.441 votos contra 1.109 durante o 10º Congresso Nacional da Contag. Segundo Alberto Broch, eleito novo presidente da entidade, a partir de agora a Contag trabalhará em coordenação com a CUT e com a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). A entidade estava filiada à CUT há 14 anos. “Hoje, a base da Contag está ligada a duas centrais e vamos trabalhar com as duas, independente de filiação. Entre as federações, 17 são filiadas à CUT, seis à CTB e quatro são independentes. No entanto, as grandes federações estão ligadas à CTB - formada em 2007 por uma dissidência do PCdoB -, o que faz com que cerca de 3 mil sindicatos estejam vinculados a essa central sindical, e não à CUT [...] A tese da desfiliação era defendida pelos delegados vinculados às federações de trabalhadores na agricultura do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Minas Gerais e da Bahia – todos ligados à CTB. Os trabalhadores que votaram pela desfiliação acusam a CUT de reconhecer a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) como interlocutora dos trabalhadores do campo em vez de defender a unicidade sindical (AGÊNCIA BRASIL, mar. 2009).

Este é o panorama das estruturas do sindicalismo rural brasileiro, uma história em movimento. No item a seguir, faremos uma análise da trajetória do sindicalismo

do campo no Estado do Paraná, relacionando seu surgimento com as lutas de resistências dos camponeses.

1.1 Resistências camponesas e sindicalismo rural no Paraná

A relação do sindicalismo rural brasileiro com a luta pela terra já se evidenciou neste trabalho. No Paraná, essa relação também faz sentido. O cenário de origem é a região Norte do estado. O acontecimento que marcou esta relação foi a conhecida “guerrilha de Porecatu”. Outros acontecimentos que marcaram a resistência camponesa e que estão relacionados com a terra e sindicalismo ocorreram na Região Sudoeste do Paraná. O primeiro que marcou com vitória a história camponesa foi a Revolta dos Posseiros (1957); o segundo, fruto dessa vitória recente dos posseiros, foram as oposições sindicais que deram novo rumo ao sindicalismo.

1.1.1 Guerrilha de Porecatu

Poderia ter sido apenas mais uma disputa pela terra, assim como já havia ocorrido em outros territórios do país, mas a presença de sujeitos externos, mudou o rumo desta trajetória, da região e do contexto histórico do Brasil. Trata-se aqui, da presença na região do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia novos princípios, em que a defesa e o protagonismo da classe trabalhadora eram fundamentais.

O PCB foi fundado no Brasil em 1922, um dos mais antigos partidos do país, com intuito de unificar a luta operária e camponesa; eleger pessoas dos próprios trabalhadores e não votar no patrão (SILVA, 2006, p. 33).

A disputa de terras faz parte da história do Brasil desde sua colonização. No Paraná a “guerrilha de Porecatu” marcou com sangue a sua história, mas deixou um legado de resistência dos camponeses. No final da década de 1940 e início de 1950, o governo do Paraná doou aos grandes proprietários, terras que já estavam ocupadas por posseiros. Assim, a região de Porecatu presenciou um grande enfrentamento entre esses posseiros, encorajados por integrantes do PCB, contra os fazendeiros, jagunços e policiais do estado do Paraná e São Paulo.

Ao protagonizar o movimento armado de Porecatu, o Partido ensaiou a constituição de organizações rurais com características sindicais: as ligas camponesas do Paraná (SILVA, 2006, p. 51).

Mas tudo iniciou em 1942, quando o governo, com o objetivo de colonizar 120.000 hectares de terras nesta região, atraiu lavradores de diferentes partes do país com promessas fartas e terras baratas. O título dessas propriedades, não foi fornecido aos posseiros, que ficaram apenas com um acordo verbal com o então governador do estado Manoel Ribas.

Em 1945 houve a troca de governo e assumiu o poder Moysés Lupion, que não forneceu o título aos posseiros, pelo contrário, cedeu a grupos da elite ligados a seu governo. Os posseiros, comandados pelo PCB, pegaram em armas para “defender o seu direito”. Em 1945 o município de Guaraci foi sede das primeiras lutas pela posse das terras e o lugar da organização inicial dos posseiros, cujo objetivo era combater a desapropriação, permanecendo nos lotes de terra. Cerca de 1500 posseiros armados reuniram-se para reivindicar a posse da terra (SILVA, 2006, p. 53-57).

Sem dúvida os comunistas foram um dos principais protagonistas dessa resistência. Silva (2006, p. 71) afirma que os posseiros se prepararam e se armaram de tal forma que no final do ano de 1950, após mortes de jagunços e militares, eles passaram a ser respeitados. O chefe da polícia chegou a afirmar que a situação na região estava séria e fora do controle.

É obvio que essa organização dos camponeses e o controle de um território dentro do Estado comandado por um grupo de comunistas incomodou a administração pública. Em 1951 o governo desencadeou operações militares e prendeu todos os dirigentes do Partido de Londrina sem mandado judicial. A justificativa era que os mesmos representavam um risco para a sociedade. O Estado, mais uma vez, apoiou a classe dominante, decretando a vitória do latifúndio e deixando muitos filhos de camponeses sem conhecer seus pais. Esta região se tornou a maior área de latifúndio do estado do Paraná.

Após os acontecimentos de Porecatu, segundo Silva (2009a, p. 94), o PCB transformou sua política e suas táticas. O extremismo da luta armada deu lugar à atuação conciliadora e legalista. Buscou a organização dos trabalhadores urbanos e rurais dentro da forma legal.

Como era fraco o desenvolvimento urbano nesse período, o PCB motivou uma organização mista, formando a União Geral dos Trabalhadores (UGTs), que mais tarde seria desmembrada, criando os primeiros sindicatos dos lavradores e trabalhadores do Estado, que certamente configuravam entre os primeiros sindicatos camponeses criados no Brasil nos anos 1950.

Em 29 de janeiro de 1956, nascia o primeiro sindicato camponês do Paraná, o Sindicato dos Colonos e dos Assalariados Agrícolas de Londrina. A onda de sindicalização se espalhou por vários municípios, culminando com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná (mais tarde chamada FETAEP) no primeiro semestre de 1963 e, depois, com a criação da Confederação Nacional (Contag). Os comunistas fundaram no Paraná, ao todo, 86 sindicatos no campo (SILVA, 2009a, p. 95).

No entanto, a luta dos camponeses ficou em segundo plano. Durante o V Congresso do PCB, em 1960, como afirma Martins (1983), definiu-se nas resoluções, em mudar a ordem de referência, falando primeiro em trabalhadores rurais e só em segundo lugar em camponeses sem-terra. Essa mudança afastou o Partido das Ligas, aproximando dos sindicatos, disputando com a Igreja a abertura de sindicatos. Mas, o empenho parece ter sido maior na organização de federações e confederação sindical, do que nas bases sindicais propriamente. “Parece que a partir de 1962, a Igreja começa a disputar também a possibilidade do controle da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas que viesse a ser fundada” (MARTINS, 1983, p. 87).

A disputa da “base” camponesa era evidente entre o PCB e a Igreja Católica, principalmente a ala Jesuíta, como afirma Silva (2009a, p. 98):

Simbolizando essa oposição, em 13 de agosto de 1961, no mesmo dia em que os comunistas realizavam em Maringá o II Congresso de Trabalhadores Rurais, os católicos organizaram uma grande manifestação, a “festa da lavoura”. Desse modo, nasceu a Frente Agrária do Paraná (FAP), com a incumbência de enquadrar o campesinato em sindicatos católicos, longe do alcance dos partidários do PCB.

A disputa entre comunistas e católicos acelerou a expansão do sindicalismo rural no Paraná. Os militantes da ala conservadora da Igreja Católica, com aval dos militares, ocuparam os postos dos comunistas e sob nova direção, “a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná, antes fundada pelos comunistas, agora passará a chamar-se Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP)” (SILVA, 2009a, p. 102).

As características do sindicalismo adotado após o Golpe Militar (1964) não beneficiavam os camponeses. Silva (2009a, p. 107-109) afirma que os presidentes de sindicatos monopolizavam e concentravam as ações. Este cargo era visto como uma carreira, uma profissão e tornou-se comum a permanência do presidente no cargo por vários mandatos consecutivos. O dirigente sindical perdeu o contato com a “base”, e em muitos casos já não exercia a atividade na agricultura, e o que garantia sua permanência na função era a relação que possuía com os demais sindicalistas da alta cúpula (federação e confederação). A FETAEP por sua vez, também repetia essa prática, pois os dirigentes perpetuavam-se no poder e não havia oposição, resultado do monopólio que a organização praticava.

1.1.2 Movimentos sociais, luta pela terra e as oposições sindicais no Sudoeste do PR

Um sindicalismo assistencialista e submisso ao Estado predominou na Região Sudoeste até meados da década de 1970, quando passou a ter oposições sindicais motivadas principalmente por outra ala da Igreja Católica, com base na teologia da libertação, através dos trabalhos das CEB's e da CPT, bem diferente da visão conservadora. Contou ainda com a participação da Associação de Estudos e Orientação Rural – ASSESOAR, que havia sido criada em meados da década de 1960 com apoio dos padres belgas. Outro fator fundamental a ser considerado foi a história recente de luta e vitória dos posseiros (1957), que haviam expulsado as Companhias de terras e ganhado o direito de posse da terra. Este fato estava muito presente na memória dos agricultores e contribuiu no trabalho de organização e luta por um novo sindicalismo.

Durante as décadas de 1950 até meados de 1980, a população sudoestina era predominantemente rural, com economia de base agrícola e extração vegetal. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2009), até 1950 o espaço Sudoeste era constituído por três municípios: Clevelândia, Mangueirinha e Palmas, e parte do município de Laranjeiras do Sul (porção referente a Quedas do Iguaçu). Entre os anos de 1950 e 1960, outros sete foram criados, sendo eles: Francisco Beltrão, Pato Branco, Coronel Vivida, Chopinzinho, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema; a partir dos quais

foram desmembrados os municípios que hoje compõem sua divisão político administrativa.

Tabela 1 – População censitária da Região Sudoeste do PR

Ano	População rural	População urbana	Grau de urbanização	Total
1950	85.687	8.471	9%	94.158
1960	232.043	50.118	19%	267.405
1970	412.354	100.156	20%	512.510
1991	303.518	285.040	48%	588.558
2000	227.222	357.585	61%	584.807

Fonte: IBGE, IPARDES, 2009. Elaboração do ator.

A “modernização” da agricultura, o avanço do latifúndio e a chegada de algumas indústrias na região foram fatores que provocaram a migração das famílias do campo para a cidade. Muitas famílias deixaram a região rumo a outros centros urbanos. Na perspectiva de defesa dos pequenos agricultores expropriados que os trabalhos da Igreja foram dirigidos, com formação de grupos de jovens que originaram a Juventude Agrária Católica - JAC, catequese familiar e outras ações comunitárias que seguiam as diretrizes do Concílio Vaticano II.

No início da década de 1960 chegaram à Região os padres belgas, “Missionários do Sagrado Coração – MSC”, que trouxeram em suas bagagens o compromisso de trabalho junto aos pobres e marginalizados. Segundo relato do Sr. Daniel Meurer (2016), um dos jovens protagonistas dessa história, “os belgas escolheram o Sudoeste, pelo fato da grande presença de pequenos agricultores”. Seguiram na metodologia de trabalho com a juventude rural guiado pela fé/mística e valorização do ser humano. Realizaram trabalho nos municípios de Capanema, Marmeleiro, Barracão, Enéas Marques, Verê, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. No dia 10 de fevereiro de 1966, esse grupo de jovens juntamente com os padres belgas, fundaram a ASSESOAR¹⁰.

¹⁰A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, (ASSESOAR) foi criada, em 1966, por estes jovens agricultores, com o apoio de Padres Belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus (Pe. José caekelbergh está na foto acima), e Profissionais Liberais de Francisco Beltrão, Paraná, ligados à Juventude Agrária Católica (JAC). É uma Associação constituída e dirigida por Agricultoras e Agricultores Familiares. Disponível em: <http://assesoar.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 13 fev. 2016.

Figura 7 – Associados(as) fundadores(as) da Assesoar (1966)



Fonte: ASSESOAR. (1966)

O princípio de formação de lideranças teve continuidade nas ações desenvolvidas pela ASSESOAR e isto foi fundamental para a expansão do sindicalismo na região, conforme destaca o Sr. Daniel Meurer (2016), “em 1970 começam pipocar sindicatos através do nosso trabalho”. Entretanto, reconhece como um erro apenas a fundação e o não acompanhamento dos sindicatos fundados. A consequência foi lideranças serem corrompidas pelo sindicalismo controlado pelo Estado que predominava no país.

Apesar de o comodismo predominar no sindicalismo, o trabalho de formação realizado nas comunidades pela Igreja e pela ASSESOAR possibilitou chegar a meados da década de 1970, com um grande número de lideranças comprometidas dispostas a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Meurer afirma que “havia grupos mensais de reflexão nas comunidades (6 a 10), catequese trabalhada de maneira dinâmica, lideranças sindicais autênticas”, uma base muito sólida, que propiciou condições favoráveis de fazer a luta contra o latifúndio que assombrava a

região. Ressalta-se que nesse período o MASTES, que foi criado através dos sindicatos, já desempenhava um trabalho organizativo.

Em seu depoimento, Meurer continua: “Ora, com essa realidade, já havendo grandes áreas concentradas, reforma agrária não vai vim, não deu outra, nós tinha presente na cabeça a vitória de 57, nós vamos à luta e vamos ocupar as grandes áreas” (MEURER, 2016). Foi assim que ocorreu a ocupação da Fazenda Anoni, em Marmeleiro – PR, sendo a primeira ocupação de terra da região. A Igreja ajudou nesse momento, arrecadando alimentos nas Paróquias e repassando para o acampamento.

Sobre este momento vivido na Região Sudoeste, Callegari (2013) faz a seguinte constatação:

A formação da fazenda Anoni é reflexo de que a terra estava se concentrando e se “modernizando” na região deixando sem espaço diversos camponeses. Por isso a importância da ocupação. Sem nenhum incentivo, com pouco acesso aos créditos agrícolas e expropriados da “modernização” do campo os trabalhadores passaram a ver a ocupação como uma forma de conquistar a terra para manter as relações no campo (CALLEGARI, 2013, p. 29).

Nestas afirmações feitas por Meurer (2016) e Callegari (2013), verifica-se a revolta dos camponeses em relação à dominação exercida pelo latifúndio, que se apropria da terra para gerar renda e ampliar seu capital.

A indignação demonstrada na resistência camponesa nos remete para a reflexão de que o camponês não se sujeita a ser um proletariado e a ficar sob o comando da classe dominante, assistindo passivamente o acúmulo de capital e concentração de renda. O camponês teima em existir e sua existência está condicionada à sua relação com a terra.

[...] a existência camponesa está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa à proletarianização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidades de existência por meio de lutas e resistência (FABRINI, 2003, p. 41).

A luta e resistência compõem a história dos camponeses do Sudoeste do Paraná. A luta e vitória dos posseiros, a organização por dentro dos MASTES e

ocupações de áreas do latifúndio caracterizam as possibilidades criadas pelos camponeses em ficar na terra ou conquistá-la, recriando o campesinato.

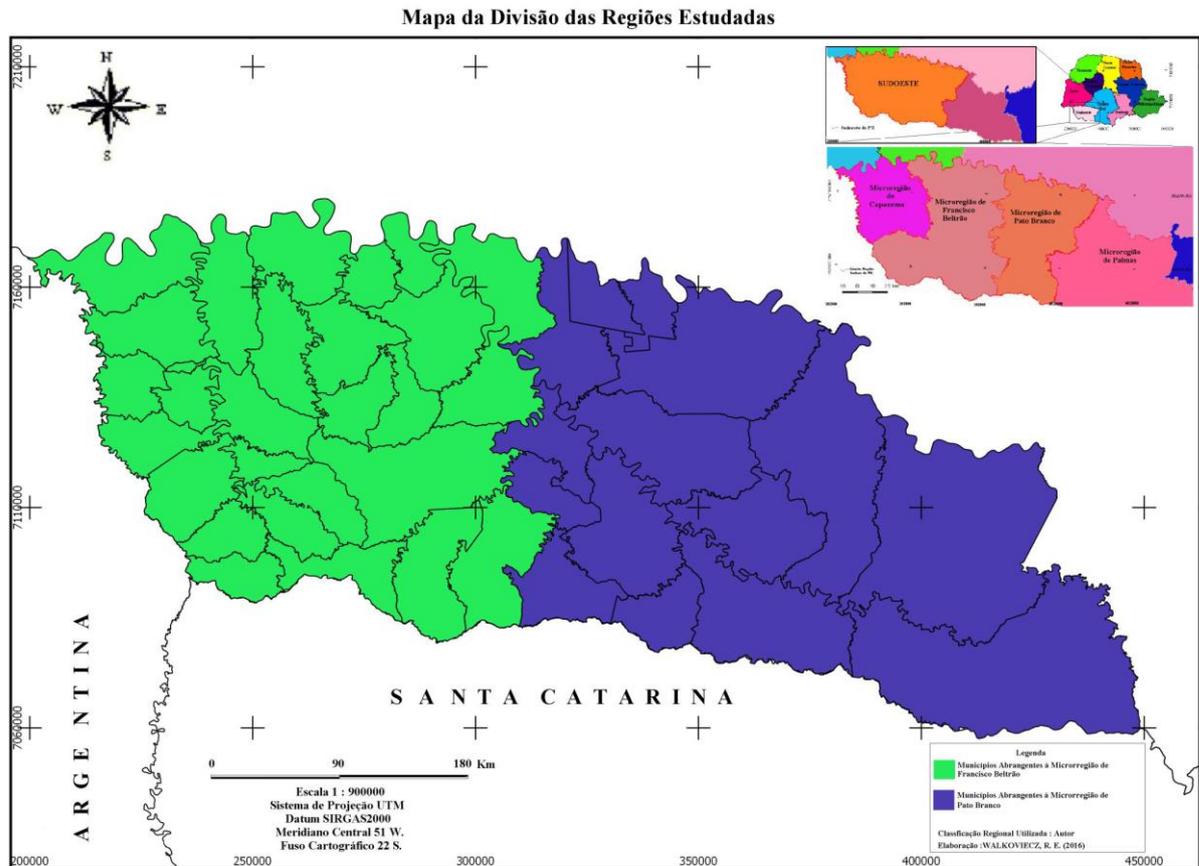
Algumas concepções sobre o conceito camponês e agricultor familiar foram brevemente tratadas anteriormente. Não caberá nessa pesquisa aprofundar a discussão sobre tais diferenciações e caracterizações de seus princípios. O novo sindicalismo rural adotou o conceito de agricultura familiar a partir da década de 1990 e buscou criar uma identidade própria a este segmento que não se sentia representado pelo sistema sindical da CONTAG e nem no MST.

No item a seguir, abordaremos a expansão deste novo sindicalismo no Paraná, considerando seu papel na construção do desenvolvimento da agricultura familiar.

1.1.3 Expansão do novo sindicalismo no Paraná

Este contexto de lutas, resistências e conquistas contribuiu para o fortalecimento do sindicalismo combativo no meio rural. A vitória da oposição sindical em Francisco Beltrão em 1978 desencadeou o fortalecimento de oposições sindicais em municípios próximos de Beltrão. Formou um bloco de sindicatos combativos, que passaram a ser conhecidos como sindicatos da “micro 1”, representados no mapa 1 pela cor verde. Os sindicatos próximos ao município de Pato Branco, não tiveram a mesma adesão às oposições e a estes passaram a serem chamados de sindicatos da “micro 2”, representados no mapa 1 pela cor azul.

Mapa 1 – Mapa da divisão das regiões estudadas

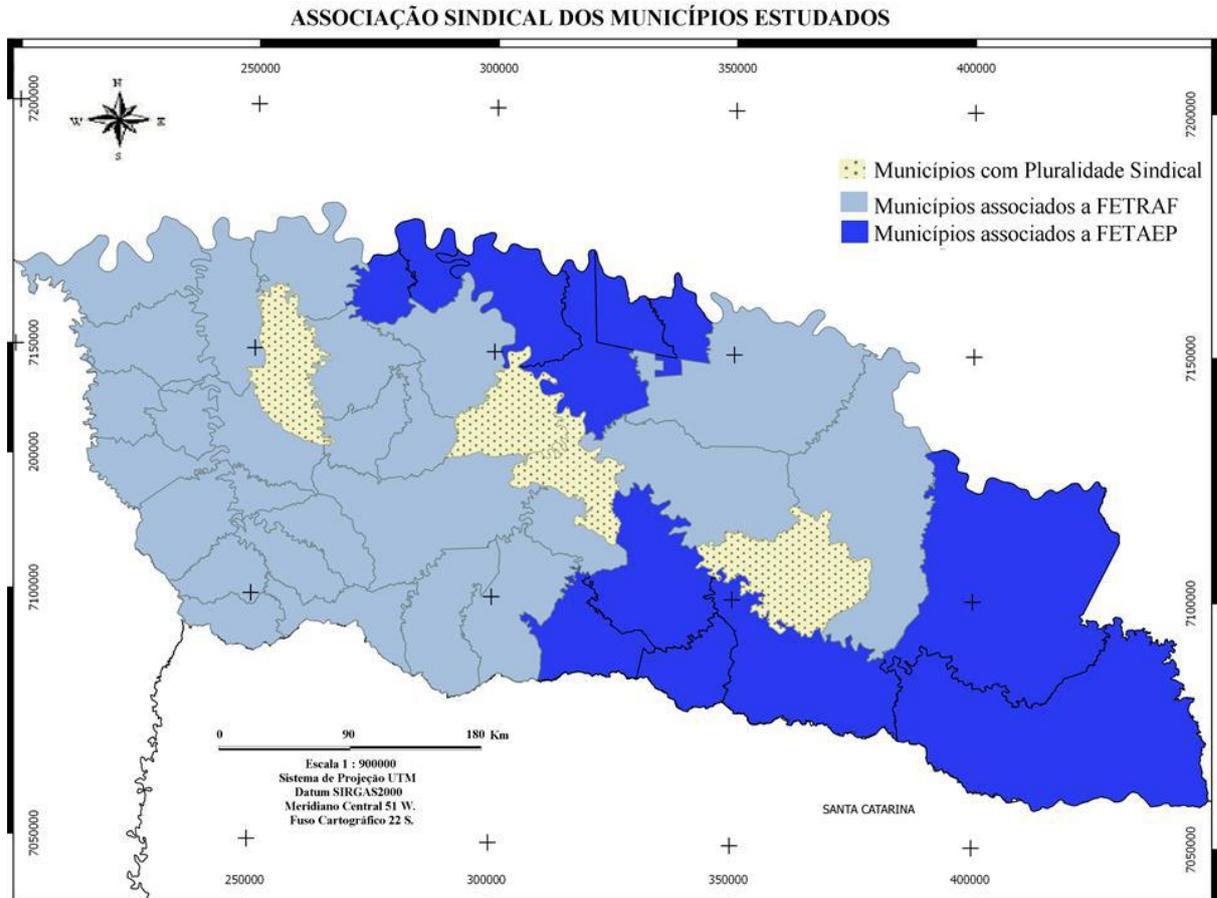


Fonte: Elaboração WALKOVIECZ, R. E. (2016)

O STR de Francisco Beltrão se tornou referência na Região Sudoeste comandando os sindicatos combativos e posteriormente se uniu aos sindicatos combativos do Oeste Catarinense e Noroeste Gaúcho, culminando na década de 2000 na fundação da FETRAF Sul, conforme descrito anteriormente. A criação da FETRAF PR ocorreu em Beltrão, simbolizando o avanço do sindicalismo da agricultura familiar no estado paranaense.

Analisando os sindicatos da Região Sudoeste, atualmente prevalece a filiação na FETRAF PR, conforme se identifica a seguir, persistindo o predomínio na micro 1. Dos 27 municípios que a compõem, em 24 há base do novo sindicalismo, considerando que em 2 destes fundou-se um SINTRAF e o atual STR permaneceu base da FETAEP, caracterizando a pluralidade sindical. Já na microrregião 2, dos 15 municípios, 11 são base da FETAEP, sendo que em 2 criou-se um SINTRAF (FETRAF).

Mapa 2 – Associação sindical dos municípios estudados



Fonte: Elaboração WALKOVIECZ, R. E. (2016)

Na tentativa de ampliar seus horizontes e criar uma identidade ao movimento, aprovou-se ainda durante o I Congresso da FETRAF PR (2013), a realização de caravanas da agricultura familiar uma decisão ousada e inédita do sindicalismo do Paraná. A lógica era passar nas regiões, reunir os agricultores familiares, discutir os problemas pertinentes e fazer proposições de possíveis reivindicações do movimento sindical.

A agricultura familiar no Estado do Paraná demandou uma nova federação, mais autêntica que represente verdadeiramente os anseios e especificidades dos agricultores das diferentes regiões do estado paranaense. Visando atender essa expectativa, a FETRAF PR realizou no primeiro semestre de 2014, a I Caravana da Agricultura Familiar, com o lema “mãos que alimentam a nação e preservam o meio ambiente”, percorrendo seis regiões. Assim, foi possível conhecer e debater na base as diferentes formas de agricultura familiar e construir em assembleias, saídas propositivas.

Quadro 2 – Regiões percorridas pela I Caravana da agricultura familiar e temas afins (2014)

Região	Tema
Centro Sul (Palmeira)	Meio ambiente
Vale do Ribeira (Cerro Azul)	Mercados institucionais
Campos Gerais (Reserva)	Questão agrária
Centro (Candói)	Habitação rural e juventude
Noroeste (Guaíra)	Águas
Sudoeste (Capanema)	Produção de alimentos e energia

Fonte: FETRAF PR. Elaboração do autor.

Documentos da Caravana destacam como objetivos centrais a síntese de três momentos: o resgate da história da agricultura familiar, a celebração do “ano da agricultura familiar” e, a preparação para os desafios futuros.

a) O resgate da história de lutas e resistências da agricultura familiar. b) A celebração do “Ano da Agricultura Familiar”, promovido pela FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, num momento em que o mundo exige o fim da fome e segurança alimentar. c) E por fim, a preparação para os desafios do futuro, com o desafio de pensar em um modelo de desenvolvimento que tenha suas bases na valorização da pessoa, da cidadania, da democracia, da sustentabilidade e solidariedade (Documento base da I Caravana 2014, p. 1).

Para o coordenador nacional da FETRAF Brasil, o paranaense Marcos Rochinski, a caravana simboliza o rompimento com o comodismo, em que os dirigentes sindicais estão com os agricultores e não fechados em escritórios.

Nosso diferencial (FETRAF) é de dirigente sindical sair de traz das escrivinhas e se desafiar a sair em caravana com os agricultores familiares, construindo propostas e se mobilizando pra garantir políticas públicas a esta categoria (ROCHINSKI, Discurso de abertura da I Caravana, 21 abr. 2014).

O depoimento do coordenador estadual de finanças da FETRAF PR, Diego Kowald (2016), aponta para essa mesma perspectiva de construção coletiva de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário para a agricultura familiar:

A FETRAF-Paraná tem no seu embrião as bases que lançaram o “Novo Sindicalismo” como ficou conhecido o processo de oposições sindicais que combatiam e, ainda combatem, o peleguismo dos Sindicatos atrelados ao Estado e aos patrões em detrimento da categoria. Estes princípios estão alicerçados a uma ação política dos Sindicatos em defesa a um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário que articula os diversos atores da agricultura familiar considerando as dimensões políticas, sociais, culturais e

ambientais. Isto conduz a uma forte e articulada ação política, na contramão do assistencialismo e da prática autoritária de dirigentes. Tendo claro que este é o nosso projeto e que é nele que temos que embasar nossa ação política, temos buscado desenvolver ações que vem ao encontro a esta perspectiva. Porém, nos dias atuais convivemos com uma forte cultura individualista de desconstrução da ação coletiva que tem se disseminado especialmente no espaço rural, onde infelizmente, em muitos casos, os Sindicatos têm adotado ações de prestação de serviços entre outros benefícios para estimular a permanência do quadro social, já que pelo viés de consciência política e de participação social cada vez menos encontramos pessoas dispostas a assumir (KOWALD, 2016).

Kowald caracteriza o novo sindicalismo, mas reconhece o desafio de convencimento dos agricultores, de transformar o sindicato assistencialista em combativo. A raiz do “sindicalismo de Estado” continua impregnada na memória dos agricultores e para mudá-la é preciso dar continuidade ao trabalho organizativo e inovando nas ações constantemente.

Acreditamos que ações de articulação, mobilização e organização de jovens e mulheres caracterizam bem este novo processo, renovando quadros e lideranças nos sindicatos. A descentralização das ações nas microrregiões e municípios é outro método que permite avançar na consolidação do processo organizativo e credibilizando seriedade à luta. Como exemplo podemos citar a Caravana da Agricultura Familiar que circula todo o Estado conhecendo as diferentes realidades da agricultura e, discutindo junto aos agricultores suas demandas e necessidades que se constituem em bandeiras de luta dos sindicatos e da federação. É por isso que a FETRAF-Paraná defende a liberdade e a autonomia sindical, pelos quais se garanta que a sociedade e o Estado aceitem que os trabalhadores tenham plena liberdade de definir como querem se organizar e a plena autonomia na elaboração de suas estratégias e na condução de suas ações, contra qualquer dependência em relação ao Estado, aos partidos políticos e às instituições religiosas (KOWALD, 2016).

A coordenação da FETRAF PR compreende que a Caravana realizada em 2014 é um meio de levar a ideia do novo sindicalismo aos agricultores. Outro meio é o “mutirão”¹¹ realizado pelos sindicatos, em que a direção se reúne e visita as famílias em suas casas, conversam pessoalmente sobre os problemas, desafios e perspectivas do cotidiano. Além da conversa individual, faz-se também a conversa na comunidade, tratando a partir das especificidades os problemas coletivos que assolam a agricultura familiar.

¹¹ Mutirão ou pichurum faz uma relação ao trabalho coletivo, em que as famílias trocam dias de serviços de maneira solidária. Neste caso, a direção do STR faz um mutirão em visita as famílias e comunidades.

A Caravana também pode ser considerada uma espécie de mutirão em que o coletivo prevalece sobre os interesses individuais. Em 2015 foi realizada a II Caravana da Agricultura Familiar, com o lema “Solo, água, produção, educação e qualidade de vida”. Aos poucos esta ação está se tornando uma marca, uma identidade da FETRAF PR.

Quadro 3 – Regiões e temas em debate na II Caravana da agricultura familiar (2015)

Região	Tema
Rebouças	Meio ambiente, solos e água
Campina do Simão	Juventude, mulheres e educação
Verê	Resgate da história
Francisco Beltrão	Habitação rural

Fonte: FETRAF PR. Elaboração do autor.

Foram aproximadamente 2000 pessoas que participaram dos debates ao longo dos três dias de duração desta II Caravana. O coordenador estadual da FETRAF PR, Neveraldo da Silva Oliboni, em discurso durante o encontro em Campina do Simão, fez a seguinte afirmação:

[...] a Caravana segue a lógica do mutirão, que é debates nas comunidades, assim debater nos municípios, regiões, propostas e políticas estruturantes para nossos agricultores, ter autonomia nas proposições...quero estar, não como coordenador, mas como militante, participando na 20ª ou 30ª caravana, queremos estar visitando todos os municípios que fazem parte da nossa base (OLIBONI, 28 out. 2015)

A compreensão de Oliboni e demais integrantes da Federação é de que o novo sindicalismo tem papel fundamental na contribuição de proposições de políticas que melhorem a vida dos sujeitos do campo, “a organização sindical não pode apenas reivindicar, tem que propor” (OLIBONI, 2015). Nesta perspectiva, o movimento sindical estaria contribuindo na agenda política do país e exercendo o direito à democracia. Em um país de Estado democrático, a participação social deve ocorrer e uma das vias é o movimento sindical, que permite a participação dos sujeitos, manifestação de questionamentos sobre a atuação do governo e outras questões. Além dos sindicatos, os movimentos sociais são outra via que permite a manifestação de diversos sujeitos, que por vezes não são ouvidos, como afirmam Viola e Mainwaring (1987, p. 103):

Os novos movimentos sociais são atores importantes nos esforços atuais para definir a democracia, pois questionam a cultura política semidemocrática do Brasil e Argentina, trazendo à arena política novos valores, métodos, abordagens e perspectivas.

Os novos movimentos sociais expressados acima se referem às CEB's, associações e grupos sociais. São espaços abertos que trabalham na perspectiva de libertação dos sujeitos. É possível afirmar que o movimento sindical coordenado pela FETRAF possui alguns desses traços, tendo em vista que em suas raízes há a participação das CEB's e outros grupos sociais. A construção da Caravana da agricultura familiar tem em seus ideais a manifestação dos sujeitos, bem como trazer questionamentos e apontamentos futuros para a arena política.

Como vimos, o novo sindicalismo rural teve início na Região Sul do Brasil (PR, SC e RS), destacando-se no Paraná a Região Sudoeste, sendo liderada pelo município de Francisco Beltrão, apoiado na CUT, Igreja e ASSESOAR. O próximo capítulo tem por finalidade aprofundar a pesquisa sobre o STR de Beltrão, considerando desde sua fundação (1963) até a atualidade (2016).

CAPÍTULO II

2 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO: ENTRE O ATRELAMENTO E A RESISTÊNCIA

Neste capítulo a discussão se dará em torno do STR de Francisco Beltrão, tratando sua origem, atrelamento ao Estado (prestação de serviços vinculados ao imposto sindical), oposições sindicais e discussão de um novo sindicalismo.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão PR surgiu após o ETR. O início do sindicato foi semelhante à maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil. Primeiramente, desempenhou ações organizativas e debate em torno de melhores condições para a população rural. Após a ditadura militar e legalização do imposto sindical, a organização dos trabalhadores deixou de ser prioridade, focando as ações na cobrança deste imposto e prestação de serviços assistenciais (médicos, dentistas, venda de produtos veterinários, etc.). Este foi o fator principal que ocasionou as oposições sindicais vencedoras em 1978 e deu nova dinâmica de trabalho e organização.

O vencimento das eleições por parte das oposições sindicais resgatou o espírito de luta e organização, tanto que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por grandes lutas em defesa da Constituinte, terra, crédito, entre outras. Atualmente (2016) o sindicato dá sequência aos processos organizativos, bem como mantém atividades de prestação de serviços. Continua representando os assalariados rurais, mas não faz um trabalho ativo em defesa dessa categoria. Essa afirmação se evidencia nas falas dos dirigentes, que possuem a compreensão de que no momento o sindicato prioriza a organização da categoria da agricultura familiar (público alvo definido após a criação da FETRAF). O estatuto está sendo reformulado e, em virtude disso, o STR passará a ser um Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF e deixará de representar os assalariados.

2.1 Fundação, atrelamento ao Estado e oposições no STR de Francisco Beltrão

A fundação do STR de Francisco Beltrão coincide com a maioria dos sindicatos fundados na década de 1960, conforme descrito no capítulo anterior. Nesse período, Francisco Beltrão era um município jovem, fundado em novembro de 1951, com economia baseada na extração da madeira e agricultura. Sua colonização foi fomentada pelo governo federal, que incentivou a vinda de migrantes para este território, principalmente gaúchos e catarinenses. A chegada da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, criada em 12 de maio de 1943 (Decreto nº 12.417, assinado pelo presidente Getúlio Vargas), atraiu muitos catarinenses e gaúchos em busca de terras férteis e novas oportunidades. A CANGO assentava os agricultores dando-lhes terra, ferramentas, sementes, orientação técnica, educação e assistência médica. Assim se formou o povoado e desenvolveu-se a agropecuária. Formou-se um grande contingente de posseiros, que vieram através da CANGO e também de forma independente. Em nenhum dos casos foram fornecidos documentos de posse, fato este, que se tornaria um grande problema, mais tarde, com a chegada da CITLA, que se declarou proprietária das terras, culminando em 1957 na Revolta dos Posseiros (PRIORI, et al., 2012, p. 143).

O resultado final desta Revolta, conforme já descrito no capítulo anterior, foi vitorioso aos posseiros. Este acontecimento marcou a história do município e região, garantindo a permanência das famílias posseiras e deixando um legado de luta, resistência e conquista.

Figura 8 – Localização do município de Francisco Beltrão PR



Fonte: Prefeitura de Francisco Beltrão.¹²

A década de 1960 iniciou com uma população predominantemente rural, ultrapassando os 90% do total. Mas em 2010 os números se inverteram, com apenas 14,57% da população rural, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 2 – População urbana e rural do município de Francisco Beltrão PR – 1960-2010

Anos	População				
	Total	Urbana		Rural	
		Números	%	Números	%
1960	55.496	4.989	8,99	50.507	91,01
1970	36.807	13.413	36,44	23.394	63,56
1980	48.762	28.289	58,01	20.473	41,99
1991	61.272	45.622	74,46	15.650	25,54
2000	67.132	54.831	81,68	12.301	18,32
2010	78.957	67.456	85,43	11.501	14,57

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

¹² PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO. Disponível em: <<http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

Estes números são reflexos da “modernização” da agricultura implantada no Brasil com maior intensidade, exatamente nas décadas de 1960 e 1970, provocando essa evasão da população rural e ampliação do latifúndio ou agronegócio.

Neste contexto, surgiu em Francisco Beltrão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais amparado no ETR, que já havia sido decretado no Brasil. O STR de Francisco Beltrão foi fundado em 1963 (reconhecido por Carta Sindical em 23 de março de 1964), conforme a Ata nº 01 da reunião de fundação do Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão. A fundação ocorreu no dia 23 de junho de 1963 e contou com a participação de 468 presentes, os quais elegeram a primeira direção composta por: Presidente: Germano Mayer; Secretário: José Santolin; Tesoureiro: João Vítório Tomazi; Suplentes: Dionisio Paisi, Ricieri Papini, Albino Olivio Gai; Conselho fiscal: Paulo Beal, Avelino Rossi, Casimiro Casaril; Suplentes do conselho fiscal: Egidio Borguesan, Leonardo Navarini e Albino Mikvanski (STR, 1963, p. 1).

Observa-se que no início da atuação do STR, as reuniões desta direção eleita abordavam assuntos referentes à estrutura para viabilizar o trabalho sindical, mas em sua essência debatia-se os problemas pertinentes aos agricultores:

Foi decidido que cada delegado, trazer a relação das queixas dos sócios e prejuízos causados por falta de veterinário [...] foi resolvido se informar sobre o preço do sulfato e milho híbrido [...] foi falado do trigo e moinheiro, para um dia conseguir um moinho em Francisco Beltrão, por conta do sindicato dos pequenos proprietários Rurais [...] foi falado de aproveitar do caminhão da Paróquia a trazer mercadorias de mais necessidades para os sindicalizados, como sal, querosene, açúcar, arame, pregos (STR, 1963/1964, p. 5, 11 e 12).

Nesta citação, “se informar sobre o preço do sulfato e milho híbrido”, evidencia-se a presença das “novas tecnologias” na agricultura, incorporadas com o objetivo de mudar a forma de pensar dos agricultores, mudar os meios e modos de produção, iniciando ali um processo de dependência e mercantilização da terra e produtos. Não se observa contraposições em relação a estas novidades, pelo contrário, buscava-se facilitar o acesso para os agricultores.

O ETR, que havia sido criado nesse mesmo ano (1963), tinha exatamente esta finalidade: tornar o sindicato um instrumento de prestação de serviços subordinado ao Estado, sem contraposições e sem ameaças a classe dominante. Um bom Sindicato deveria cumprir a legalidade e não contrariar as leis.

Quanto à prestação de serviços no início de sua fundação, pode-se considerar a intermediação do frete de mercadorias (querosene, sal...) como sendo o primeiro serviço prestado pelo sindicato aos seus associados. Logo em seguida, no ano de 1964, ocorreu a contratação de dentistas que passaram a oferecer atendimento odontológico na sede do sindicato.

Neste primeiro momento o trabalho assistencial não apagou a organização da categoria. Conforme discussão registrada em ata: “foi decidido estabelecer cooperativa agrícola da classe dos sindicalizados [...] assegurar preços mínimos justos e razoáveis para todos os produtores agrícolas, principalmente o trigo e o feijão” (STR, 1964/1965, p. 15; 17). Mas a discussão estava focada apenas na produção e preços dos produtos agrícolas e não se observa uma discussão sobre lutas estruturantes para a classe trabalhadora.

A subordinação do sindicato ao Estado é constatada a partir do momento em que se aplica a cobrança do imposto sindical (1966). A direção gastava praticamente todo o tempo das reuniões para discutir a forma mais adequada de cobrança e quais estratégias poderiam garantir mais eficiência na arrecadação.

Nomear delegados de confiança para recolher guias de imposto sindical fora do município. Estes terão direito a uma gratificação de 4%. Os membros da diretoria do sindicato, para este trabalho, terão direito de um salário mínimo livre [...] o tesoureiro trabalhará no sindicato para empregar o dinheiro do imposto sindical (assistência hospitalar, dentária, médica...) sugestões apresentadas ficaram todas elas vagas, por não se saber qual seria o valor a ser arrecadado [...] o presidente falou da viagem que fez aos municípios de Dois Vizinhos, Salgado Filho, Salto do Lontra e Enéas Marques. Finalidade de falar com os prefeitos sobre o recolhimento do imposto sindical na sede dos municípios, os prefeitos aceitaram e ficarão com uma gratificação [...] comunicamos, outrossim, que segundo informações recebidas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, virão para esta região, uma equipe de fiscais da Federação para fiscalização da arrecadação do imposto sindical (setor rural) (STR, 1966a, p. 34 e 38).

Nota-se a partir da ata do STR a importância dispensada à arrecadação desse imposto que passou a ser prioridade dentro do sindicato, bem como para a FETAEP que acompanhava rigorosamente as entradas e percentuais que lhe cabiam. Cita-se a presença do presidente do STR em outros municípios (base de atuação do sindicato de Francisco Beltrão) discutindo estratégias de arrecadação do imposto sindical e efetivando parcerias com os prefeitos, que ficavam com uma fatia dos impostos recolhidos. Delegados, diretores, administrações municipais, todos

ganhavam com o recolhimento do imposto. Quanto aos agricultores, cabia-lhes o pagamento da contribuição sindical, pois eram convencidos da obrigatoriedade.

A garantia do recebimento do imposto pareceu acomodar os diretores. Nos registros não se observa organização dos agricultores e lutas por direitos. As reivindicações eram feitas por meio de correspondências aos governos, enviando ofícios, evitando conflitos e entendendo que desta forma os problemas se resolveriam.

O presidente afirma que vai mandar ofícios aos deputados e governo, para isentar os agricultores do pagamento de impostos sobre a venda de seus produtos [...] decidido mandar ofícios a vários deputados para ver se conseguimos uma indenização pela chuva de granizo que assolou a região [...] escrever uma carta ao Presidente da República para prever o local onde deve ir o pessoal daqui que está sobrando, não tendo terra e nem emprego por falta de fábricas, indústrias (STR, 1964/ 1965/ 1968, p. 20, 32 e 60).

Uma questão interessante levantada na reunião é a preocupação com o “pessoal que está sobrando, sem terra e sem emprego”. De fato, a Região Sudoeste do Paraná nesse período necessitava de uma Reforma Agrária, assim como o Brasil, mas infelizmente essa questão ficou tratada na legalidade no contexto nacional, esperando soluções por meio do Estatuto da Terra, que a essa altura já estava sancionado, contudo, sem funcionamento.

Não foi identificada, nesse período (1963 - 1975) nos registros de atas do sindicato de Francisco Beltrão, uma organização dos agricultores que lutasse pela terra. Todavia, o sindicato ampliava seu número de serviços oferecidos aos associados. Em 1966, iniciou-se um dos serviços que perdurou por um longo período e ocupou grande parte do tempo dos dirigentes. Foi instalado no município de Francisco Beltrão, com recursos repassados pela FETAEP, um posto veterinário, sob a responsabilidade do sindicato que atendia toda região, comercializando produtos veterinários, mediante pagamento à vista. Para os associados que não tinham condições de pagamento no ato da compra, a direção decidiu “instalar no sindicato, uma sessão de crédito, por meio de um empréstimo do valor dos produtos, perante uma nota promissória” (STR, 1966b, p. 44). Esse assunto era pertinente nas reuniões ordinárias da direção. Em uma delas se definiu “dar uma gratificação de 5% aos delegados sobre a venda de remédios efetuada por eles” (STR, 1967, p. 50). O delegado sindical tinha a função de levar as informações ao seu núcleo de base, fosse ele um município ou uma comunidade, mas nesse caso era um revendedor

dos produtos veterinários comercializados pelo sindicato e não um agente multiplicador, o que seria sua função inicial.

Quanto ao atrelamento ao Estado, evidenciou-se no ano de 1968, quando foi estabelecido o convênio entre o sindicato e a Previdência Social (convênios com hospitais), que o sindicato seria um “braço” do governo na assistência médica.

Foi resolvido estabelecer um escritório nos seguintes municípios: Dois Vizinhos, Salto do Lontra e Enéas Marques, uma vez que começa funcionar a assistência médica [...] foi feito convênio com todos os hospitais para assistência médica aos agricultores” (STR, 1968, p. 61-62).

A consolidação do atrelamento entre sindicato e Estado ocorreu em 1971, quando foi sancionada a lei complementar nº 11, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, executado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, que era subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (BRASIL, Lei complementar nº 11, 1971). Nesse sentido, o sindicato ampliou ainda mais os serviços, tais como: aposentadoria, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde e serviço social. Consequentemente atraiu muitos associados e a arrecadação financeira do sindicato se fortaleceu, vislumbrando até a construção de um hospital: “na delegacia de Salgado Filho está sendo construído um hospital pelo FUNRURAL, para maior atendimento e assistência aos associados” (STR, 1971, p. 89). O hospital foi construído e inaugurado em junho de 1974. Ficou conhecido como “Hospital do Funrural”.

Entre o início e meados da década de 1970, de acordo com os arquivos estudados, as reuniões da direção resumiam-se na discussão de contratação de médicos, dentistas, discussão sobre o Programa Especial de Bolsa de Estudos – PEBE, cobrança do imposto sindical, ambulatórios, venda dos produtos veterinários e semente de milho selecionada. Em raras exceções apresenta o debate sobre o baixo preço dos produtos agrícolas. É importante considerar que nesse período os órgãos públicos não prestavam atendimento à saúde, como afirma Justino Rafagnin, ex-diretor (2015) “os primeiros médicos contratados pela prefeitura de Beltrão ocorreu somente em 1980”, deixando toda a responsabilidade ao sindicato. Acrescenta que “isso contribuía para que as eleições sindicais fossem mais concorridas que das prefeituras em que o presidente do sindicato era uma das principais autoridades do município” (RAFAGNIN, J. ex-diretor, 2015). Em relação à presidência do sindicato observa-se que o primeiro presidente foi eleito ainda em

1963 e permaneceu no cargo até outubro de 1975, quando renunciou alegando problemas de saúde.

Diante dessa conjuntura de um sindicalismo de serviços e atrelado ao Estado, iniciaram-se os questionamentos em relação à forma de atuação do sindicato. Grupos de formação organizados pela Igreja Católica (através da CEB's e CPT), ASSESOAR e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB debatiam o papel do sindicalismo e levantavam a bandeira de um sindicato autêntico, de luta e defesa dos direitos dos agricultores, contra o agronegócio e a favor da reforma agrária (PIRIN, diretor, 2015; SPESSATO, ex-diretor, 2015). Neste sentido, o Sr. Daniel Meurer, um dos líderes da época, afirma que “precisou-se combater o sindicalismo pelego e transformá-lo em autêntico e de luta”. Meurer recorda a valorosa contribuição de uma religiosa francesa, chamada “Paulet”, detentora de uma visão de sindicalismo combativo, “veio pra região em 1972 e preparou a gente. Embora que foi perseguida e teve que voltar às pressas, deixou uma semente, a de luta e resistência” (MEURER, ex-diretor da ASSESOAR, 2016).

Em 1975, apesar da forte ditadura militar, ocorreu oposição no sindicato de Francisco Beltrão, mas não foi vencedora, devido ao fato de que “uma ala poderosa da cidade era contrária ao trabalho da ASSESOAR e protegia o presidente”. A vitória da oposição aconteceu em 1978, no entanto “o principal líder, o Sr. Juvino Flaport, não conseguiu ser presidente, por causa da perseguição dos militares” (MEURER, ex-diretor da ASSESOAR, 2016).

O grupo vencedor da oposição assumiu o sindicato e investiu na formação de base, despertando lideranças combativas com espírito de luta por justiça e igualdade. Tratou o sindicato como ferramenta de luta da classe trabalhadora, com capacidade de organizar os agricultores, ouvir os principais problemas, debater soluções para resolvê-los na legalidade ou, se preciso fosse, no enfrentamento.

Na primeira reunião realizada por esta nova direção, o presidente Sr. Olivio Bianco, “lamentou a condição em que a antiga direção deixou o sindicato” (STR, 1978, p. 1). Uma das primeiras medidas foi a valorização da atuação no setor educacional e a realização de reuniões itinerantes, nas casas dos diretores, dando dinamismo às reuniões.

Quanto aos serviços assistenciais, nota-se que teve continuidade, mas priorizou-se a formação e luta de interesse dos agricultores. Essa atitude gerou

problemas. Um deles foi a queda drástica no número de associados, dos quais aproximadamente 80% deles deixaram de contribuir pelo fato de diminuir os serviços assistenciais no interior do sindicato, caracterizando a não compreensão destes para com um sindicalismo de luta (RAFAGNIN, J., ex-diretor, 2015).

O quadro a seguir faz um comparativo dos associados do sindicato de Francisco Beltrão, considerando desde a fundação até o ano de 1994:

Quadro 4 - Comparação do nº de associados do STR de Francisco Beltrão (1978 – 1994)

Período	Associados
1963 a 1978	6000
1978 a 1981	1600
1981 a 1987	650
1987 a 1990	500
1990 a 1993	400
1994	1000

Fonte: STR, 1994, p. 66-67. Elaboração do autor.

Verifica-se a grande baixa no quadro social após a conquista do sindicato pela oposição. Os números só voltaram a subir, na década de 1990, quando o sindicalismo passou a oferecer serviços previdenciários, fruto da luta durante a Constituinte (1986 – 1988), que será abordada no item a seguir.

Identifica-se claramente a preocupação dos diretores em tornar o sindicato uma ferramenta de luta da classe trabalhadora, mas para isso, era necessário convencer os associados dessa importância. Em uma fala do presidente do sindicato, registrada em ata, ele afirma:

A maioria dos sindicatos, ou seja, os diretores estão de braços cruzados aceitando tudo aquilo que o governo impõe, o sindicato deveria defender a classe a qual pertence lutar para eliminar a desunião dos pequenos trabalhadores, fazer reuniões no interior e esclarecer aos associados dos seus direitos e deveres (...) o carro teria por principal objetivo fazer reuniões no interior, fazer com que o associado participe mais do sindicato (STR, 1979a, p. 9).

As palavras ditas pelo presidente foram ouvidas com atenção, pois, a partir daí a direção realizou reuniões de formação nas comunidades rurais e aprovou a continuidade das mesmas: “todos os membros da diretoria deram seu apoio para a continuação, pois assim os companheiros da nossa classe podem ter melhores condições de expor seus problemas e tentar com eles uma solução” (STR, 1979b, p. 11).

O preço que essa direção pagou pela priorização da luta ao invés de serviços foi caro, pois a maioria dos associados não compreendeu, deixando de contribuir financeiramente. Os reflexos nas finanças foram imediatos, dificultando as atividades sindicais e manutenção da estrutura (sede e veículos). Mas isso não foi motivo para amortecer o trabalho de sindicalismo autêntico, pelo contrário, continuaram o trabalho organizativo e de formação nas comunidades e logo o STR de Francisco Beltrão tornou-se modelo na Região, como descreve Harley Spessato:

O sindicato de Beltrão era modelo, participou das oposições que teve na redondeza, fortaleceu a base de sindicatos combativos na Região Sudoeste do Paraná, que passou a ser dividida em duas: micro 1 região de Francisco Beltrão – sindicatos autênticos e; micro 2 região de Pato Branco – sindicatos “pelegos” (SPESSATO, ex-diretor, 2015)

Pelo fato do Sindicato de Francisco Beltrão coordenar as oposições na região, os sindicatos dos municípios vizinhos sofreram influências e organizaram oposições, saindo vencedores nas eleições. Observa-se que o município de Pato Branco, um dos mais importantes da região, não fez parte da articulação de oposições e liderava os sindicatos que defendiam o sistema de sindicalismo subordinado ao Estado. Nesta divisão, como relatou o Sr. Harley, dividia-se a Região Sudoeste do Paraná em duas micros (1 e 2). Para os sindicatos da micro 1, os que mantinham o sistema subordinado ao Estado eram “pelegos”. Nesse sentido, Coletti (1996) já havia descrito sobre sindicalismo “pelego” do campo, afirmando que seriam aqueles atrelados totalmente ao Estado, focados na arrecadação de imposto sindical e prestação de serviços assistenciais.

2.2 A década de 1980: retomada das grandes lutas

Como já abordada anteriormente, à década de 1980 ficou marcada na história de luta dos trabalhadores. Apesar da ditadura, que ainda permaneceu até metade da

década, a vontade dos dirigentes sindicais de resistir e lutar era tamanha que venciam o medo das perseguições, prisões e mortes. A clandestinidade era aliada de quem queria se reunir para refletir e traçar estratégias de resistência.

Os sujeitos do campo do município de Francisco Beltrão fizeram parte dessa história e foram até protagonistas em alguns episódios. O sindicato, com sua direção eleita no final da década de 1970, foi uma ferramenta utilizada pelos agricultores para lutar em defesa da terra, Constituinte, previdência, defesa do crédito e contra os altos juros, defesa da suinocultura de pequena escala, entre outras.

A metodologia adotada por esta nova direção baseou-se num tripé: organização, mobilização e luta. A organização dos agricultores iniciava-se nas comunidades, com reuniões promovidas pelos diretores, que se desafiaram a fazer formação com sua base. Uma dificuldade identificada tanto para os diretores quanto para os agricultores era a locomoção, mas este não era o motivo que impedia a participação. Constatou-se que as lideranças sindicais eram movidas por uma fé, que motivava a luta, permitia sair do comodismo e “sujar os pés de pó e barro” em defesa das bandeiras de luta.

Um obstáculo que precisou ser vencido pela direção foi a falta de confiança dos agricultores para com o sindicato, pois o mesmo “era mal visto, taxado de tomador de terra, comunista, bagunceiro. A Igreja teve grande participação na mudança de mentalidade, discutia-se nos grupos de família a importância do sindicato” (SUKENSKE, ex-diretora, 2015). Isso retrata os resquícios da perseguição feita durante a ditadura militar e espalhou a “má fama” do sindicato, com ajuda da imprensa.

A estratégia utilizada para vencer este obstáculo foi visitar as comunidades rurais, fazendo um “corpo a corpo”, visando mudar a concepção dos agricultores quanto ao papel do sindicalismo. Era preciso deixar para trás o velho assistencialismo e passar para um sindicato com capacidade de mobilização e luta. Realizavam-se reuniões nas 63 comunidades do município, duas ou três vezes ao ano, reunindo-se em média de vinte a trinta pessoas, dependendo do interesse. “A Igreja apoiava, tanto que, os dirigentes pegavam carona com o padre e depois das missas realizavam as reuniões” (SPESSATO, ex-diretor, 2015). Havia a participação dos demais membros da direção e não era centralizada apenas no presidente. Dessa forma, mostrava-se uma maneira diferente de fazer sindicalismo, pois o poder

e ações não se concentravam apenas no presidente, mas dividiam-se as funções e responsabilidades para uma equipe, fortalecendo assim, o coletivo.

Formou-se na base, em parceria com a ASSESOAR, um novo pensar, libertador, classista e democrático. Para o sindicato possuir essa liberdade e autonomia, necessitaria ser independente do Estado, e por isso o novo sindicalismo era contra a cobrança do imposto sindical, o qual atrelava os dirigentes sindicais. Forlin afirma que “os sindicatos rurais da CUT, tinham que ter a capacidade em convencer o agricultor em ser sócio e mostrar o sindicato como ferramenta e não pagar algo obrigado” (FORLIN, ex-diretora, 2015).

Procurava-se mostrar para os associados que o sindicato é uma ferramenta de luta e que não dependia do imposto sindical para sobreviver, mas sim, da contribuição dos sócios. Enquanto que no sindicalismo pelego “a diretoria ficava entre o patrão e o associado, para amaciar as pauladas e sempre dizia que era assim mesmo, vai melhorar, mas nunca melhorava” (SPESSATO, ex-diretor 2015). Sobre a proposta de um sindicalismo combativo, Spessato assim descreve:

O Novo Sindicalismo esperava uma organização social que levasse a pessoa ter uma vida melhor no campo. Na nossa época é que tinha crise, o colono não tinha lucro, opção era plantar só milho e feijão preto (...) a solução veio com a instalação da bacia leiteira, que é uma luta do movimento sindical. Hoje Beltrão é forte e foi o que segurou o pequeno agricultor, senão os agricultores estavam na cultura do fumo (SPESSATO, ex-diretor, 2015).

Depoimento semelhante é feito por Circe Forlin (2015), ex-diretora, que aborda as dificuldades principalmente na questão financeira e estrutural. No princípio, pouca gente acreditava na mudança, quando os diretores iam falar em direito, diziam: “são uns bobos, se um ganhar, todos vão ganhar, ficavam esperando” (FORLIN, ex-diretora, 2015).

O trabalho organizativo nas comunidades ganhou mais força com a criação da CUT em 1983, que canalizou as grandes lutas dos agricultores, iniciando pela Região Sul e expandindo-se para o Brasil. As grandes mobilizações tomaram conta das rodovias, pontes, avenidas e latifúndios do país. Nesse sentido, o Sr. Harley Spessato (2015) lembra-se das discussões realizadas durante os Congressos que deliberaram pela criação da CUT no início da década de 1980, bem como as diretrizes para um novo sindicalismo. Recorda algumas lutas:

No início dos anos de 1980, organizamos os trabalhadores sem-terra para a ocupação de uma fazenda. Defendíamos que o movimento dos agricultores

fosse mais autônomo, diferenciado dos grandes produtores e lutasse pelo associativismo, fortalecimento do MST, preço justo do porco (se lutou, mas a suinocultura na época foi a falência) (SPESSATO, ex-diretor, 2015).

Neste depoimento identifica-se a luta entre os “pequenos agricultores”, os sem-terra, contra os grandes proprietários representando o latifúndio. Neste caso, o sindicato estava à frente da organização e mobilização da sua categoria. Um sindicalismo de enfrentamento ao sistema e não acomodado a esse sistema.

O trabalho de conscientização, aliado aos problemas que assolavam a agricultura contribuía para as grandes mobilizações. Spessato (2015) afirma que uma dificuldade para se mobilizar era a comunicação, “tinha duas rádios em Beltrão, uma era da oposição e a outra não se envolvia em política”.

Outra questão levantada por Spessato (2015) e apontada como problema, é quando o pensamento individualista prevalece sobre o coletivo, dificulta a organização e mobilização em defesa da luta em comum. Um problema que assolou a agricultura e contribuiu para a mobilização, foi a falta de crédito para a pequena produção. Faziam-se três ou quatro dias de manifestação, “fechar o banco era fácil, vinham caravanas de todas as comunidades, enchia de gente. Fizemos muitos bloqueios em Brasília, Curitiba, reivindicando diferentes acessos e melhores condições de vida” (SPESSATO, ex-diretor, 2015).

A necessidade de um constante movimento para defesa das bandeiras de luta se fazia necessário, como se evidencia na fala de Terezinha Sukenske (2015):

A semana toda na estrada, dia e noite. Fazia uma rodada de reuniões, já mudava a conjuntura, tinha que esta sempre em movimento, não tinha outro meio de comunicação. Nós saímos em até três carros cheios de pessoas, ficava um por comunidade. Fazia-se mutirão com os demais municípios, se trocava dia para fazer reuniões nas comunidades (SUKENSKE, ex-diretora, 2015).

Verificam-se além do grande movimento, atos de reciprocidade entre os sindicalistas nas “troca de dia” para realização das reuniões. Luciana Rafagnin (2015) aponta também para a reciprocidade dos agricultores em relação à doação feita pelos diretores sindicais:

O trabalho era por amor a camisa. O sindicato não tinha recurso financeiro, a agricultura passava por dificuldade nas décadas de 1980 e 1990, o agricultor não tinha dinheiro para pagar a passagem, não tinha carro, a gente via o esforço de algumas pessoas que traziam queijo e ovos para vender e conseguir pagar a passagem de volta. Algumas comunidades se organizavam e viabilizavam a participação de representantes (RAFAGNIN, L., ex-diretora, 2015).

A dificuldade financeira era superada pela solidariedade. Zelide Possamai (2015) afirma que realizavam arrecadações na Igreja, recebiam doações espontâneas, faziam festas e outros meios. Recorda que a alimentação das mobilizações, “era basicamente pão com mortadela e carne moída com arroz”. Ela cita um fato inusitado ocorrido em Curitiba, que ficará para sempre na sua lembrança “foi o dia em que tivemos que dormir dentro de um cemitério desativado, em cima de túmulo” (POSSAMAI, ex-diretora, 2015).

Esta história é confirmada por Terezinha Sukenske (2015) que ainda recorda uma das lutas pelo direito a previdência, em Brasília, onde enfrentaram a cavalaria e cachorros. Além de permanecer por aproximadamente vinte dias em Brasília, “sem dinheiro para alimentação, arrecadava um sache de farinha de mandioca e comia com água, na verdade nós não sabíamos nem comer (comida típica nordestina)” (SUKENSKE, ex-diretora, 2015). São depoimentos que evidenciam as dificuldades durante as lutas, mas demonstram a resistência em defesa dos direitos.

As principais lutas realizadas nesta década, segundo Justino Rafagnin (2015), foram em relação a terra, crédito, altos juros, defesa da suinocultura de pequena produção e Constituinte. Na luta pela terra, o lema que embalava o movimento era “terra pra quem nela trabalha”, referindo-se a Reforma Agrária, distribuição da terra para quem tinha relação com ela e em contra oposição ao agronegócio, o qual permite e idealiza uma agricultura sem agricultores, formada por empresários rurais, residentes em qualquer parte do mundo, menos em cima da terra adquirida e, quem realmente trabalha é uma mão de obra contratada.

Muitos conflitos ocorreram. De um lado a Igreja, ASSESOAR, o movimento sindical e o MST em defesa dos camponeses, e de outro, a União Democrática Ruralista – UDR, composta pelos grandes proprietários de terras que defendiam o agronegócio. Harley Spessato (2015) afirma que “a carga pesada foi com a UDR, seus representantes ameaçavam as lideranças sindicais, ligavam ameaçando de morte, tentando inibir a luta.” (SPESSATO, ex-diretor, 2015). Mas o STR não recuou e continuou apoiando as ocupações, conforme relato da ata:

Quanto à ocupação da fazenda Anoni em Marmeleiro, o movimento sindical de Francisco Beltrão está solidário, pois a organização dos ocupantes fortifica o movimento sem-terra do município de Francisco Beltrão a se organizar e participar da luta. Decidiu-se fazer arrecadações de alimento e entregar aos acampados da Imaribo em Mangueirinha. Definiu-se em

participar da mobilização do dia 23 de setembro, em Capanema, uma luta para impedir a construção da barragem no Rio Iguaçu (STR, 1984, p. 25-26).

A repressão foi muito forte, tanto da UDR como de setores conservadores da sociedade. Felizmente, lideranças sindicais comprometidas não se deixaram intimidar e mantiveram-se firmes no apoio as ocupações de terras pertencentes ao latifúndio. Em discussões ocorridas na direção do sindicato, constatam-se as estratégias adotadas pelo Estado para repressão e amortecimento da luta:

A luta pela terra é uma luta justa e por ser uma luta organizada, os homens que estão no poder estão temendo, por isso tomaram a iniciativa de que o pessoal sem-terra fizessem o cadastro. Chegou-se a conclusão que o cadastro tem por objetivo desorganizar o movimento, isolar o movimento das demais regiões, se tem claro que o governo quer manter o controle em cima do movimento [...]. A nível de Francisco Beltrão estava se criando um movimento popular de apoio ao MST, mas por causa de alguns caciques da cidade, ameaçaram o grupo e o mesmo se desfez (STR, 1985, p. 30).

Observa-se que o Estado adotou o mecanismo de cadastros desestimulando os sem-terra a somarem-se no movimento. Outro fator foi a repressão efetuada contra grupos populares que demonstravam apoio ao MST.

O Estado reprimia as organizações e o capitalismo avançou no campo concentrando terras e produção. Nesta perspectiva de concentração, expulsou milhares de famílias agricultoras que tiveram como destino aglomerados urbanos ou favelas propriamente ditas. Quanto à produção, o capitalismo prefere alta escala e a indústria de produção e alimentação que ditam as regras de todo processo produtivo e de comercialização. Esses fatores foram responsáveis pela crise na suinocultura de pequena produção ocorrida na década de 1980, excluindo milhares de pequenos agricultores desta atividade. O sindicato se contrapôs nessa situação e organizou mobilizações:

[...] trancando as ruas, uma semana na estrada, vinha pra casa tirar leite, arrumava a casa, pegava o ônibus de manhã, fazia 3 km a pé e retornava para a mobilização. Sofremos repressão, a cavalaria do exercito acabou com o manifesto, mas ninguém se feriu. Parecia “uma guerra”, mas nós agricultores não tínhamos uma ripa para se defender, só uma sacolinha tipo de pescador, com umas bolachas e garrafa de água (SUKENSKE, ex-diretora, 2015).

As mobilizações foram válidas e serviram para firmar o sindicato como instrumento de luta, entretanto, não suficiente para impedir o domínio do capital sobre a agricultura. A ofensiva do capitalismo é constante, na lógica de acumulação do capital e ampliação dos lucros. Nesta perspectiva, durante a discussão da

Constituinte (1986 – 1988) a classe trabalhadora precisou lutar para garantir direitos que estavam em disputa com o capital dentro do Estado burguês. A luta por direitos durante a Constituinte serviu para unificar os sindicatos urbanos e rurais, centralizados na CUT, que cumpriu seu papel na unificação de pautas, articulação e mobilização dos trabalhadores brasileiros.

O Brasil nesta década passou por profundas transformações e acirrou-se a disputa de classes. O sistema ditatorial entrava em crise (1983), movimentos de esquerda realizavam campanhas de “diretas já”, reivindicando um governo eleito pelo voto popular. Entretanto essa proposta das “diretas já” foi sufocada pela elite política dominante.

Observa-se que a direção do STR de Beltrão tinha bem presente a questão conjuntural em que se encontrava o país e as reuniões da direção faziam este debate, conforme se identifica:

A Nova República não trouxe mudanças a que viesse beneficiar a classe trabalhadora; as forças armadas estão no mesmo ritmo; a liberdade no meio de comunicação social é uma farsa; a Nova República denuncia, mas não pune, serve para acalmar o povo, para dar esperança; existem algumas concessões na área da política, mas na área econômica não mudou e não vai mudar a partir deles (homens do poder), só quando os trabalhadores tomarem a consciência e estiverem organizados; a Nova República foi um projeto da burguesia, a saída é quando os trabalhadores realmente participarem das decisões. Discutiu-se sobre a Constituinte e lamentou-se que sua formulação fosse feita pelo Congresso. Apontou-se para que a classe trabalhadora elegeisse candidatos comprometidos com as causas dos trabalhadores (STR, 1985, p. 31).

Esse debate faz referência a um Brasil em transição (1985), que saía da ditadura e iniciava um processo de democracia, mas nota-se que os sindicalistas entendiam que a Nova República projetada pela burguesia, era um faz de conta e não gerava expectativa de melhorias para os trabalhadores. Há consonância entre os discursos dos sindicalistas da base do STR de Francisco Beltrão com a proposta defendida pela CUT no que se refere à convocação da nova Constituinte e outras linhas de pensamentos. Essa boa relação e afinidades de pensamentos contribuíram para que a direção optasse em defender a proposta de filiação do sindicato a CUT (STR, 1985, p. 31), proposta essa aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 1986.

Sobre a posição defendida pela CUT em relação à convocação da Constituinte, Lima (2009, p. 57-58) descreve:

O ano de 1985 foi marcado profundamente pelo debate político sob a forma de convocação da Constituinte. Duas teses se confrontavam de modo

radical. De um lado, a maioria das entidades representativas – sindicatos (especialmente os ligados à CUT), associações de moradores, movimento de negros, movimento feminista, movimento indígena, Ordem dos Advogados do Brasil, Igreja Católica, setores “progressistas” das Igrejas Evangélicas, setores do empresariado, partidos de esquerda reconhecidos legalmente (PT e PDT), além de setores do PMDB, etc. – defendia uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, isto é, convocada com a tarefa única de produzir o texto constitucional, dissolvendo-se após cumprir essa função. Do outro lado estavam a maioria da burguesia, as Forças Armadas, setores do sindicalismo (especialmente os ligados à Conclat), o Governo Federal e a maioria parlamentar dos partidos que constituíam a sua base de sustentação, e defendiam uma Constituinte Congressual, isto é, um Congresso Nacional, a ser eleito em 1986, com atribuição e poderes para elaborar a Constituição.

Apesar de todo o esforço desempenhado por movimentos dos trabalhadores, infelizmente venceu a segunda proposta e o ano de 1986 foi eleito o Congresso que formulou a nova Constituição brasileira. Congresso esse, muito bem representativo em termos de interesses da elite burguesa, a qual investiu muito dinheiro para eleger congressistas que representassem sua ideologia, “defesa da livre iniciativa e reforma agrária só em terras improdutivas” (LIMA, 2009, p. 73). A UDR se esforçou para colocar seus representantes no Congresso,

[...] realizou uma série de leilões de gado, cuja soma arrecadada daria condições para eleger sessenta representantes, pelo cálculo da época. Organizada em grande parte do Brasil, a UDR esperava eleger pelo menos cinquenta constituintes [...] (LIMA, 2009, p. 77-78).

Os movimentos de esquerda apesar de todo o esforço, obtiveram um número menor de congressistas eleitos comprometidos com a classe trabalhadora e a direita garantiu sua representação majoritária. O quadro a seguir demonstra a diferença de projetos defendidos pela esquerda versus direita.

Quadro 5 – Diferença entre esquerda x direita

Esquerda	Direita
Transformação social	Continuidade
Luta contra o <i>status quo</i>	Manutenção do <i>status quo</i> ¹³
Anticapitalista/Reformistas	Pró-capitalismo/mercado
Igualdade/distribuição de renda	Igualdade formal de

¹³ Manutenção do sistema atual.

	direitos/desigualdade econômica
--	---------------------------------

Fonte: LIMA, 2009, p. 88.

De um lado, a esquerda defende os direitos dos trabalhadores, de outro a direita defende os interesses da classe dominante. Infelizmente as propostas sugeridas pelas organizações e representantes dos trabalhadores não alcançou êxito e quórum, ficando à margem da discussão na Constituinte. Agora, aquelas propostas de interesse da elite foram aprovadas sem dificuldades.

As emendas acabavam não atingindo o quórum, ou eram derrotadas. Exemplo disso foi a tentativa, por parte de Edmilson Valentim (PCdoB – RJ) e Brandão Monteiro (PDT – RJ), de reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, e de Lula (PT – SP) de aprovar uma emenda supressiva que restaurava a estabilidade no emprego; ambas as emendas foram derrotadas. A mesma coisa ocorreria com as emendas relativas à reforma agrária (LIMA, 2009, p. 292).

O balanço final do resultado da Constituinte, culminando na aprovação da Constituição (1988), de acordo com Lima (2009), foi positivo para a esquerda, em se tratando do seu fortalecimento na organização e conquista de alguns direitos. No quesito mudança estrutural do sistema opressor, prevaleceram as “forças” da burguesia, não avançando as propostas de reformas, dentre elas, a agrária, tributária e política.

Na nossa avaliação, aos setores à esquerda deve ser atribuído o que há de popular e avançado, no sentido de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, na Constituição. Como mostramos na descrição do processo, partiu da esquerda a busca de aproximação entre o processo de escritura da Constituição e a participação popular. Exemplo disso foram as audiências públicas, o deslocamento de subcomissões para os estados e a luta pelas emendas populares 215. Igualmente, foi das forças à esquerda a iniciativa quanto aos direitos dos trabalhadores. Também em relação aos direitos individuais, a contribuição dos parlamentares à esquerda, a mobilização das entidades populares e as lutas reivindicativas foram fundamentais. No entanto, no tocante às linhas mestras da defesa da ordem, a unidade burguesa, aliada à compra de votos, à pressão militar às vésperas das votações (com pronunciamentos de ministros e altas patentes das Forças Armadas e movimentação de tropas), conseguiu aprovar, ou melhor, conseguiu manter de forma intacta o aparelho repressivo do Estado, inclusive com a destinação das Forças Armadas à defesa da ordem interna (LIMA, 2009, p. 306).

A aprovação da Constituição de 1988 ficou longe dos sonhos da classe trabalhadora, mas marcou o período com o enfrentamento de classes. A CUT mostrou o porquê da sua criação e foi até o fim defendendo os interesses discutidos e aprovados em muitas assembleias (nos municípios, regiões, estados, Brasília...),

articulou os trabalhadores do campo e da cidade, contribuiu no novo sistema democrático e ocupou seu lugar na organização sindical.

Para o campo, uma das grandes conquistas estabelecidas na Constituição foi a previdência rural, que garantiu o direito de segurado especial aos agricultores. Em 1992 foram efetivadas as aplicações administrativas e equiparou o direito a um salário mínimo, tanto para o homem quanto para a mulher e reduziu o limite da aposentadoria por idade, sendo 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher.

Essas conquistas dos direitos previdenciários custaram muito “suor” e muita “sola de chinelo”. Se a luta por direitos para os homens já era difícil, é possível imaginar para as mulheres, vítimas de uma cultura patriarcal e machista. Foi nessa questão que o STR de Francisco Beltrão se destacou. Alinhado numa estratégia nacional e regional, desenvolveu um importante trabalho organizativo com as mulheres, despertando para o protagonismo feminino e a luta de classes.

Outra luta responsável pelo fortalecimento da organização sindical foi a mobilização em defesa de um crédito diferenciado para a agricultura de pequena produção, que vinha sendo penalizada pelo modelo excludente implantado com a “modernização” da agricultura. As novas tecnologias demandaram investimentos para desenvolver a nova agricultura proposta. Acontece que os juros bancários estavam altos, a inflação descontrolada, acima dos 300% ao ano e os investimentos efetuados não deram o retorno necessário para a quitação da dívida. Havia o entendimento dos líderes sindicais de que “o grande problema era a política agrícola desajustada aos interesses dos pequenos produtores” (STR, 1986, p. 32). Nesse sentido, o movimento sindical iniciava oposição ao modelo proposto pela “modernização”.

Uma questão levantada pelo ex-diretor Justino Rafagnin (2015): “as lutas sindicais acompanham os ciclos da agricultura, cria-se resistência e instrumentos para resistir em seu ideal, mas chega sempre atrasado.” Exemplifica citando que enquanto “o assistencialismo era prioridade para os sindicatos (década de 1960 e década 1970), a Revolução Verde já tinha tomado conta do campo e sufocava os agricultores”. Esta afirmação nos remete para uma reflexão de que o sindicalismo precisa se anteciper das consequências provocadas por este sistema “excludente” e opressor.

A unificação da luta em defesa do crédito ocorreu por dentro das instâncias da CUT, que reuniu os sindicatos rurais a partir de uma estiagem que assolou a Região Sul. Em assembleia regional para discutir a questão, os sindicalistas presentes entenderam que “não era um problema individual dos agricultores, mas sim, de grande parte da Região Sul. A partir da Assembleia iniciaram-se os bloqueios de Bancos. Esta atitude dos trabalhadores foi importante, pois crescemos na consciência” (STR, 1986, p. 33). Esta pauta foi motivo de inúmeras ocupações de bancos (chegando a ficarem fechados por 15 dias consecutivos), fechamento de rodovias e pontes, marchas em Brasília, dentre outros manifestos (RAFAGNIN, J., ex-diretor, 2015).

Ainda em 1986 o governo anunciou um novo pacote agrícola, mas não agradou novamente os diretores do sindicato:

Sobre os pacotinhos que estão saindo, como é o caso do Pacote Agrícola, vai ter maior produção, beneficiando a burguesia, esta produtividade é decorrente de uma maior aplicação de insumos, como também maior investimentos (modernização dos implementos agrícolas), que para o pequeno produtor isso significará ele financiando correrá muitos riscos de perder sua terra. Conclusão, nos próximos anos, terá um aumento do êxodo rural e aumento da concentração de terra (STR, 1986, p. 40).

Os pensamentos dos diretores sindicais de Francisco Beltrão estavam em sintonia com a proposta defendida pelos sindicatos rurais da CUT, com base na Região Sul. Ambos não concordavam com a política agrícola desenvolvida pelo governo, em que beneficiava o agronegócio e excluía os pequenos agricultores. Defendiam um programa que valorizasse a pequena produção, com crédito facilitado, juros subsidiados e seguro da produção. Essa reivindicação continuou em pauta nos fins dos anos 1980 e início da década de 1990, vindo a se concretizar em política em 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), instituído em 1996.

A década de 1980 desencadeou lutas e conquistas para o movimento sindical, mas principalmente despertou nas lideranças a consciência de luta de classes. Verifica-se nas atas de reuniões da direção do STR de Francisco Beltrão, a percepção dos diretores quanto à necessidade de lutar em defesa da classe dos trabalhadores e para isso apontam como estratégia a constante formação e organização:

O sindicato é uma ferramenta de reivindicação, conscientização. A classe trabalhadora precisa assumir a luta da organização, pois através da

formação e organização se consegue alcançar êxito nas reivindicações. O fortalecimento da consciência é papel fundamental dos sindicatos, pois quando os trabalhadores entender que estamos vivendo numa sociedade de explorados e exploradores conseguirão perceber que se precisa uma sociedade igualitária (STR, 1986, p. 40-41).

Nesta perspectiva de formação, o STR de Francisco Beltrão investiu na criação de uma Escola Sindical no ano de 1989, como registrado em ata: “formaremos seis turmas de alunos com duas etapas de estudo e as turmas serão maiores de 15 alunos cada” (STR, 1989, p. 48). Isso significou a formação de aproximadamente 100 lideranças por ano, que contribuiriam nas lutas sindicais.

A formação e democratização dos trabalhos desenvolvidos pela direção favoreceu que lideranças do município de Francisco Beltrão ocupassem espaços em diferentes instâncias:

Nas instâncias da CUT Regional Justino faz parte da secretaria de políticas sociais; Luiz é um dos coordenadores da comissão de política agrícola e do Departamento dos Trabalhadores Rurais da Região, faz parte da executiva do Departamento estadual e secretário do DESER; Ademir participa do coletivo de formação regional; Luciana coordena trabalho de organização das mulheres agricultoras e faz parte da comissão estadual; Adelmo secretário da secretaria de políticas sociais da CUT nacional e secretário geral do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais” (STR, 1990, p. 54-55).

Identifica-se o destaque do STR de Francisco Beltrão na formação de lideranças. Outra questão que se destacou foi o trabalho de organização das mulheres, a qual será aprofundada a seguir.

2.3 Mulheres na luta sindical

A relação social entre homens e mulheres passou a ser discutida na década de 1980 no STR de Francisco Beltrão. Uma nova visão sobre o papel da mulher na sociedade fez parte de muitos debates. Até então, a participação no sindicato e lutas era somente exercida pelo homem, cabendo à mulher a função doméstica: cuidar da casa, filhos e plantações de consumo. Uma antiga relação de dominação, mas que se encontrava muito presente nas famílias e sociedade. Prevalencia o machismo excludente, “lugar de mulher é em casa”, linguajar popularmente usado.

Com a oposição no comando do sindicato, abriu-se a possibilidade da participação feminina. Um lento trabalho que enfrentou muita resistência e preconceito, mas aos poucos as mulheres conquistaram seu espaço e demonstraram forte capacidade de organização e mobilização. Protagonizaram grandes lutas, não apenas a seu favor, mas em defesa da classe trabalhadora. Participaram lado a lado com os homens, como por exemplo, na luta da Constituinte (1986 – 1988), onde as mulheres estiveram presentes e foram contempladas na inclusão do direito à previdência.

A organização das mulheres tinha por ideal alcançar a igualdade de direitos e era contrária a superioridade masculina. O debate ia além da discussão entre sexos e passou para uma discussão de gênero. Para aprofundarmos esta reflexão, é necessário considerar alguns apontamentos realizados por autoras que pesquisaram tal assunto.

Sobre gênero, Valenciano (2006) aborda a “naturalidade” existente na sociedade em que o homem é superior à mulher, uma relação de dominador/dominado, produção/reprodução, razão/sentimento. Em estudo sobre as relações entre homens e mulheres no campo, Wedig e Menasche (2013) descrevem atividades que demonstram o “poder” exercido do homem sobre a mulher em atividades rotineiras nas propriedades.

Exemplificam citando que as mulheres são responsáveis pela produção de autoconsumo da família (função doméstica), enquanto o homem cuida da parte maior do terreno, a qual gera valor econômico. No ponto razão/sentimento, as autoras recordam uma atividade típica da agricultura, o “carnear”, o abate de animais e preparo de carnes para sustento da família. Neste caso, afirmam que há divisões de tarefas, em que as mulheres não participam da primeira parte (abate), pois são mais sensíveis, enquanto os homens conseguem trabalhar melhor com a razão (WEDIG; MENASCHE, 2013, p. 156-158). Entretanto, observa-se que essa é uma prática que não cabe mais nos dias atuais, pois a mulher teve dificuldades, mas conseguiu provar para a sociedade que é capaz de estar à frente das atividades, no mesmo nível de igualdade com os homens.

Ambas as autoras refletem sobre as relações de domínio do sexo masculino sobre o feminino, mas defendem a mulher como sujeito capaz de transformar sua realidade. Nesse sentido, Valenciano (2006, p. 121) afirma que:

Muito mais do que buscar a emancipação feminina há que se buscar a emancipação do gênero humano, compreendido na sua totalidade. Essa mudança de base cultural e psicológica prevê a revolução estrutural que marca todas as classes. Deve haver uma revolução nas estruturas de poder, nas quais estão mergulhadas não só o gênero, mas também a raça, a classe.

Em sua abordagem, a autora reconhece a importância das mulheres em lutar por direitos iguais aos homens, mas afirma que a luta deveria “questionar a condição da classe trabalhadora na qual estavam inseridas” (VALENCIANO, 2006, p. 124). A conquista dos direitos oferece à mulher uma liberdade de escolha. Pode escolher o que é melhor para si e que pode provocar mudanças no meio social. Nesse sentido, Sen (2000) afirma que o desenvolvimento de uma sociedade está nas oportunidades de escolha do sujeito. O autor condena a privação da liberdade civil e política. Sendo assim, é possível afirmar que a conquista dos direitos/oportunidades promove o desenvolvimento das mulheres, juntamente com o da sociedade.

A partir dessas reflexões, será abordada a organização das mulheres no STR de Francisco Beltrão que rendeu muitos frutos para a época e até a atualidade: formou inúmeras lideranças locais, regionais, estaduais e federais; rompeu o preconceito da participação social da mulher e discutiu seu protagonismo; luta por direitos e igualdade. Estes temas estarão em evidência a seguir e foram coletados a partir de entrevistas com mulheres sujeitas dessa história.

A participação da mulher em espaços públicos e na sociedade passou a ser debatida no STR com intensidade a partir dos anos de 1980, discutindo o papel da mulher que iria além da rotina de dona de casa e mãe. O protagonismo, o reconhecimento da mulher agricultora e a luta por direitos foram as principais bandeiras levantadas que motivaram a organização e participação nas mobilizações.

O trabalho se intensificou na gestão do presidente Harley Spessato (1984 a 1987), formando uma comissão de mulheres que iniciaram o trabalho organizativo, oportunizando os debates primeiramente na direção e posteriormente nas comunidades rurais. A organização das mulheres obedecia a uma dinâmica regional, com coordenação regional e uma coordenação municipal para cada sindicato.

Havia resistência e machismo de alguns diretores homens. O preconceito estava presente também no dia a dia do sindicato, até mesmo por parte das mulheres. Luciana G. Rafagnin (2015) destaca que “havia dificuldade da família entender a participação das mulheres, resquícios de uma cultura patriarcal, onde a

responsabilidade da mulher resumia-se em cuidar da casa e da família. A saída dela para a reunião não era compreendida pela sociedade e seu companheiro” (RAFAGNIN, L., ex-diretora, 2015).

O trabalho inicial se deu com a campanha de documentação, como descreve Zelide Possamai (2015): “até então o CPF era só do marido, incentivou-se as mulheres terem os documentos, fazerem o bloco de produtor em seu nome. Esses eram os primeiros passos para dar continuidade na luta das demais bandeiras”.

Nesta perspectiva, Circe Forlin, (2015) afirma que “as mulheres não eram associadas, não tinham nenhuma documentação que comprovasse a profissão de agricultora. A certidão de casamento, por exemplo, citava como do lar”.

Para motivar a participação da mulher no sindicato, Luciana Rafagnin (2015) diz que “a direção incentivava a associação fazendo duas carteirinhas, uma para o homem, outra para mulher, mas cobrava somente uma anuidade.” Na compreensão de Luciana, “iniciava-se aí uma nova leitura da agricultura familiar, onde o planejamento deveria ser feito no conjunto da família (homem, mulher e filhos), e não apenas o homem com a função de decidir”.

A estratégia para a sindicalização da mulher surtiu efeito e as mulheres passaram a compor o quadro social do sindicato. A partir das conquistas dos direitos, o número de mulheres associadas ao sindicato aumentou e foi um fenômeno não apenas ocorrido no STR de Francisco Beltrão, mas sim, na maioria dos sindicatos rurais. Este fato chamou a atenção de alguns estudiosos, dentre eles Paulilo (2009b), que abordaram a questão fazendo um alerta, de que o aumento de mulheres sindicalizadas poderia não significar mudança no comportamento tradicional:

A busca dos direitos trabalhistas levou a um aumento bastante significativo do número tanto de mulheres associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como daquelas que têm todos seus documentos em ordem. [...] mas é preciso não confundir sindicalização com militância política. [...] Na imensa maioria dos casos, a sindicalização foi apenas uma maneira de as mulheres terem acesso aos direitos trabalhistas, não implicando tal fato em nenhuma outra alteração do seu comportamento tradicional (PAULILO, 2009b, p. 191).

Considerando o alerta feito pelos autores, mesmo os autores não tendo estudado o caso específico do STR de Francisco Beltrão, cabe uma reflexão nessa questão, no sentido de que não resolve ter um grande número de mulheres sindicalizadas se não houver participação na militância política, contribuindo na luta

sindical, na defesa das bandeiras do movimento e na luta da classe. Essa questão apontada reflete sobre a formação realizada durante a organização das mulheres.

Nesta perspectiva, Zelide Possamai (2015) descreve como se iniciaram os trabalhos de formação no município:

A gente começou com as reuniões no município, tinha uma coordenadora municipal e cada comunidade tinha um grupo de mulher, se reunia mensalmente, tinha uma programação, metas para executar e um trabalho em conjunto com a região. Fazia-se campanha de documentação, sindicalização, levantava-se a autoestima, trabalhos com chás caseiros, construção de hortas. Visitava todas as comunidades, campanha da luta do salário maternidade, quase que uma reunião por mês, nas comunidades mais organizadas fazia-se mais.

O trabalho organizativo das mulheres contou com apoio e colaboração de outras organizações, das quais se destacam: a Igreja e a ASSESOAR. Luciana Rafagnin (2015) afirma que “era uma época de boa relação com a igreja, muitos padres valorizavam a luta sindical, principalmente na organização das mulheres” (RAFAGNIN, ex-diretora, 2015).

Circe Forlin (2015) complementa que no princípio era um trabalho lento, o qual contou com a colaboração também dos homens que compunham a direção. Descreve que o período de maior dificuldade foi no final da década 1980. Já na década seguinte facilitou e ampliou-se o trabalho abrindo espaço para formação e participação da juventude nos espaços do sindicato.

Na década de 1990 a organização das mulheres teve uma grande conquista, com a candidatura e eleição de uma mulher presidente do sindicato de Francisco Beltrão, a Sra. Zelide Possamai, fato inédito até então no município e região, ela já fazia parte da direção anterior e contribuía nos trabalhos de organização das mulheres. Além dela, sua companheira no trabalho anterior, Terezinha Sukenske, foi eleita tesoureira.

No entanto, a barreira do preconceito continuava presente entre as mulheres, mas principalmente nos homens:

Os homens chegavam até o sindicato e procuravam por um homem presidente, no momento em que se apresentava uma mulher, muitos nem esperavam para conversar. Diziam: se já está difícil ser coordenado por homem, imagina por uma mulher (POSSAMAI, ex-diretora, 2015).

O “mandato feminino” contou com o desafio de enfrentar o machismo e também as dificuldades financeiras. Terezinha Sukenske (2015) afirma que foi um período muito difícil:

Quando assumimos o STR, tinha dinheiro no cofre, mas com validade vencida, devido à alta inflação vivenciada no país nesse período, a moeda mudava rapidamente e encontramos envelopes guardados com dinheiro, mas sem serventia e não tinha como pagar as despesas. O número de associados era entre 50 a 100. Não se fazia contabilidade, esse foi um grande desafio, colocar o sindicato em dia.

Além da dificuldade financeira, Luciana Rafagnin (2015) apontou a infraestrutura como entrave no desenvolvimento das atividades de organização das mulheres:

O sindicato tinha no período somente um fusca, o qual servia para o trabalho dos três diretores. Para realizar as reuniões com as mulheres nas comunidades, tinha que sair um dia antes, de ônibus, dormir numa família, realizar reunião na parte da tarde, dormir novamente e retornar somente no outro dia. Isso se repetiu até ter um fusca para esse fim.

Apesar das dificuldades apresentadas, o trabalho de organização e formação teve continuidade. Aos poucos se organizava a documentação das mulheres, convencida a sociedade sobre a participação da mulher nos diferentes espaços e as lutas por direitos motivavam as mobilizações.

Vale destacar que a presidência do STR foi comandada depois da Sr. Zelide Possamai, por mais três mulheres, resultado da discussão do protagonismo feminino: Terezinha Sukenske, Daniela Celupi e Cristiele P. Steimbach (presidente atualmente). Outra conquista foi a participação da mulher na política, com a eleição de Luciana G. Rafagnin por dois mandatos como vereadora (1992 a 2000), vindo a ser eleita posteriormente em 2002 como Deputada Estadual, permanecendo até 2014 no cargo. Daniela Celupi também foi eleita vereadora na eleição de 2012.

Um dos pontos negativos apontado por Cristiele Steimbach (2015): “houve uma quebra no coletivo de mulheres quando o poder público esteve à frente da organização. Próprias lideranças do sindicato foram para prefeitura, tentaram organizar por dentro da instância municipal, mas resultou em uma baixa” (STEIMBACH, diretora atual, 2015). Essa mesma afirmação é feita por Daniela Celupi (2015), a qual destaca que quando assumiu a presidência do sindicato em 2009, precisou reiniciar o trabalho, “realizou um encontro com 40 mulheres para

pensar as diretrizes, de lá para cá avançou muito. Retomou as reuniões mensais e a organização do ‘8 de março’ voltou para o sindicato” (CELUPI, ex-diretora, 2015).

Nessa perspectiva de retomada do trabalho, Cristiele Steimbach (2015), afirma que o STR efetuou em 2009 parcerias com a Unioeste (trabalhos de extensão e pesquisa – curso de geografia e demais), com objetivo de trabalhar o cultivo de plantas medicinais com as mulheres. Firmou ainda parceria com a Secretaria de Saúde para que as agentes comunitárias de saúde utilizassem esses conhecimentos e as ervas medicinais em suas orientações junto às famílias agricultoras. Desta vez, “tomou-se cuidado para que o poder público fosse somente parceiro, deixando a organização a cargo do STR” (STEIMBACH, diretora atual, 2015).

A estratégia de parceiras e trabalho com as ervas medicinais vem surtindo efeito e mantendo a organização permanente de um grupo de quarenta mulheres agricultoras, denominado “coletivo de mulheres”, conforme afirma Steimbach (2015):

De 2013 pra cá, viemos realizando intercâmbios, com um grupo de quarenta mulheres agricultoras de diferentes comunidades do município. Fomos conhecer experiências de uma cooperativa em Turvo, a Coopaflores; na Itaipu, conhecemos um projeto que desenvolve no município de Vera Cruz, com uma associação de ervas medicinais orgânicas, a Granlago, que produz, embala, e distribui na farmácia do município, os médicos receitam. Em Francisco Beltrão, ainda não houve o convencimento da administração para implantação desta experiência. No entanto, uma experiência positiva, é a parceria com a Secretaria de Educação, que possibilita a comercialização de cinco ervas medicinais na merenda escolar (melissa, hortelã, camomila, erva doce e endro), sendo produzidas por quinze mulheres. Outra parceria foi com a Secretaria da Agricultura, que viabilizou maquinários para embalagem das ervas.

É possível identificar ainda, a partir da fala de Steimbach (2015), outras ações desenvolvidas por este coletivo de mulheres:

a) Parceria com o IAPAR para construção de aquecedores solares construídos nas propriedades com contrapartida das agricultoras.

b) Feira livre de alimentos em parceria com a Unioeste, tendo início em 2014. Atualmente acontece toda a sexta feira, sendo conhecida como ‘feirinha do terminal’. Em 2015, abriu-se outra feirinha que conta com a participação dos homens e ocorre no Bairro Alvorada.

c) Extensão do Projeto Ervas Medicinais: parceria com a Unioeste, estendido a um bairro da cidade, onde se construiu uma horta comunitária.

d) Formação bimestral com assuntos direcionados a questões: jurídica - Lei Maria da Penha, dia da beleza, previdência, educação sexual, depressão, família, educação ambiental (temas escolhidos no coletivo, com programação anual).

e) 'Dia da Mulher': é comemorado em alusão ao "8 de março". Em 2015 completou a XVIII edição e abordou a questão da água – contaminação, uso, cuidados e escassez. A cada ano as edições ocorrem em comunidades do interior e recebe o apoio da prefeitura.

Verifica-se a partir do depoimento de Steimbach (2015) que as parcerias desenvolvidas pelo sindicato, são propositivas e contribuem na implementação de políticas públicas. Nesse caso, não há o "enfrentamento" com o Estado, mas sim, um trabalho em conjunto. O sindicato organiza o coletivo de mulheres que demandam reivindicações à administração municipal. Esta dinâmica é um dos princípios da FETRAF, a qual reconhece que o sucesso da sua expansão deve-se muito a capacidade em contribuir de maneira propositiva na elaboração e consolidação das políticas públicas.

Sobre a participação dos sujeitos na formulação das políticas, Souza (2006) considera fundamental, afirmando que os mesmos contribuem com o governo na identificação do problema, apontam alternativas, desempenham papel na implementação e avaliação (SOUZA, 2006, p. 29).

Quanto ao governo abrir espaço para essa participação ou não, a autora afirma que dependerá das diretrizes políticas adotadas e ideologia partidária a qual o governante pertence. No entanto, reconhece que o convencimento em assumir determinada proposta de algum grupo dependerá também do poder de barganha do "grupo de interesse".

Neste caso, a pressão popular se faz necessária para garantir a execução das propostas reivindicadas pelo grupo. Pinto (2008, p. 32) tem a mesma compreensão da necessidade da pressão popular para inclusão das reivindicações nos programas de governo, acrescenta ainda, como ponto que contribui na tomada de decisão, a opinião pública e a mídia.

Conclui-se que a organização das mulheres agricultoras que se iniciou na década de 1980 rendeu bons resultados para o Sindicato de Francisco Beltrão. Colocou em debate o papel da mulher e após muito sacrifício, encontros, formações, mobilizações, alcançou o objetivo proposto: gerar o protagonismo feminino. A luta

por direitos promoveu conquistas que deram dignidade à mulher agricultora. Ficou o aprendizado da experiência deste grupo, como afirma Steimbach (2015) em seu depoimento:

O coletivo demanda que a organização permaneça sob o comando do movimento sindical e não com o poder público (independente da pessoa que estiver à frente da secretaria). Não pode haver dependência da prefeitura, o grupo tem que ser independente.

Essa independência do sindicato se aplicou para as demais lutas. Quando há um atrelamento e/ou envolvimento com o Estado, dificilmente ocorre uma luta de fato em favor da classe. Pode ser identificada ao longo da história essa relação entre o sindicato e o Estado.

É possível afirmar com base na pesquisa aqui realizada, que o período de maior atrelamento entre o sindicato e o Estado ocorreu na década de 1970, mais precisamente no período de implementação do convênio do FUNRURAL (1971), em que o sindicato prestava serviços ao governo e recebia por isso, subordinando-se apenas ao assistencialismo. O conforto financeiro do sindicato era garantido por este convênio e pela contribuição sindical, não exercendo nenhum tipo de enfrentamento ao Estado.

O rompimento desse atrelamento pode ser constatado a partir da eleição da oposição (1978), em que continuou prestando alguns serviços, mas priorizou lutas e realizou o enfrentamento com o Estado. Fez parte, juntamente com os demais sindicatos filiados a CUT, de lutas estruturais para a classe trabalhadora, como: reforma agrária, reforma política e constituinte.

Esse enfrentamento pode ser considerado até o final do ano de 2002, quando ocorreu a eleição presidencial brasileira e teve como vencedor o Luiz Inácio Lula da Silva, caracterizado como governo popular. O enfrentamento cedeu lugar às parcerias e ao diálogo. A classe trabalhadora avançou em direitos, mas não avançou nas reformas estruturais.

Atualmente (2016), o STR de Francisco Beltrão dá continuidade às parcerias, mas não se identifica um atrelamento ao Estado. A seguir será abordada a prestação de serviços no interior do sindicato, bem como sua relação com o atrelamento e luta.

2.4 Prestação de serviços no STR de Francisco Beltrão

Um dos objetivos propostos nesta pesquisa é analisar a prestação de serviços pelo STR de Francisco Beltrão. Essa prestação de serviços se expressa no velho assistencialismo que perdurou com muita intensidade desde os primeiros anos de sua fundação, até a conquista do sindicato pela oposição. Assim, será feita uma análise dos serviços prestados durante todo o período de existência do sindicato, considerando inclusive os dias atuais. Serão levados em consideração os depoimentos dos entrevistados, dados de documentos e arquivos do sindicato.

A primeira reflexão é feita por Justino Rafagnin (2015) que aponta algumas datas na história do sindicato:

De 1963 a 1978 o sindicalismo se preocupou com atendimento à saúde. De 1978 a 1992 foi um sindicalismo reivindicatório. De 1992 a 1995 um sindicalismo propositivo (fundação de cooperativas, instrumentos de trabalho para os agricultores). De 2000 a 2015 o sindicalismo volta a executar políticas públicas (Programa de Habitação Rural, PRONAF...).

A partir desse depoimento e com base em arquivos do sindicato, podem-se apontar os serviços prestados pelo STR de Francisco Beltrão durante o período de 1963 a 2016:

Quadro 6 – Comparação de serviços por período

Período	Serviços
1963 a 1978	Médicos, dentistas, PEBE, FUNRURAL, produtos veterinários, advogado.
1978 a 2000	Previdência, documentos da terra, documentos pessoais, PRONAF, médico naturalista, advogado.
2000 a 2016	Previdência, documentos da terra, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), médico naturalista, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), advogado, PRONAF.

Fonte: Elaboração do autor.

Observa-se que em todos os períodos há prestação de serviços. Uma das diferenças é a priorização ou não, conforme abordado anteriormente, em que mesmo a oposição manteve os serviços aos associados no sindicato, mas focou as

ações no trabalho organizativo e luta. Outra questão que diferencia essas ações no tempo é o atrelamento ao Estado.

Durante a ditadura, o sindicato estava subordinado, pois era meramente um prestador de serviços assistenciais ao Estado, executando ações que lhe eram impostas. Após o fim da ditadura e a direção sob o comando da oposição, os serviços continuaram sendo executados, no entanto, ocorreu o enfrentamento com o Estado e a luta por reformas estruturais.

Atualmente (2016), o sindicato trabalha na perspectiva de organização, mobilização, reivindicação e proposição. Constrói pautas de reivindicações em conjunto com a “base”, faz mobilizações reivindicando direitos e propõe alternativas de execução de políticas públicas e agrícolas. Não se observa um confronto direto com o Estado, e em alguns casos, o sindicato executa alguns programas em parceria com o Estado. Um exemplo é o PNHR. No entanto, não nota-se um atrelamento. Não há repasse de recurso financeiro por parte do governo ao sindicato para executar tal serviço.

Constata-se um sindicalismo que contribui na elaboração de políticas públicas e efetiva parcerias na implementação, facilitando o acesso de seus associados a estas políticas, exemplifica-se o PRONAF e PNHR.

Sobre a definição do significado política pública, Souza (2006, p. 24) fez uma análise de diferentes autores e descreveu o seguinte:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

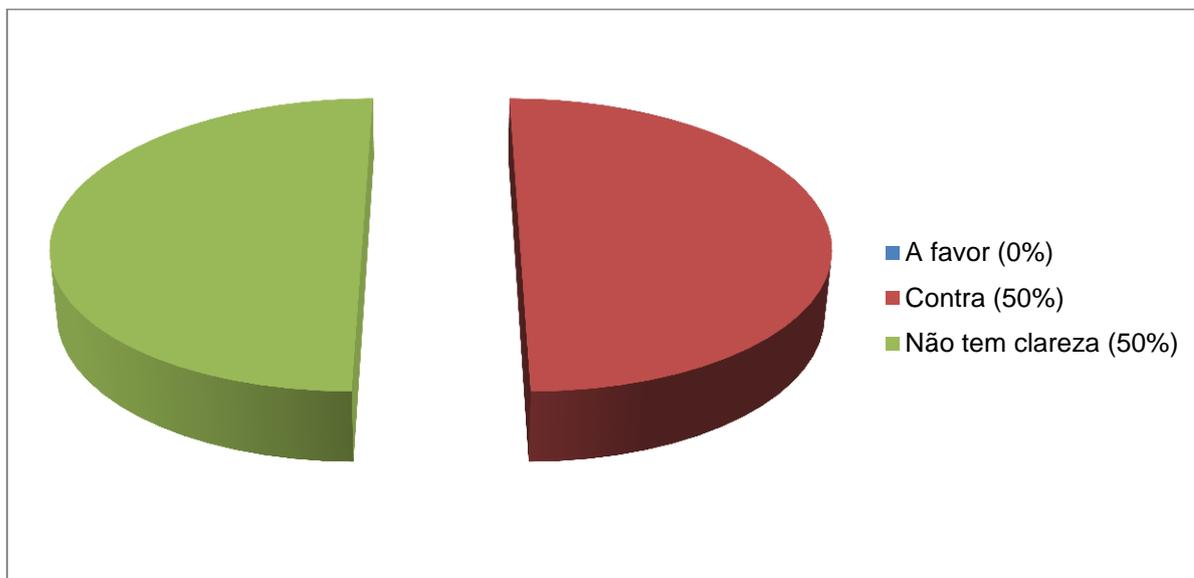
Na perspectiva de compreender os ganhos que a política pública promove a quem interessa e se faz alguma diferença na sociedade, cabe fazer uma análise de uma das políticas executadas pelo STR, neste caso o PNHR, executado em parceria com o Estado. Existem ganhos reais às famílias agricultoras, gerando melhoria na qualidade de vida e dando dignidade a essas pessoas beneficiárias.

O sindicato de Francisco Beltrão busca nos serviços uma maneira de sustentação financeira. Segue os princípios do novo sindicalismo que era convencer

os agricultores da importância da associação ao sindicato e torná-lo uma ferramenta de luta. O STR não efetua a cobrança do imposto sindical e mantém a sustentação financeira através da contribuição da anuidade dos associados, prestação de serviços e doações espontâneas, assim como defendido durante as oposições de 1978. Verifica-se através dos depoimentos, que os ex-diretores(as) possuem plena convicção do sindicato não cobrar o imposto sindical. Um dos motivos é que ambos participaram do debate e discussão durante o período de oposições sindicais e da criação do sistema FETRAF.

Todavia, os diretores(as) atuais, não possuem opinião unânime, conforme se identifica no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Visão dos(as) diretores(as) atuais sobre o imposto sindical



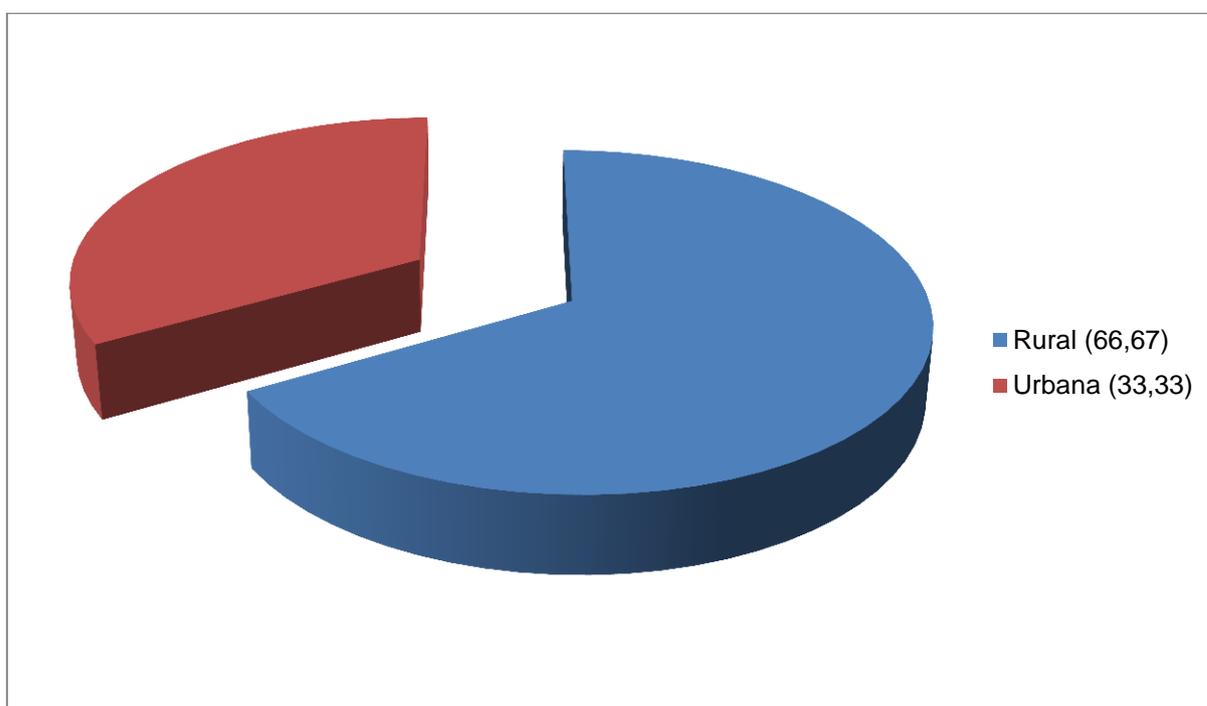
Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

A direção atual está dividida, conforme se identifica no gráfico 1. Justifica-se pelo fato de que a metade dos(as) entrevistados(as) não participou do processo de oposições. É possível constatar que o sindicato e a FETRAF não têm realizado um processo constante de formação com os novos quadros de direção e isso pode resultar na perda dos princípios de sua fundação.

A preocupação com a perda dos princípios nos remete a outra indagação, referente ao distanciamento da direção com sua “base”, conforme afirma Silva (2009a, p. 109), quando tratava da “representação” realizada pelos sindicalistas

tradicionais, que não estavam mais exercendo diretamente suas atividades na agricultura, mas sim, haviam se tornado “representantes” dos agricultores. Para aprofundar essa discussão, analisar-se-á o perfil dos(as) diretores(as) atuais entrevistados no STR de Francisco Beltrão. Dos seis entrevistados(as), dois residem na cidade e possuem vínculo com o meio rural, os demais residem no campo e continuam exercendo suas atividades agropecuárias. Cabe citar que os três membros da direção executiva são liberados para exercer a função no sindicato, os mesmos residem no meio rural e contribuem nas atividades agrícolas com sua família, com exceção de um deles, o qual possui problemas de saúde.

Gráfico 2 – Residência dos(as) diretores(as) atuais entrevistados(as)

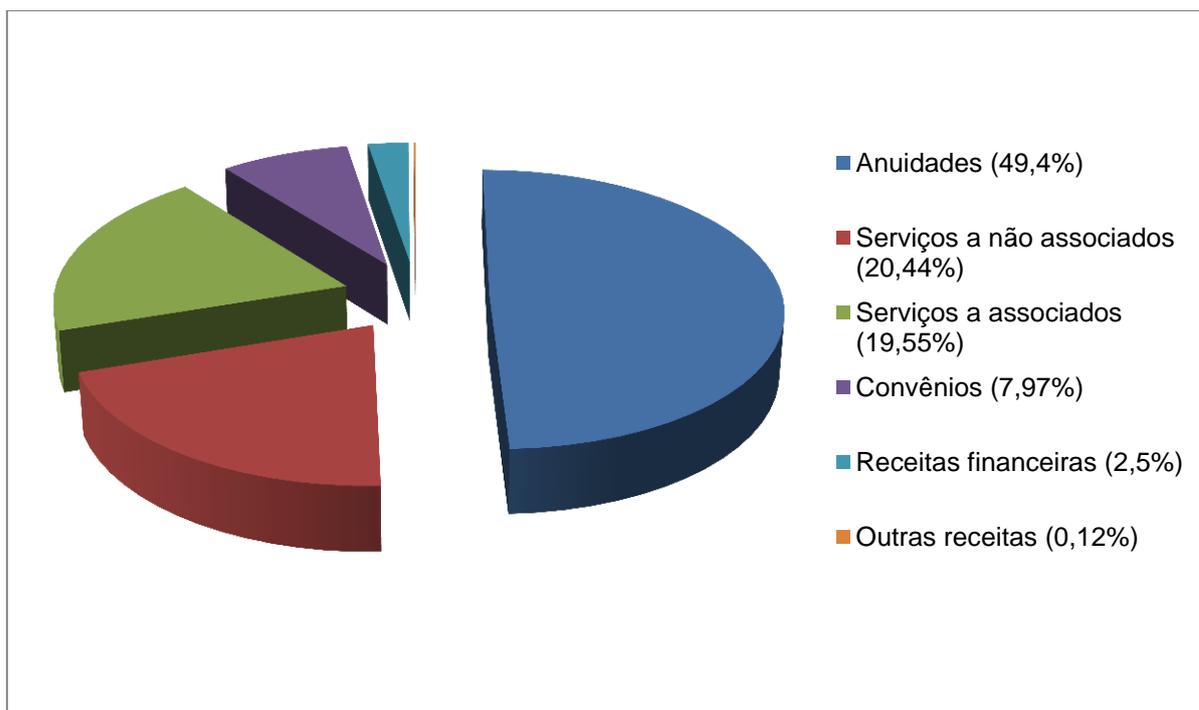


Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

Verifica-se no gráfico 2 que a maioria (66,67%) dos entrevistados afirma residir no meio rural e continuar exercendo as atividades na agricultura. Desse ponto de vista, a “representação” ainda não é uma ameaça ao STR de Francisco Beltrão.

Para compreendermos a manutenção da estrutura do sindicato sem a cobrança do imposto sindical, analisaremos no gráfico a seguir as principais fontes de arrecadação do STR.

Gráfico 3 – Arrecadações do STR de Francisco Beltrão (2014)



Fonte: Arquivos STR. Elaboração do autor.

O gráfico 3 faz referência a prestação de contas do sindicato que compreende o exercício do ano de 2014. Apresenta as entradas de dinheiro, não levando em consideração as despesas e sobras/prejuízo. Entretanto, vale ressaltar que o saldo final desse exercício foi positivo.

O objetivo é apresentar os percentuais que cada item dispõe. Nota-se que a arrecadação por meio da anuidade (contribuição anual efetuada pelo sócio ao sindicato no valor definido em assembleia de 2% do salário mínimo nacional), representa aproximadamente a metade, 49,4%. Sendo complementada por: receita de serviços a não sócios 20,44%; receita de serviços a sócios 19,55%; receita do convênio Projeto da Itaipu (compra de máquinas para secar ervas, coordenado pelo coletivo de mulheres) 7,97%; receitas financeiras (juros, rendimentos) 2,5%; e outras receitas 0,12%.

A partir desta apresentação constata-se que, atualmente, o sindicato de Francisco Beltrão continua executando a prestação de serviço, tanto que, somando os serviços prestados a sócios e não sócios representa 39,9% do total de arrecadações.

Os serviços aqui contabilizados referem-se às declarações de Imposto Territorial Rural, percentuais de consultas com médico naturalista, encaminhamentos do PNHR, PRONAF, PNCF, Cadastro Ambiental Rural, contratos e declarações diversas. De acordo com Steimbach (2015), a continuidade destes serviços é necessária para a viabilização da estrutura do sindicato, mas compreende que o agricultor que se associa somente para receber um serviço torna-se um “sócio temporário”, e depois deixa de contribuir com a anuidade. Steimbach tem plena convicção da necessidade de realizar um trabalho de conscientização e sindicalização. Segundo ela, atualmente o sindicato está com um quadro social de aproximadamente 600 sócios em dia, mas somente pela contribuição da anuidade não há como manter o funcionamento do sindicato.

Os demais diretores entrevistados compartilham a opinião da atual presidente. Celupi (2015) afirma que no tempo em que exerceu a presidência do sindicato (2007 - 2013), vivenciou uma “época de ouro”, pois muitas conquistas foram implementadas (PNHR, PRONAF Mais Alimentos, PNAE...). A diretora observa que a grande maioria se associou para fazer os projetos do Pronaf Mais Alimento, por exemplo.

Sobre o aumento do número de associados relacionado com a busca de benefícios, Terezinha Sukenske, ex-diretora, afirma que quando era diretora, as pessoas “se associavam para arrancar dente” e afirma que “a grande chamada de associação foi a questão da previdência”, homens e mulheres buscaram no sindicato o direito da previdência rural (SUKENSKE, 2015).

Tanto os ex-diretores como os atuais, entendem que o número de associados ativos pode aumentar, na medida em que o sindicato disponibiliza serviços. Para Luciana Rafagnin (2015), ex-diretora, os serviços prestados é uma maneira de manter próxima a relação do agricultor com o sindicato, mas não pode perder a linha de luta. Assim também pensa Spessato (2015), ex-diretor, “a vinda do agricultor até o sindicato possibilita bater um papo, podendo ele vim a se associar”. Pirin (2015), diretor, diz que o sindicato é uma referência para os agricultores na busca de informações e depositam no sindicato muita confiança, mas o diretor admite que a maioria dos associados: “vêm quando tem algo para ganhar”.

Considerando que o serviço oferecido pelo sindicato ao agricultor aproxima as relações e cria laços de confiança, cabe aos diretores terem a habilidade de, a partir

da prestação de serviços a sócios e não sócios, desempenhar um trabalho de sindicalização e formação de militantes. A prestação de serviço pode ser uma maneira de sustentação financeira e estreitamento dos laços do agricultor com a direção do sindicato, mas é preciso dar este outro passo importante para a luta de classe. É preciso aproveitar o potencial já existente na base, como afirma Pirin, diretor (2015), “ainda existe um percentual de sócios críticos que reivindicam e cobram a autenticidade do sindicato” Partindo de uma formação permanente deste “quadro social crítico”, é possível expandir a formação para o restante da base.

Pensamento semelhante ao Pirin possui Justino Rafagnin (2015), ex-diretor, ao afirmar que existe um percentual de sócios críticos, que ele classifica como “subjetiva”. Na sua compreensão, a associação subjetiva é aquela que não tem interesses imediatos, mas sim, tem perspectivas de lutas maiores, defesa da classe e desejo de transformação da realidade. Segundo o ex-diretor, na “década de 1980 predominava esses sócios, mas atualmente não ultrapassa 10%”. Os outros 90%, Justino classifica como “sócios objetivos”, que buscam o sindicato por serviços imediatos, “ganhar casa, encaminhar aposentadoria, consultas”.

Para o coordenador de finanças da FETRAF PR, Diego Kowald, os serviços são essenciais para a manutenção da estrutura do sindicato, mas se não houver um equilíbrio, há um grande risco de voltar ao velho sindicalismo assistencialista:

Este é um grande desafio para a FETRAF-Paraná. Lutamos por muitas políticas, ajudamos a construí-las e também operacionalizamos, a exemplo da habitação, como modo também de colher os frutos da sementeira que foi realizada lá trás. O fato é que não estamos falando de uma prática que deve ser reprimida a prestação de serviços, pois esta representa em muitos casos, a principal arrecadação de um sindicato. No entanto, acredito que é preciso estabelecer um critério que equilibre a ação política com a prestação de serviços, ou seja, é necessário definir prioridades e papéis através de um bom planejamento. O que não podemos admitir são os extremos, como dirigentes sindicais não participarem e contribuírem nos espaços políticos de deliberação em função de ficar prestando serviço no Sindicato que aí, de fato, estaremos voltando ao assistencialismo (KOWALD, 2016).

Observa-se que não há divergência na opinião dos diretores atuais e ex-diretores. Eles compreendem que infelizmente não se conseguiu “transformar” a consciência dos agricultores quanto ao papel do sindicato como ferramenta de luta e defesa dos direitos da classe trabalhadora. Ainda há muitos resquícios do pensamento desenvolvido na implantação do sindicalismo assistencial. A década de 1980 foi muito intensa de lutas combativas, trabalho “massivo” de organização,

formação de base, mas não foi suficiente para mudar a concepção da grande maioria.

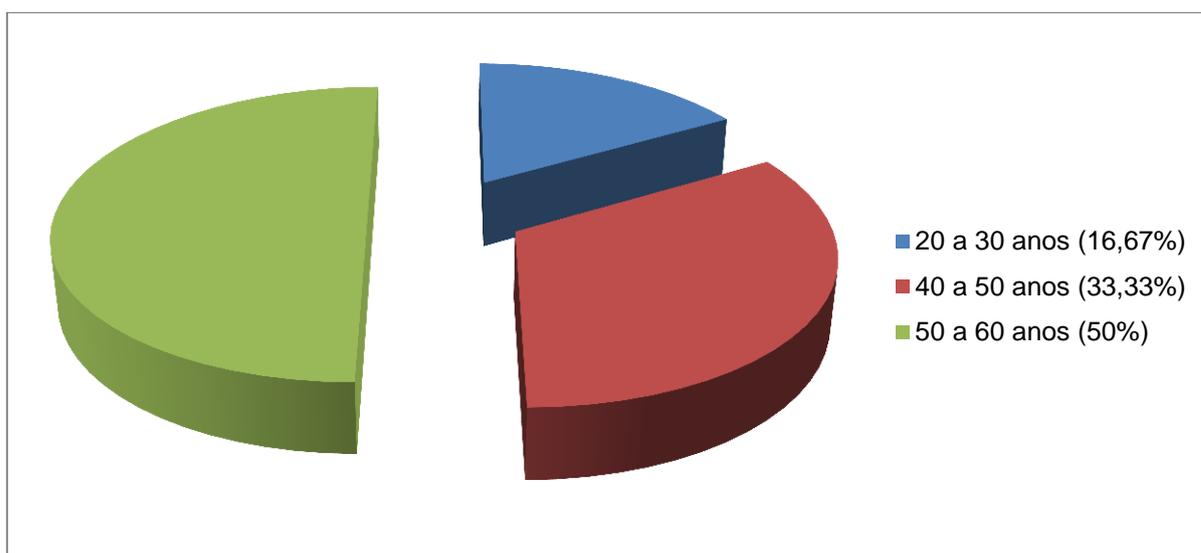
Portanto, a prestação de serviços não apaga a organização e a luta do sindicato, desde que tenha diretores sindicais conscientes da constante disputa e luta de classes. A direção precisa utilizar os serviços para manter a estrutura e a funcionalidade do sindicato, mas não se deixar levar por apenas trabalhos de escritórios. É preciso ir ao encontro dos problemas, abraçar a causa, andar lado a lado com os sofrimentos e perspectivas das famílias que vivem no campo, comungar das necessidades e desejos, dialogar e manter uma constante formação.

2.5 Sindicalismo na visão dos(as) associados(as)

No intuito de entender os anseios e concepções dos agricultores associados no STR de Francisco Beltrão, neste item será feita uma análise a partir dos seis depoimentos coletados, destes, sendo quatro homens e duas mulheres. Até aqui foi esboçada a visão dos dirigentes, neste momento será discutida a visão dos(as) associados(as), referente a um sindicato de luta e serviços.

Antes, porém, será abordado o perfil sócio econômico dos entrevistados(as), visando esboçar uma caracterização dos(as) associados(as) do STR de Francisco Beltrão.

Gráfico 4 – Idade dos(as) entrevistados(as)

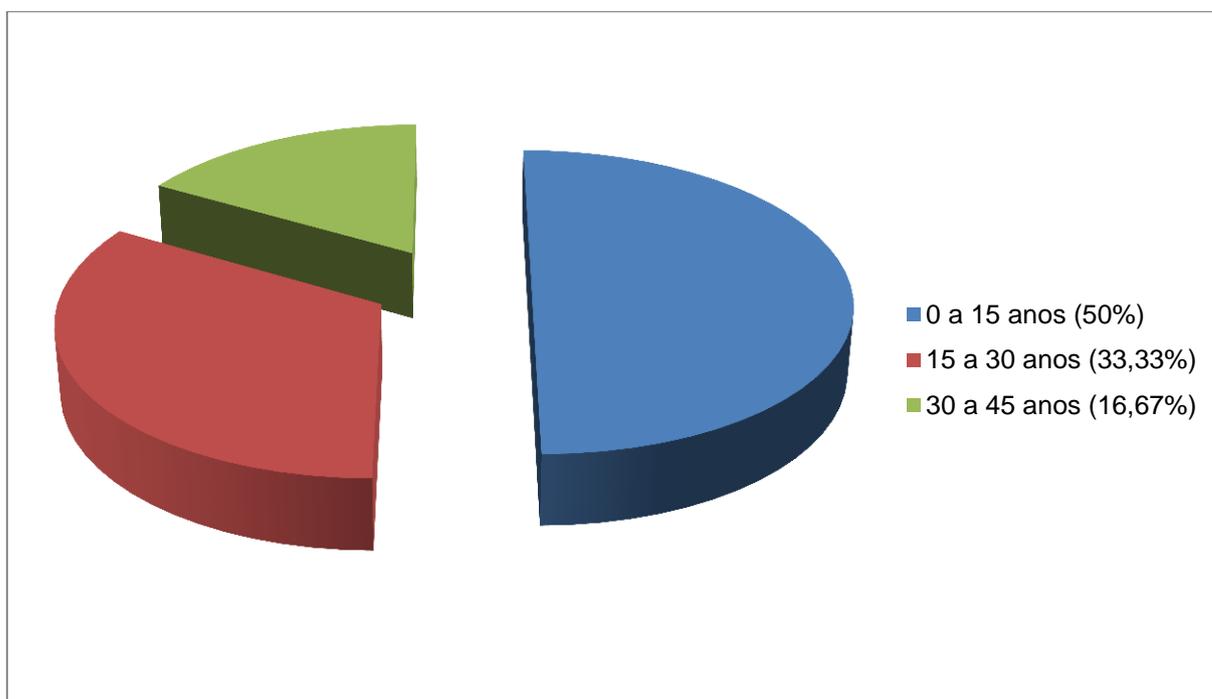


Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

Esse gráfico (4) levanta uma preocupação pertinente quanto à renovação do quadro social. Percebe-se que a metade dos entrevistados(as) apresenta uma idade igual ou superior a 50 anos e apenas 16,67% encontram-se na faixa etária entre 20 e 30 anos. Considerando uma expectativa de vida dos brasileiros de 75 anos¹⁴, significa afirmar que nos próximos 25 anos haverá a possibilidade de a metade do quadro social atual deixar de existir. Outro agravante é que o percentual de associação de jovens não ocorre no mesmo ritmo, rumando para uma queda no número de associados nas próximas décadas. Os números esboçam uma agricultura familiar envelhecida, com dificuldades de realizar a sucessão familiar.

Se por um lado há dificuldade de renovação do quadro social, por outro lado, identifica-se uma fidelidade dos associados na associação do sindicato, conforme se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Tempo de associação dos(as) entrevistados(as) no STR de Francisco Beltrão PR



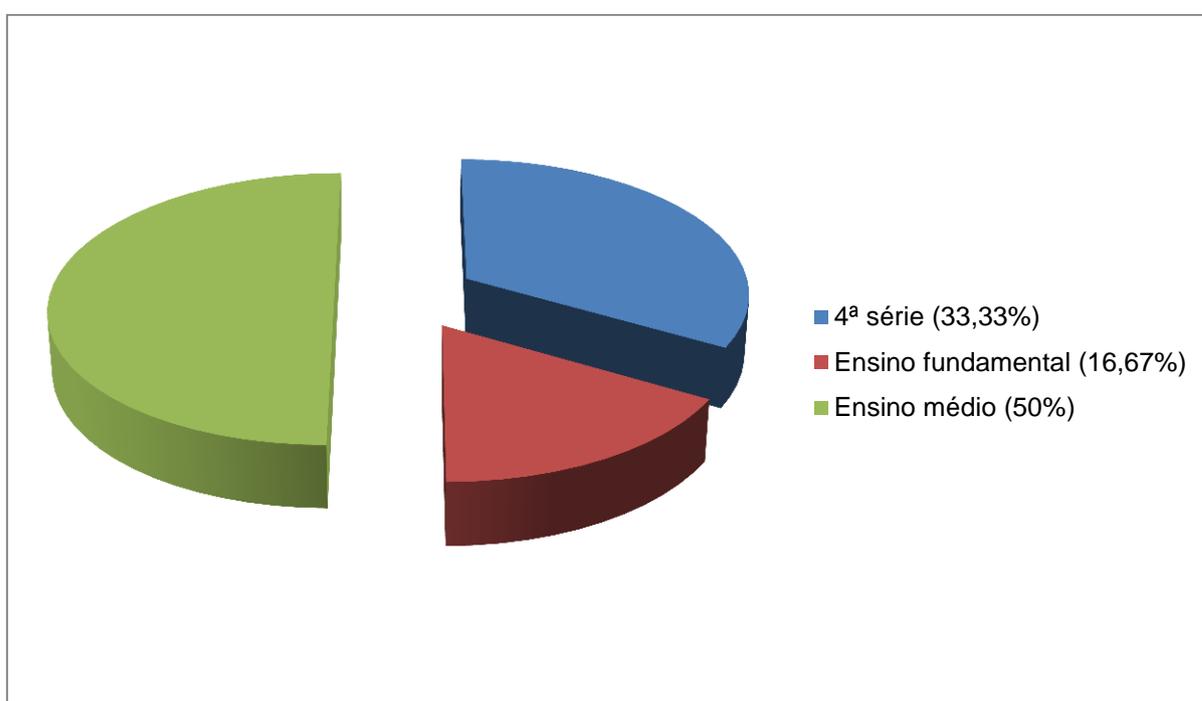
Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

¹⁴ Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/esperancas-de-vida-aonascer.html?tmpl=component&print=1&page=>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

Nota-se que a metade dos depoimentos aponta que estes agricultores estão associados no sindicato por até 15 anos. Outro ponto positivo para o sindicato é que mais de 30% declarou estar associado no sindicato por mais de 15 anos, demonstrando satisfação pela associação.

O gráfico a seguir (gráfico 6) refere-se ao grau de escolaridade dos entrevistados(as), apontando que o acesso à educação tem elevado os níveis de escolaridade dos(as) agricultores(as).

Gráfico 6 – Nível de escolaridade dos(as) entrevistados(as)

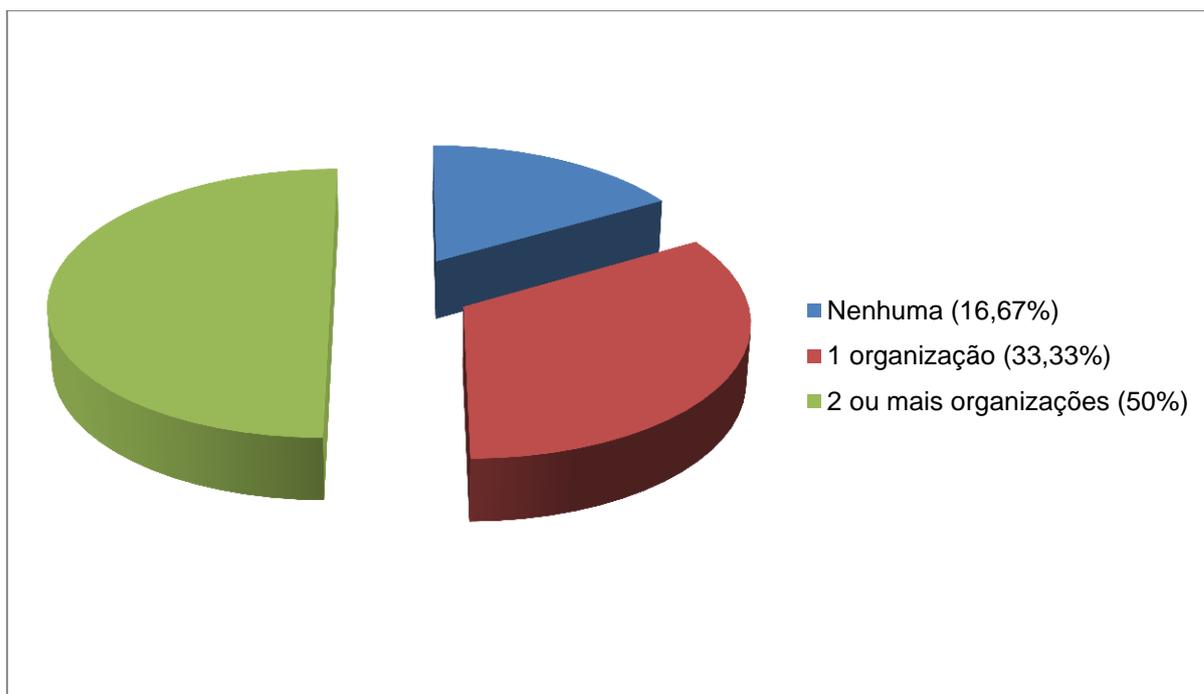


Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

Constata-se que a metade dos entrevistados(as) afirmou ter concluído o ensino médio e observa-se ausência de analfabetos. Cabe considerar que estes números não contemplam a totalidade da realidade, no entanto, apontam para índices positivos no quesito de combate ao analfabetismo. Agora, pode-se questionar o sistema educacional implantado no campo brasileiro, que segue um padrão, não respeitando as diversidades regionais e culturais dos sujeitos.

Aborda-se no próximo gráfico (gráfico 6), a participação dos entrevistados(as) em outras organizações (associações de moradores, clubes de mães, cooperativas, etc.), além da associação ao sindicato.

Gráfico 7 - Participação em outras organizações além do STR



Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

Constata-se que aproximadamente 80% afirmam fazer parte de outras organizações, demonstrando ter a compreensão da importância do associativismo e cooperativismo. Esses números podem também estar relacionados ao grande número de associações e cooperativas existentes na Região Sudoeste do Paraná.

Na sequência, serão abordadas as principais atividades que geram renda para as famílias entrevistadas, destacando-se a produção de leite:

Quadro 7 - Atividades desenvolvidas

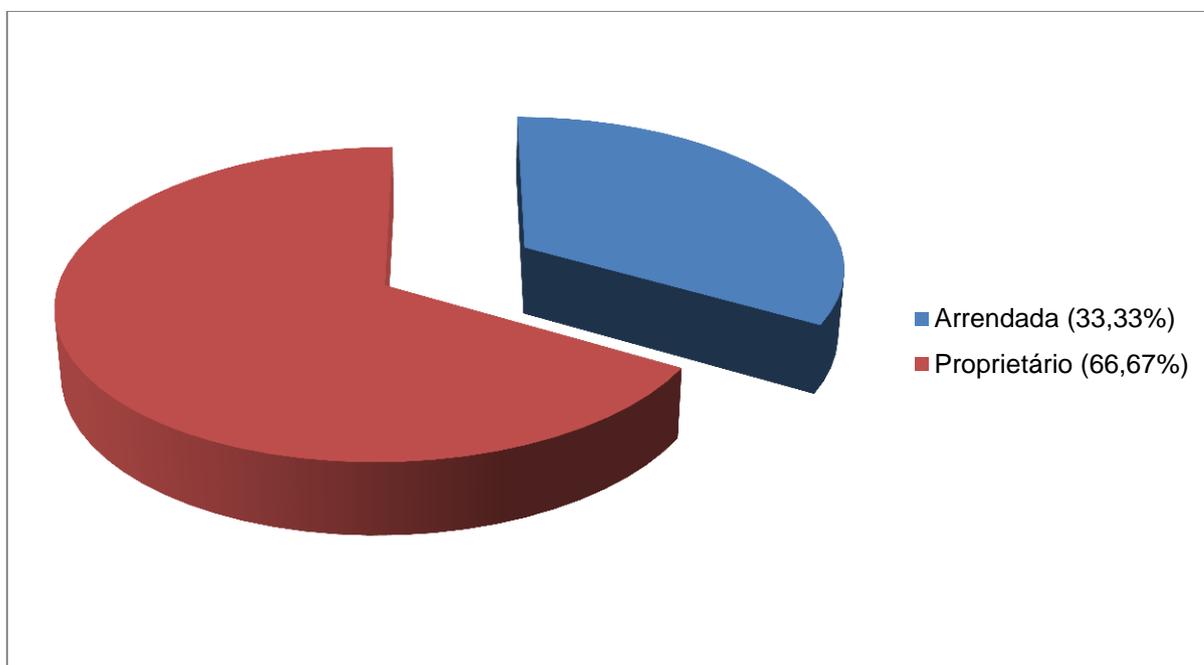
Entrevistado (a)	Atividades
1	Avicultura integrada e bovinocultura de leite
2	Bovinocultura de leite e produção de grãos
3	Avicultura integrada e produção de grãos
4	Bovinocultura de leite
5	Bovinocultura de leite
6	Bovinocultura de leite e avicultura integrada

Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

Nota-se que a bovinocultura de leite está presente em 83,33% dos casos, sendo a principal, ou somando-se como uma das principais atividades da família, acompanhada pela avicultura integrada e a produção de grãos. Essas três atividades configuram a produção agropecuária da Região Sudoeste: leite, carne e grãos. Elas caracterizam a monocultura na agricultura familiar, ficando dependente economicamente de uma ou duas atividades.

O gráfico a seguir (gráfico 8) retrata o tipo de propriedade dos entrevistados(as), predominando proprietários(as).

Gráfico 8 – Tipo de propriedade dos(as) entrevistados(as)

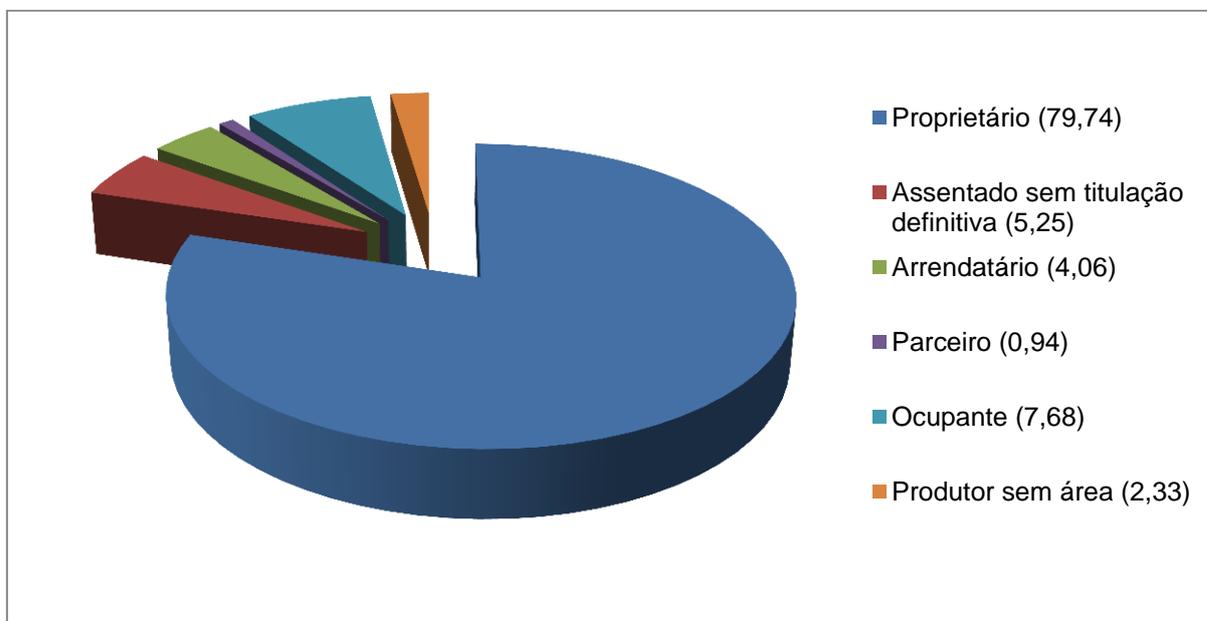


Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

Observa-se que 66,67 % declara ser proprietário de terras e 33,37% são arrendatários. Não se identifica presença de posseiros, sem terra, assentados, parceiros, mas cabe citar que o município de Francisco Beltrão registra a presença desses sujeitos do campo, conforme se identifica no gráfico a seguir, baseado em

informações do IBGE, referente ao Censo Agropecuário (2006), relatado no Caderno Estatístico do IPARDES (2016) do município de Francisco Beltrão¹⁵.

Gráfico 9 – Estabelecimentos agropecuários de Francisco Beltrão (2006)



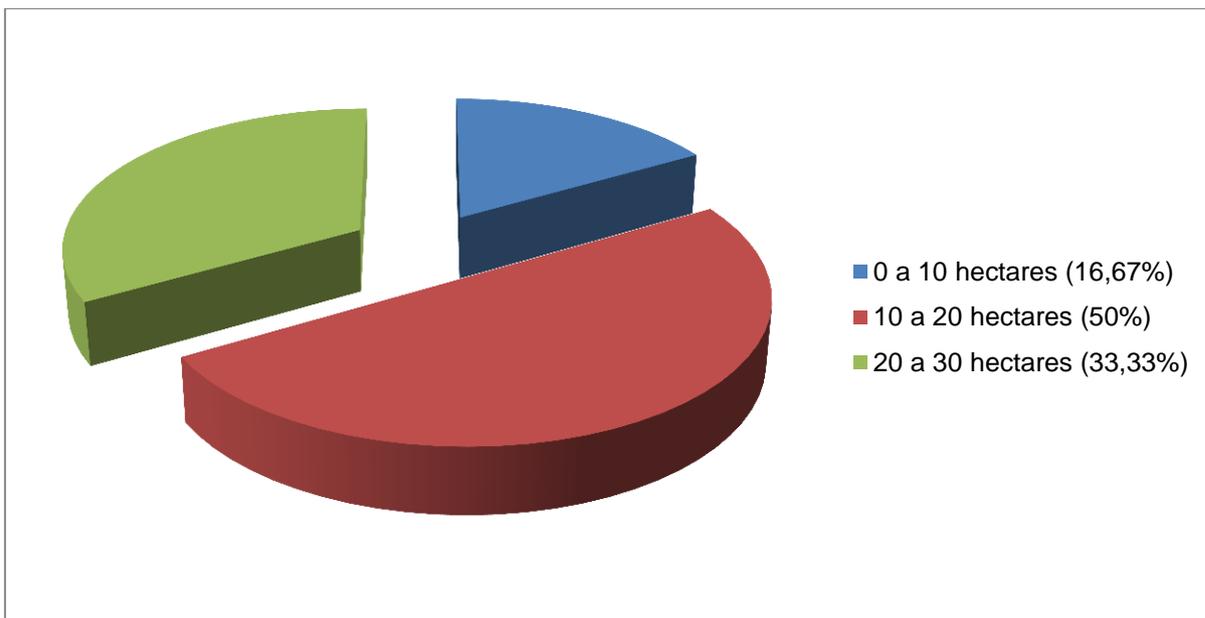
Fonte: IBGE. Censo agropecuário 2006. Elaboração do autor.

Constata-se no gráfico acima que se confirma um grande percentual de proprietários no município de Francisco Beltrão, aproximando-se de 80%, números próximos aos apresentados pelos depoimentos.

Quanto à quantidade de áreas de terras pertencentes às famílias entrevistadas, o gráfico a seguir apresenta o seguinte:

¹⁵ IPARDES. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85600>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Gráfico 10 - Quantidade em área de terras dos(as) entrevistados(as)



Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaboração do autor.

Verifica-se que 66% dos entrevistados(as) declarou ter menos de 20 hectares de terras, caracterizando pequenas propriedades, representando $\frac{1}{4}$ do limite considerado para enquadramento na agricultura familiar, que seria 80 hectares para a Região Sudoeste, de acordo com a Lei Federal Nº 11.326 (2006)¹⁶.

Realizada essa primeira parte da análise do perfil sócio econômico dos associados entrevistados, far-se-á, na sequência, uma abordagem a partir dos depoimentos sobre a visão destes para com o sindicato. A primeira questão que abordada será sobre os serviços prestados. Verifica-se nos depoimentos coletados que os agricultores encontram no sindicato um amparo, um “socorro” para resolver seus problemas imediatos, principalmente relacionados à terra e questões previdenciárias, conforme afirma a agricultora: “quando me apuro vou me informar no sindicato” (Entrevista 1, agricultora, 2015). Nesta mesma perspectiva do sindicato contribuir na organização dos documentos, outra agricultora afirma: “o sindicato me ajudou em muito: ITR, INCRA, consultas, serviços, aposentadoria, comprovar que era agricultora” (Entrevista 5, agricultora, 2015).

¹⁶ BRASIL. Lei Federal Nº 11.326. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 17 jun. 2016.

É possível identificar uma relação de confiança dos agricultores para com o sindicato. Nesse sentido, um entrevistado afirma: “o primeiro lugar que a gente procura é o sindicato” (Entrevista 6, agricultor, 2015). Outro associado também demonstra confiança: “o sindicato serve pra muita coisa, acerta os papeis, a gente vem no sindicato e eles resolvem” (Entrevista 3, agricultor, 2015).

Verifica-se que os associados se aproximam do sindicato na busca de serviços e mantêm relação de confiança. Mas, para a organização da classe, a direção do sindicato precisa dar outros passos, dentre eles, envolver esses agricultores que buscam serviços, em formações e mobilizações, visando formar uma consciência de luta coletiva. É possível identificar agricultores que buscam por serviços, mas que enxergam no sindicato uma ferramenta de luta e reivindicações, conforme afirma o agricultor: “o sindicato é uma entidade que ajuda a esclarecer nos direitos dos agricultores. Organizar a classe, propriedade, cursos, mais próximo da nossa categoria, de luta pelos direitos, reivindicações” (Entrevista 2, agricultor, 2015). Neste mesmo raciocínio, outro agricultor destaca: “eu para mim o sindicato é o primeiro órgão que tem para defender os interesses da gente. Vantagem participar e esta sempre junto” (Entrevistado 4, agricultor, 2015). Nesse depoimento se evidencia a importância do sindicato em ser um instrumento de luta da classe trabalhadora, “ser o primeiro órgão” e “esta sempre junto”, fazendo uma luta em conjunto e não individual.

Em pesquisa semelhante realizada com os associados do STR de Francisco Beltrão, Pirin (2006, p. 151) verifica o seguinte:

As afirmações dos agricultores pesquisados expressam o que a totalidade dos sócios do STR pensam. Das 34 famílias agricultoras sócias, 14 são associadas pela assistência que o sindicato lhes oferece como convênios médicos e odontológicos, prestação de serviços, como elaboração de contratos entre outros; 18 agricultores expressam que são sócios pela organização da classe, que o sindicato é um instrumento de luta dos agricultores e apenas 2 dos investigados não opinaram.

A pesquisa apresenta que 52% dos sócios compreendem o sindicato como ferramenta de luta. Outros 41% buscam no sindicato os serviços. Esses dados contrariam a concepção dos diretores, que afirmaram ser um percentual de apenas 10% de sócios do sindicato conscientes na organização e luta de classe.

Considerando que a metade dos associados ao sindicato tem consciência da organização para fazer a luta da classe, se faz necessário compreender o porquê da

dificuldade encontrada pelos diretores em convencer os agricultores a participarem de mobilizações. Os depoimentos dos agricultores apontam dois principais fatores que impedem a participação nas mobilizações: falta de mão de obra na propriedade e problemas de saúde. Alguns casos até reconhecem que falta interesse, como o caso dessa entrevistada: “participo bem pouco, ainda quero participar, a gente relaxa, sempre tem alguma coisa pra fazer, o esposo participa mais do que eu, quando ele sai, tem que ficar” (Entrevista 1, agricultora, 2015). É possível identificar nesse depoimento, a submissão da mulher, em que ela fica responsável pelos afazeres da casa e o esposo participa de atividades na sociedade.

Quanto aos que justificaram a ausência nas mobilizações por questões relacionadas à falta de saúde, afirmaram: “já participei na mobilização da estiagem e habitação, agora por motivos de saúde deixei de participar, eles ensinam as coisas” (Entrevista 5, agricultora, 2015). Nesse caso, a agricultora afirma já ter participado, reconhece a importância da organização e luta, mas a doença realmente a impediu de participar. Outro entrevistado também afirma que parou de participar por esse mesmo problema: “ultimamente não tenho participado por motivo de doença, mas já participei. Uma das últimas do leite, o laticínio tinha fechado, o sindicato mobilizou e conseguimos recuperar quase tudo” (Entrevista 2, agricultor, 2015). Verifica-se que o agricultor reconhece o sindicato como ferramenta de organização e luta, até foi beneficiado por uma luta específica, no caso, o recebimento do valor do leite entregue ao laticínio.

Outro fator que impede a participação dos agricultores nas mobilizações é a falta de mão de obra na propriedade. A região Sudoeste do Paraná, bem como o município de Francisco Beltrão, se destaca na produção de leite e aves. São duas atividades que demandam atenção e mão de obra constante. As famílias agricultoras já não são numerosas como nas décadas anteriores, até estão enfrentando problema de sucessão familiar na grande maioria, isso justifica a falta de mão de obra, que tem por consequência a falta de participação nas mobilizações, conforme citam os entrevistados: “já participei, nas últimas não, depende dos serviços do aviário e plantio” (Entrevista 3, agricultor, 2015). Nesse mesmo sentido, outro agricultor afirma ter participado pouco nas últimas mobilizações, justificando:

Pra longe fica difícil, a atividade do leite dificulta. Agora com os genros morando na propriedade facilita a participação. Particpei no tempo do preço dos porcos, no Panorâmico, tinha pouca produção, mas em solidariedade

aos demais fui junto. Atualmente as filhas participaram em mobilização das casas e do leite nesse ano (Entrevista 4, agricultor, 2015).

Verifica-se que a falta de mão de obra realmente é fator determinante. Neste depoimento, fica evidente a disponibilidade do agricultor em voltar a participar da luta a partir do momento em que sua propriedade passar a ter uma sucessão familiar, “os genros” darão conta das atividades, ou os genros e filhas podem participar das mobilizações.

É possível identificar, a partir dos depoimentos dos agricultores filiados ao STR de Francisco Beltrão, que há unanimidade na importância de organização e luta. Alguns destacam que foram beneficiados pela luta organizada através do sindicato, no entanto, por problemas de saúde ou por falta de mão de obra que exigem as atividades de avicultura e leite, são impedidos de participar da luta. Alguns casos até reconhecem que estão acomodados, trabalhando na individualidade e “presos” nas atividades rotineiras da propriedade.

Mesmo esses agricultores “impedidos” de participar das mobilizações organizadas pelo sindicato, esperam que o sindicato continue o trabalho organizativo e defesa da classe, conforme afirma este entrevistado: “espero que o sindicato continue sendo uma ferramenta de organização e luta, esclarecimento, levar novas tecnologias. O sindicato deve auxiliar nos esclarecimentos e nos ajudar” (Entrevista 2, agricultor, 2015). Embora o agricultor reconheça o sindicato como ferramenta de luta, espera que também “ajude” nos momentos de dificuldade. Fica presente em alguns depoimentos a esperança do sindicato “ajudar” os agricultores: “espero que o sindicato atenda mais os colonos que precisam de ajuda bastante, como a aposentadoria. É importante ter o sindicato, eles ajudam bastante as pessoas” (Entrevista 5, agricultor, 2015). Este último depoimento reconhece a importância do sindicato, mas demonstra uma perspectiva de um sindicato assistencialista. Outro casal de jovens entrevistado participou das últimas mobilizações, mas possuem expectativas individuais e não coletivas. Deseja atender uma necessidade imediata, no caso, ser beneficiado pelo PNH: “esperamos que a casa saia logo e que o sindicato continue orientando os agricultores” (Entrevista 6, agricultor, 2015).

A direção do sindicato tem como desafio transformar esse desejo de luta e conquista individual, em desejo e luta por conquistas da classe. Em depoimentos coletados é possível identificar agricultores com essa consciência, como o caso

desse entrevistado, que vê o sindicato como articulador das lutas para o “bem comum”:

Acho que o sindicato deve continuar nessa linha que vem a anos, atento e batalhando para o bem comum da agricultura, lutando por melhores condições aos agricultores, fazendo reivindicações nos bancos, previdência, órgãos federais. O sindicato é muito importante, não dá pra imaginar sem ele, fica igual um barco sem piloto (Entrevista 4, agricultor, 2015).

Essas são algumas das respostas dadas pelos associados e representam seus sentimentos. Esperam um sindicato que atenda seus anseios imediatos, mas também que tenha a capacidade de articular, organizar e mobilizar a categoria em defesa dos interesses maiores da classe trabalhadora. Assim como uma comparação feita pelo entrevistado, o sindicato deve ser o “piloto” do “barco”, saber guiar sua “tripulação”, saber onde estão localizados, se o “oceano” está apresentando condições favoráveis ou adversas, ter muita clareza para onde vão, os “perigos do caminho” e ter a consciência de que, dependendo do caminho escolhido, o “barco” pode chegar à terra firme, ou talvez, bater em alguma ponta de “iceberg” e afundar.

Nesta perspectiva de desafios do sindicato frente à realidade encontrada na agricultura familiar, é que o capítulo III será abordado em seguida. Como verificado em depoimentos dos agricultores, existem alguns problemas que “impedem” a participação na organização e luta de classe. Nesse próximo capítulo será aprofundada a reflexão sobre a falta de mão de obra, dificuldade da sucessão familiar, o sistema capitalista de produção que a agricultura familiar está inserida e ainda, serão apontadas algumas possíveis saídas para o sindicato enfrentar esses desafios.

CAPÍTULO III

3 DESAFIOS DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SÉCULO XXI

A “modernização” e industrialização na agricultura chegaram ao Brasil em meados do século XX e trouxeram consigo muitas transformações e consequências no campo brasileiro. Transformaram-se as relações sociais e econômicas, bem como as relações com a terra e o meio ambiente; os alimentos passaram a ser tratados como produtos de valor de mercado, como mercadorias (*commodities*).

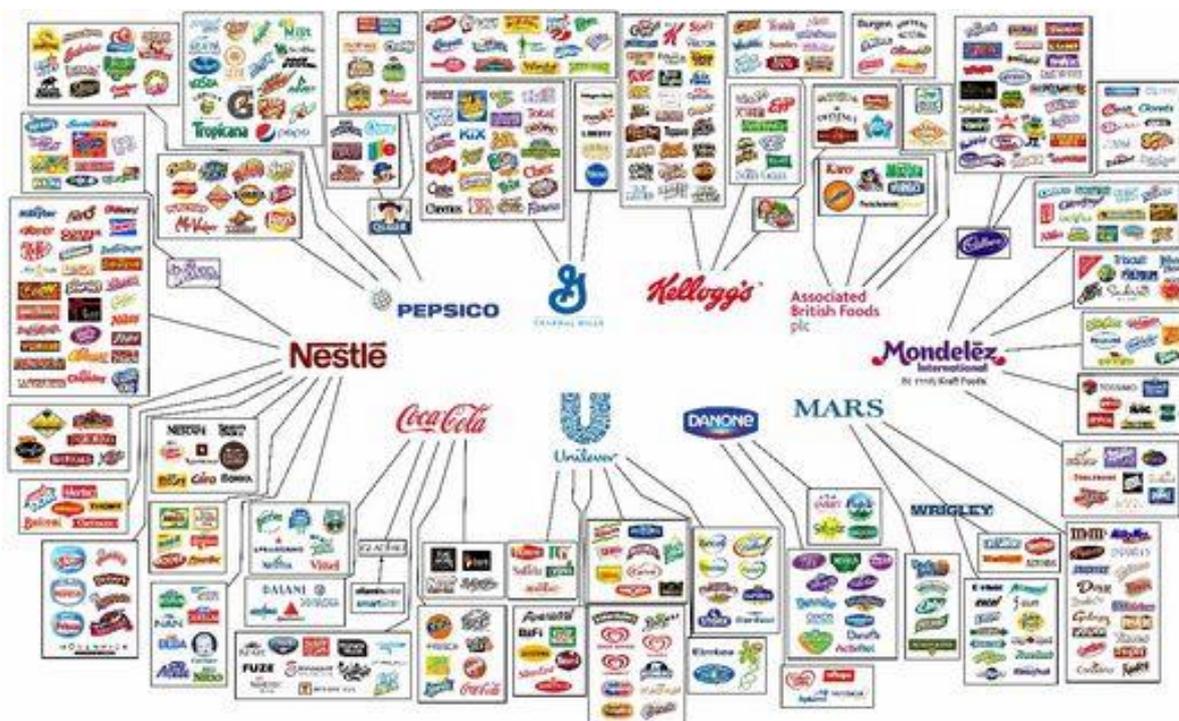
Na lógica de mercado, o que vale é o aspecto produtivo, explorar ao máximo os potenciais produtivos, não levando em consideração outras questões como o meio ambiente e social. Se olharmos apenas para o fator produção, o Brasil evoluiu muito neste último período e deverá expandir essa produção para mais 40%, até 2019, o dobro da média mundial, se destacando no cenário de produção agrícola, conforme aponta a Agência para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (COSTA, 2010).

Essa produção de mercadorias, ou *commodities*, obedece às regras impostas e pensadas por empresas que formam um oligopólio, dominando o mercado mundial. A produção dos principais produtos que tem abertura mundial de comercialização (soja, trigo, algodão, arroz e milho) está centrada em um pequeno número de empresas que dominam a tecnologia das sementes, agrotóxicos e fertilizantes. Apenas cinco gigantes da biotecnologia (Monsanto, Syngenta, Bayer, Dow e DuPont) compraram mais de 200 outras empresas e aumentaram o seu controle sobre o mercado global da produção agrícola. A tendência é de que novas fusões ocorram e esse número já pequeno de indústrias, diminua ainda mais (ZONA LIVRE DE OGM, 2016).

Este mesmo controle de oligopólios é evidente no mercado mundial da indústria da alimentação. Uma dezena de multinacionais controlam os alimentos produzidos e comercializados no mundo, seguindo a mesma tendência de concentração, com perspectivas de redução desse número e aumento do controle.

O site “*Food for Thought*” reuniu as 10 principais empresas que controlam o mundo da alimentação, tendo por base o relatório de 2013, da *Oxfam International*:

Figura 9 – Dez principais empresas que controlam a indústria alimentar no mundo (2014)



Fonte: AGROTEC, 2014.

Nesse contexto em que a produção e comercialização são controladas, o campo brasileiro passou a ser visto apenas com olhar produtivo e o agronegócio avançou a passos largos nas terras do país, cooptando segmentos da agricultura familiar e causando danos ambientais e sociais. Na questão ambiental, o agronegócio coloca em risco a biodiversidade, com produções de monoculturas, uso exagerado de agrotóxicos (o Brasil desde 2008 é o campeão na utilização de agrotóxico) e contaminação dos recursos naturais (terra, água, ar). Na questão social, o agronegócio expulsa milhões de pessoas do campo; desconsidera a cultura e os valores; reduz a quantidade de alimentos produzidos e consumidos, causando impactos na saúde humana.

A agricultura familiar resiste a este modelo que privilegia o agronegócio e busca se consolidar como categoria estratégica para o país, garantindo a produção de alimentos. Neste ponto, segundo dados do Censo Agropecuário realizado pelo

IBGE (2006), aponta a relevância desses sujeitos na produção de comida à população brasileira:

Figura 10 – Agricultura familiar e produção de alimentos



Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar.¹⁷

A figura acima apresenta a relevância da agricultura familiar na produção de alimentos para o país. Mas essa relevância não significa ter privilégios frente a políticas desenvolvidas para o campo brasileiro. A reforma agrária, por exemplo, uma antiga bandeira de luta dos movimentos sociais e sindicais, não avançou muito nos últimos anos e continua pertinente o problema de concentração de terras no Brasil. Enquanto uma pequena minoria expande suas fronteiras agrícolas, uma grande maioria fica sufocada com pequenas áreas. A figura a seguir ajuda na

¹⁷ AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL. Disponível em: <http://images.slideplayer.com.br/2/362267/slides/slide_5.jpg>. Acesso em: 24 mar. 2016.

compreensão, expressando números que revelam esta questão da concentração de terras, em que menos de 1% das propriedades equivale a quantidade de área ocupada por outras 47%.

Figura 11 – Concentração de terras no Brasil segundo o Censo Agropecuário 2006



Fonte: IBGE.¹⁸

Apresenta-se até aqui, dois sérios problemas que envolvem a agricultura familiar: o controle da produção e comercialização dos alimentos; e a concentração de terras. São problemas estruturais que demandam muita energia e mobilizações para enfrentar este modelo.

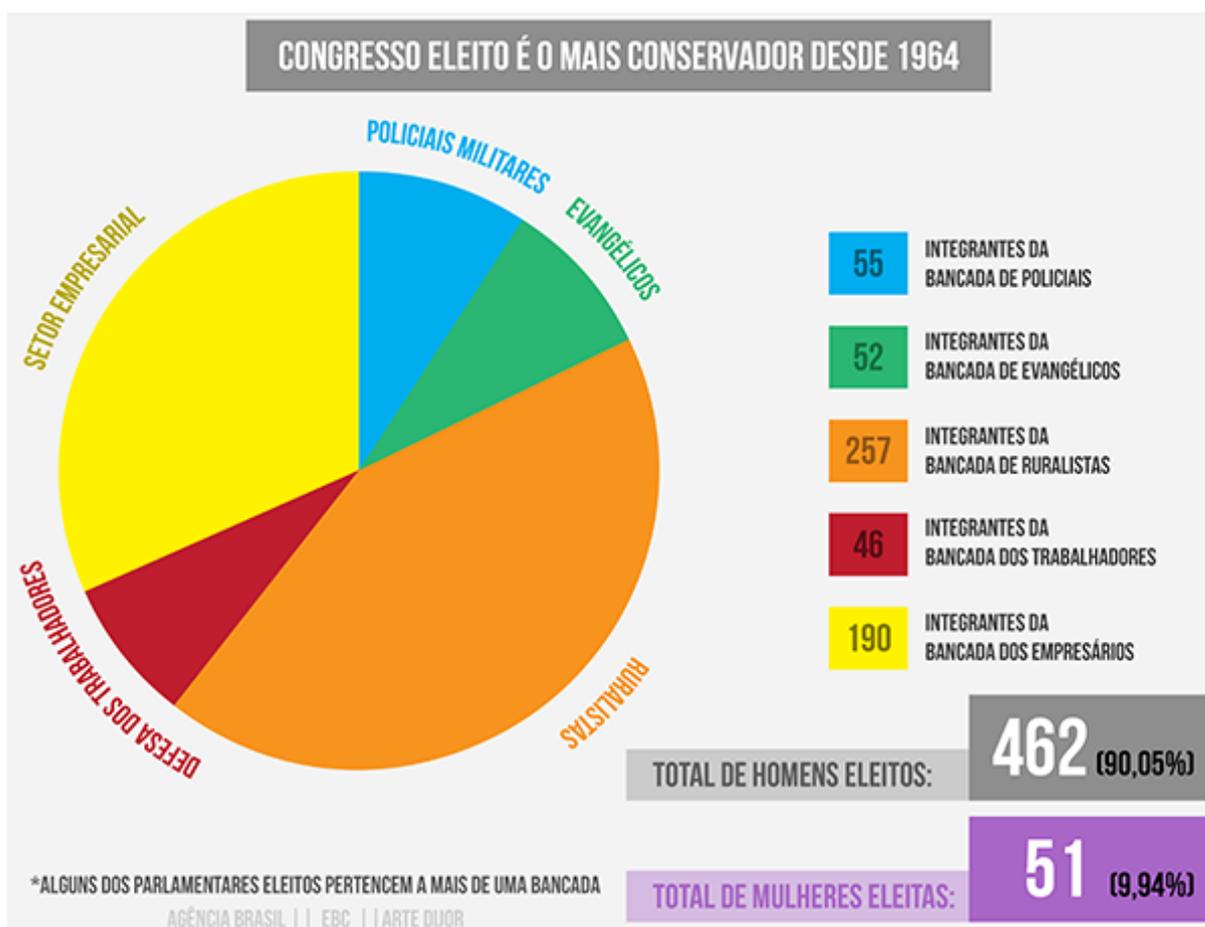
A concentração de terras é uma herança ainda do Brasil Colônia e as tentativas de fracionar as grandes porções de terras não obtiveram muito êxito. Na maioria das tentativas o latifúndio foi beneficiado. Observa-se na figura 11, que menos de 1% possuem aproximadamente a metade das terras brasileiras. Esses percentuais demonstram a força da elite dominadora e exploradora, que dita às regras e mantém seu poder de dominação.

A manutenção do poder passa pelo Estado. Quando analisada as representações das categorias, ou das duas classes (trabalhadores x elite) na disputa do Congresso, constata-se que há fortes investimentos por parte da elite

¹⁸ IBGE. A concentração de terra. Disponível em: <<http://www.focabrasil.com.br/imagens/arefagraria5.jpg>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

para manter seus representantes que terão a função de manter essas estruturas de domínio, poder e exploração. O gráfico a seguir faz referência à representação dos Deputados Federais eleitos em 2014 e apresenta uma noção de como se perpetua essas relações arcaicas de dominação.

Figura 12 – Representação de categorias/classes no Congresso Nacional (2014)



Fonte: AGÊNCIA BRASIL. 2014. ¹⁹

Observa-se que dos 513 parlamentares eleitos, 8,9% representam os interesses dos trabalhadores. Em contrapartida, os ruralistas são a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 257 parlamentares (50,09%). Os eleitores são, a

¹⁹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

maioria, trabalhadores do campo e da cidade, mas no momento da eleição, acabam elegendo pessoas que não tratam seus problemas como prioridades, muito pelo contrário, que estão a serviço de uma elite burguesa conservadora.

Deve-se considerar que os Governos do PT identificam-se com a esquerda brasileira. O PT foi criado em 1980 com objetivo de defender os interesses dos trabalhadores e se contrapor aos interesses da elite dominante. Entretanto, a eleição só foi possível após coalizão com setores conservadores da sociedade. Esta aliança permitiu o avanço de direitos e políticas sociais, mas não permitiu as reformas estruturantes (agrária, tributária, política).

Em se tratando de políticas sociais para o campo, a agricultura familiar teve nos últimos anos alguns avanços, dentre eles: o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF; Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR; reconhecimento da categoria “Agricultura Familiar”; Lei de obrigatoriedade de aquisição de no mínimo 30% dos alimentos da merenda escolar advindos da agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, aumento do volume de recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar; dentre outras políticas de incentivo a permanência na área rural.

Não se pode negar que houve avanços importantes e significativos os quais contribuíram para o reconhecimento e afirmação da importância da categoria da agricultura familiar no cenário nacional. A própria FETRAF se consolidou nestes últimos anos e se firmou como principal representante dos interesses desses sujeitos do campo, organizando-os e mobilizando-os em defesa de novos avanços em políticas de desenvolvimento.

Entretanto, é consenso nos debates do movimento sindical, que após a eleição do governo popular, houve acomodação e deixou-se de fazer pressões para realizar as reformas estruturais. Para Circe Forlin (2015), ex-diretora, “a gente pecou, achou que um governo popular ia resolver as coisas, faltou dar sustentação ao governo popular eleito, pra ampliar as conquistas”.

Zelide Possamai (2015), ex-diretora, entende que se estivesse outra época, teriam ocorrido muitas mobilizações, algo raro nestes últimos anos: “aconteceu tanta coisa a nível nacional, que se fosse em outras épocas, duvido que o sindicalismo não estivesse na rua [...] o governo popular acomodou o povo”. Seguindo essa constatação, Daniela Celupi (2015), ex-diretora, afirma: “eu acho que muitas

conquistas trouxeram o comodismo, tanto dos agricultores, quanto dos dirigentes”. Nesta mesma linha de pensamento, Romildo Garbossa (2015), diretor, afirma que as conquistas acomodaram as pessoas: “antigamente era mais a participação, atualmente menos, acomodação com o recebimento dos benefícios”.

Se referindo ao comodismo e individualismo dos agricultores, o diretor Everton L. Dobner (2015) afirma que:

A situação dos agricultores melhorou nos últimos cinco anos, houve investimentos na atividade leiteira, que acaba dificultando a saída da propriedade, que devem ficar em função do leite. Falta mão de obra. O agricultor participa de fato, quando fere o bolso (exemplo o leite).

Afirma que houve melhorias na renda das famílias, no entanto, as atividades desenvolvidas demandam mão de obra, que é escassa, dificultando a participação nas mobilizações, obrigando-se a participar quando o fator econômico é atingido, exemplificando uma mobilização realizada em 2015, em que o sindicato organizou os agricultores que não haviam recebido pelo leite entregue e outros que reclamavam ser muito baixo o preço por litro do produto comercializado. O depoimento do diretor Dobner retrata o oligopólio da produção e comercialização dos produtos, considerando que a atividade leiteira está inserida nesse contexto, onde “meia dúzia” de empresas controla o mercado mundial e domina toda a cadeia produtiva e de comercialização.

Enquanto os agricultores ficam “presos” em suas atividades, deixam os interesses individuais se sobrepor aos coletivos, dificultando atividades de mobilização. Sobre esta participação dos agricultores, Luiz Pirin (2015), diretor, faz um comparativo entre o período da década de 1980 e 1990 com os dias atuais e destaca quatro elementos fundamentais que devem ser levados em consideração:

Primeiro: antes buscava a informação na Formação. Segundo: no passado, tinha mais pessoas no campo, menos emprego nas cidades, o que forçava buscar conhecimentos para se qualificar. Terceiro: as famílias eram maiores, tinham mais tempo. Quarto: hoje, o sistema de produção, não permite perder tempo, tem que produzir para manter a atividade, trabalhar a todo o momento. “Formação política é perda de tempo para o sistema capitalista atual” (PIRIN, diretor atual, 2015).

O depoimento de Pirin (2015) é pertinente no sentido de que o sistema capitalista conseguiu sufocar a formação política. A necessidade em produzir mais e sempre mais para acumular capital, insere no pensamento dos agricultores a ideia de “perder tempo” em momentos de formação. Atualmente a informação pode ser

acessada de qualquer lugar e em qualquer momento, está na palma da mão, distante de alguns cliques no celular e o mundo todo aparece em forma de letras, imagens e vídeos. “Tudo conectado”, mas ao mesmo tempo distante, os vizinhos têm dificuldades de se visitarem, grupos de reflexões nas famílias são cada vez mais raros e a formação política, nesse sentido, fica ameaçada. Esta é a lógica capitalista de controle dos meios e modos de produção, bem como da ideologia impregnada na sociedade.

Chegamos a um momento da história em que as relações de classe recomeçam a se colidir e o comodismo começa a dar lugar ao ressurgimento de novas manifestações provocadas a partir da ofensiva da elite contra os direitos dos trabalhadores, direitos esses, conquistados com muita luta e resistência durante a Constituinte, os quais nem representavam tudo o que se almejava e agora começam a ser atacados novamente pela velha estrutura arcaica, representada pelo Estado conservador, visando diminuí-los, para poder ampliar seus lucros e acumulação de capital.

Um exemplo de tentativa de diminuição de direitos e cortes em políticas de fortalecimento da agricultura familiar ocorreu em 2015 quando o então ministro da Fazenda Joaquim Levi, representante do setor empresarial, visando fazer um reajuste fiscal, anunciou vários cortes no orçamento da União, dos quais, estavam também previstos cortes em recursos do PRONAF e PAA, programas estes que consolidaram e fortaleceram a agricultura familiar nas últimas décadas.

A reação foi imediata e a FETRAF foi protagonista na organização e defesa da sua categoria. Durante a XI Jornada Nacional de Lutas da FETRAF Brasil (maio 2015), cerca de 1.000 agricultores familiares realizaram a ocupação do Ministério da Fazenda, reivindicando audiência com o ministro para exposição da pauta do movimento, que era contrário a tais medidas. Esta ação marcou a história desta Federação e deu novos olhares em relação ao reconhecimento desta categoria.

Para o ano de 2016, as lutas deverão novamente ocorrer em torno da manutenção de direitos, sendo um deles o direito da seguridade especial que está ameaçado. Há indícios de que projetos de lei que preveem o aumento da idade mínima de aposentadoria devam ser colocados em votação, atingindo diretamente os direitos dos agricultores familiares e provocando retrocessos.

A luta para manutenção de direitos será uma das principais bandeiras da FETRAF Brasil-CUT e o STR de Francisco Beltrão deverá fazer parte dessa luta. Além desta, outras são destacadas pelas lideranças sindicais que apontam como fundamentais para a promoção e existência da agricultura familiar, dentre elas: a) novo modelo de produção, com base na agroecologia, levando em consideração à preservação ambiental, a biodiversidade, a segurança e soberania alimentar; b) formação política para agricultores e dirigentes, despertando para a luta de classes; e a terceira, não menos importante, c) a sucessão familiar, considerando o envelhecimento da agricultura familiar, neste tema o debate nos remete novamente para a Reforma Agrária.

Pirin (2015), diretor, aponta que o novo modelo de produção deve pensar estratégias de produções sustentáveis, que preservem o meio ambiente, com crédito diferenciado e subsídios do governo federal, acompanhado de assistência técnica na propriedade, que considere vários fatores, dentre eles, canais de comercialização e difusão de novas tecnologias que facilitem as atividades.

Nesse sentido, Luciana Rafagnin (2015), ex-diretora, compreende a necessidade de debater os problemas ambientais provocados por este atual modelo de agricultura; diminuir o uso dos agrotóxicos, visando a preservação do meio ambiente, conservação do solo e biodiversidade, na perspectiva de gerar qualidade de vida aos agricultores familiares. Sobre o uso intensivo dos solos, Daniela Celupi (2015), ex-diretora, diz que atualmente não tem política pública que pautar esta questão e precisa ser criada com urgência. A sua preocupação é ambiental e social. Celupi entende que se não pautar logo o tema de segurança e soberania alimentar, produção de alimento suficiente, que garanta o acesso a todos e com qualidade, o risco de termos uma população doente em um futuro bem próximo é muito grande. Fala semelhante é feita por Circe Forlin (2015), ex-diretora, quando afirma a importância da agricultura familiar na produção de alimentos: “não tem máquina que produza comida por enquanto”. Sua preocupação é que esta produção não degrade o meio ambiente e tenha respeito com os recursos naturais. Destaca: “a luta pela água é transversal a todos os cidadãos, precisamos lutar como ser humano”.

Sobre a “formação política”, Pirin (2015), diretor, defende a urgência da realização de um forte trabalho de base, “ir até ela, mostrar aos agricultores familiares a importância de estar organizado ao sindicato para buscar as

reivindicações”. Nesse sentido, Everton Dobner (2015), diretor, defende o trabalho de formação com a juventude, vê nela a possibilidade de transformações.

Este é um dos grandes desafios na percepção de Marcos Rochinski, coordenador da FETRAF Brasil, identificado em seu discurso durante o V Congresso da FETRAF Sul, que tinha como lema “agricultura familiar: produzindo alimentos e conquistando direitos”, realizado em Pinhalzinho – SC, em 24 de fevereiro de 2016, quando afirma: “o grande desafio é voltar a fazer formação política, para revigorar nossos militantes e fortalecê-los para a luta”. Na visão de Rochinski, antes dos dirigentes irem à base, precisam passar por essa “renovação”, sair da zona de conforto, da acomodação provocada por alguns anos de governo popular, em que o sindicalismo exerceu por muitas vezes o papel de “parceiro do governo”, não realizando o conflito para efetivação das grandes lutas. Rochinski complementa:

A impressão que dá, é que estamos murchos, encolhidos, aceitando o que a grande mídia nos fala todos os dias, que não tem saída essa crise e a solução é retirada de direitos dos trabalhadores. Precisamos tomar as ruas, é lá nosso lugar, resgatar o entusiasmo que está dentro de nós e fazer a disputa com a elite. Não podemos ter a preocupação de agradar ao governo, nossa preocupação maior deve ser agradar nossa base. Se não tivermos este princípio, vamos se perder e não terá tido sentido a criação de nossa organização (ROCHINSKI, discurso V Congresso FETRAF SUL, 24 fev. 2016).

Nesta perspectiva de formação política que motive para a luta e defesa de um projeto em favor da classe trabalhadora, Altemir Tortelli, primeiro coordenador da FETRAF SUL (2001), atualmente deputado estadual no Rio Grande do Sul (PT), compreende como desafio, a rearticulação da esquerda brasileira em defesa dos seus ideais. Para ele, a agricultura familiar precisa ir à luta, mas acompanhada das demais organizações da categoria, como movimentos sociais, cooperativas, somados a toda a classe trabalhadora. “Não nascemos para ficar assistindo TV, mas sim para fazer a luta nas ruas, em defesa dos trabalhadores” (TORTELLI, discurso V Congresso FETRAF SUL, 24 fev. 2016).

Figura 13 – Abertura do V Congresso da FETRAF Sul/CUT (2016)



Fonte: O autor.

A manutenção dos direitos é essencial para a existência da agricultura familiar. E sobre a continuidade dessa categoria que os dirigentes sindicais estão preocupados e entendem como desafio para o sindicalismo nos próximos anos. A geração dos avós e pais está envelhecendo, os filhos na grande maioria das propriedades não estão fazendo a sucessão e muitas propriedades da agricultura familiar estão sendo vendidas para empresários rurais, aumentando o número de concentração de terras.

A dificuldade da sucessão familiar é uma realidade árdua encontrada nas comunidades rurais. Daniela Celupi (2015), ex-diretora, vê com otimismo essa questão da sucessão, pois entende que existem jovens que haviam deixado a propriedade, mas que agora estão retornando ao campo.

O retorno desses jovens ao meio rural pode ter relação com a execução de políticas sociais. Um exemplo é o programa de habitação rural, que na Região Sul, uma das entidades organizadoras é a Cooperativa de Habitação da Agricultura

Familiar – COOPERHAF, ligada a FETRAF Sul que executou, em parceria com os agentes financeiros e sindicatos, em torno de 40 mil contratos habitacionais, levando dignidade às famílias agricultoras²⁰. Embora a moradia eleve a autoestima da juventude do campo, ela por si só não garante a permanência dos jovens no campo.

A I Caravana da Agricultura Familiar, desenvolvida pela FETRAF PR (2014) abordou este tema da sucessão no município de Candói e a juventude presente pode expor suas opiniões. Ao final encaminharam-se três propostas:

1. A Construção de um Plano Nacional de Apoio à Juventude e à Sucessão na Agricultura Familiar com objetivo de incentivar os jovens a permanecerem no meio rural, articulando: acesso a terra, acesso à moradia, acesso ao crédito em infraestrutura de produção, acesso ao acompanhamento técnico, e acesso aos serviços de infraestrutura (energia, internet, telefonia).
2. Implementação de políticas de cultura, de educação e de lazer para o bem viver do jovem da agricultura familiar, possibilitando novas formas de integração social para promover qualidade de vida de maneira integral da população que vive no meio rural.
3. Criação do Programa Nacional Bolsa de Estudo ao Jovem da Agricultura Familiar, como incentivo ao jovem para implementação, na propriedade, de um projeto produtivo, tendo como público os(as) jovens da agricultura familiar de 18 a 29 anos (FETRAF PR, documento da I Caravana da Agricultura Familiar, 2014, p. 2).

Verifica-se que a juventude do campo pauta questões estruturais, como o acesso à terra e está preocupada com a infraestrutura para produzir. Mas apontam reivindicações além do aspecto produtivo e econômico, como: acesso a internet, políticas de incentivo a cultura, educação e lazer. A luta por uma educação no e do campo é uma das principais bandeiras que precisam ser defendidas, tendo em vista que o fechamento de escolas no campo é crime, mas que tem ocorrido de maneira acelerada nas últimas décadas e é um dos fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural. A disputa dessa e outras políticas ocorre de maneira direta com o sistema do agronegócio, que por sinal ocupa seu espaço e se fortaleceu nos últimos anos. Apesar de o Governo Federal ter característica popular, o setor do agronegócio “tem nadado de braçada”, conforme afirmou Marcos Rochinski em discurso durante o V Congresso da FETRAF Sul (2016). Segundo ele:

Está clara a disputa que temos que enfrentar. Enquanto temos um MDA enfraquecido, que por pouco não foi extinto, se manteve graças à pressão das organizações sociais, do outro lado, temos um MAPA muito forte e que

²⁰ CONTAG. Plenária avalia ações e atualiza o plano de lutas da CONTAG. Jornal da COOPERHAF. Disponível em: <<http://www.cooperhaf.org.br/institucional>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

se diz a salvação do país para sair da crise. Temos a tarefa de bater forte no centro do governo, mostrar a importância de nossa categoria e garantir o avanço de novas políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar (ROCHINSKI, discurso V Congresso FETRAF SUL, 2016).

São dois projetos diferentes para o campo e a disputa passa primeiramente pelo sistema político. Considerando que a agricultura familiar dispõe de menor representação no Congresso Nacional, o diferencial passa a ser a organização e pressão popular, característica histórica do movimento sindical em que muitas das conquistas já alcançadas passaram pela organização e luta.

A FETRAF em conjunto com a CUT deverá canalizar essas lutas. Aos sindicatos de base, neste caso, o STR de Francisco Beltrão, caberá organizar seus associados, fazer a formação esclarecendo a disputa que está em jogo e através de mobilizações resistirem na luta garantindo a existência da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o STR de Francisco Beltrão, considerando desde sua criação (1963) até hoje (2016), passou por diferentes fases, em que, ora priorizou a organização da classe e ora priorizou a prestação de serviços.

Do período de sua criação até o final da década de 1970, quando ocorreram as oposições, não foi possível identificar um trabalho da direção em que priorizasse a organização dos agricultores para lutar por direitos, a preocupação principal era criar o maior número de serviços assistenciais possíveis aos associados. Vale lembrar que nesse período houve o Golpe Militar (1964), o qual cooptou inúmeras lideranças. Verifica-se que em 1971 o STR firmou o convênio do FUNRURAL com o governo federal e pode-se afirmar que nesse período evidenciou-se o atrelamento do sindicato ao Estado, cumprindo o legalismo, prestação de serviços e cobrança do imposto sindical. Para sindicatos com essas características, Coletti (1996) chamou de sindicatos “pelegos”.

Assim era chamado o STR de Francisco Beltrão, pelo grupo de oposição que disputou a eleição em 1975, mas perdeu. Na eleição seguinte, em 1978, a oposição venceu e passou a priorizar a organização dos agricultores e luta por direitos. Não deixou de fazer a prestação de serviços, mas diminuiu o número de serviços ofertados. Essa decisão da direção não foi bem aceita pelos associados e teve uma queda drástica no quadro social, chegando ao início da década de 1990 com uma perda de aproximadamente 80%, comparada com as décadas de 1960 e 1970. Embora tenha perdido muitos associados nesse período, a direção do sindicato realizou durante a década de 1980, em parceria com a Igreja Católica e ASSESOAR, um trabalho organizativo com os agricultores na luta por: terra, crédito e melhor preço para a produção de suínos. Além dessas lutas específicas da agricultura, o sindicato fez parte da luta articulada pela CUT em defesa de uma Constituinte (1986 - 1988) que garantisse os direitos dos trabalhadores. A década de 1980 marcou também a organização das mulheres agricultoras e o sindicato de Francisco Beltrão priorizou esse trabalho, consolidando com a eleição de uma mulher presidente no início da década de 1990. Para os diretores sindicais, a década de 1990 foi de “colheitas”. Além da valorização da mulher na sociedade, os

agricultores passaram a ter direito a previdência e ao crédito para a pequena produção.

O STR de Francisco Beltrão se destacou na organização da nova estrutura do “novo sindicalismo” no campo (FETRAF), onde permanece filiado até a atualidade. Segue a política da não cobrança do imposto sindical, um dos princípios defendidos pelos rurais da CUT e adotado pela FETRAF. A clareza dessa proposta é evidente nas afirmações dos(as) ex-diretores(as) que acompanharam as discussões durante as oposições sindicais. Entretanto, os(as) diretores(as) atuais não apresentam unanimidade nas respostas, sendo que apenas 50% são contrários e os outros 50% não tem clareza sobre o assunto. Isso demonstra a fragilidade na formação com novos quadros que assumem a direção, essa reponsabilidade pode ser repassada ao sindicato, bem como a FETRAF. Essa constatação leva a entender que, se não há clareza por parte dos(as) diretores(as), certamente o quadro social deve estar carente de formação política.

Verifica-se que a maioria da direção continua labutando na agricultura familiar, principalmente os(as) diretores(as) liberados(as). Nesse ponto de vista, não há um forte distanciamento com a “base”. No entanto, o que está faltando mesmo é o contato mais direto, constante, junto às comunidades rurais. Observa-se nos depoimentos dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) a falta de reuniões nas comunidades, a maioria afirma que o sindicato faz reunião uma vez ao ano e sentem a falta de um processo formativo.

Historicamente as formações não garantiram o aumento no número de associados, provocaram até o efeito inverso. Mas há a necessidade urgente de retomar a formação com o quadro social, se não for possível fazer com os 600 associados, que se faça com parte desses, pois serão os sujeitos que contribuirão nos futuros enfrentamentos. Os agricultores familiares que estão inseridos na lógica do agronegócio estão com uma visão imediatista e terão dificuldades de participar de um processo de formação que trate de questões coletivas e de classe. Sugere-se retomar os grupos de formação, com aqueles sujeitos que preservam o espírito da coletividade, reciprocidade, características do segmento da agricultura familiar camponesa.

Quanto à prestação de serviços no interior do sindicato, é um assunto que precisa ser rediscutido e repensado, tendo em vista que atualmente a arrecadação

financeira do sindicato depende de 40% dos serviços prestados, sendo que, 20% são realizados para pessoas não sócias. É um número alto e coloca em risco o fato de o sindicato ser confundido com um escritório, em que se paga para ter um serviço.

As parcerias efetuadas, na esfera municipal, estadual e federal são importantes para trazer benefícios aos associados como, por exemplo, o projeto de ervas medicinais desenvolvido pelas mulheres e o PNHR que possibilita o acesso à moradia digna pelos agricultores. Por outro lado, as parcerias por vezes travam lutas maiores e impossibilitam o enfrentamento por políticas estruturantes a classe trabalhadora.

É possível identificar a partir dos depoimentos dos(as) diretores(as) sindicais, que nesse século XXI, após eleição dos governos do PT, considerado governo popular, houve acomodação dos dirigentes e também dos agricultores. Houve avanço em políticas sociais, mas não avançou em reformas estruturantes, como: agrária, tributária e política. Os depoimentos dos agricultores apontam que estão reféns das atividades que garantem sua renda, como a atividade do leite e avicultura. Mencionam que há falta de mão de obra para desenvolver as atividades na propriedade e alegam que este é um dos motivos que impede a participação nas mobilizações.

Em 2008 o sistema capitalista entrou em crise e desde então, a elite avançou sobre os direitos dos trabalhadores. A partir dos depoimentos dos(as) diretores(as), verifica-se que possuem essa concepção e afirmam que há urgência em mobilizar para resistir à pressão. Admitem que nos últimos anos o STR de Francisco Beltrão deixou de fazer formação política, o que pode prejudicar as futuras mobilizações.

A pesquisa não se esgota, assim como a luta de classes continua e se acirra quando há crises do capitalismo, provocando conflitos. Cabe ao sindicato e a FETRAF, em meio a este movimento, o desafio de serem protagonistas na organização da sua classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro Campinas: Unicamp, 1992.

AGÊNCIA BRASIL. EBC. 2009. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-03-14/contag-se-desfilia-da-cut-mas-promete-continuar-debatendo-com-central-sindical>> Acesso em: 17 fev. 2016.

AGÊNCIA BRASIL. EBC. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL. Disponível em: <http://images.slideplayer.com.br/2/362267/slides/slide_5.jpg>. Acesso em: 24 mar. 2016.

AGROTEC. 2014. Disponível em: <<http://www.agrotec.pt/noticias/industria-alimentar-10-empresas-que-controlam-quase-tudo-o-que-comemos/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O avesso do trabalho**. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ASSESOAR. 1966. Disponível em: <http://assesoar.org.br/?page_id=25> Acesso em: 13 fev. 2016.

BOTTOMORE, Tom. (Ed.) **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Organização da edição Brasileira Antônio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BRASIL. Lei Federal Nº 11.326. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 17 jun. 2016.

BRASIL. Lei complementar nº 11, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm> Acesso em: 16 fev. 2016.

BRASIL. Lei de terras nº 601 de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 27 fev. 2016.

CALLEGARI, R. **“Por que pelo certo mesmo não é invadir”** – ocupação e resistência camponesa em Marmeleiro/PR (1979-1999). Grupos de Estudos de Política da América Latina – GEPAL. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. De 10 a 13 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_ricardo_GI.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CARTA CAPITAL. Latifúndio. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

COLETTI, C. **A Estrutura Sindical no Campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. São Paulo, Unicamp, 1996.

CONTAG. Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. **Fortalecendo o Movimento Sindical para Melhorar a Qualidade de Vida no Campo**. Brasília-DF, 2013.

CONTAG. Ano XI, nº 129, dez. 2015.

CONTAG. Disponível em: <<http://contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CONTAG. Plenária avalia ações e atualiza o plano de lutas da CONTAG. Jornal da COOPERHAF. Disponível em: <<http://www.cooperhaf.org.br/institucional>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

COSTA, F. N. da. **Brasil: Celeiro Agrícola do Mundo**. 2010. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2010/06/23/brasil-celeiro-agricola-do-mundo/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

CUT. **Estatuto da Central Única dos Trabalhadores**. São Paulo, 2014.

CUT PR. **Texto base da direção da Central Única dos Trabalhadores**. 13º CECUT. Educação Trabalho e Democracia. 2015, p. 41.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel – PR, Edunioeste, 2003.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo – SP, outras Expressões, 1ª edição, 2014.

FAVARETO, A. **Agricultores, trabalhadores**: Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. São Paulo: RBCS. V. 21. n. 62, outubro 2006.

FERNANDES, B. M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social**: novas configurações do campo brasileiro. Presidente Prudente. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 11-27, Universidade Estadual de São Paulo, jan/jun 2003.

FETAEP. Disponível em: <http://www.fetaep.org.br/?pg=ler_noticia&id=551>. Acesso em: 11 fev. 2016.

FETRAF BRASIL. **Construindo um sindicalismo forte e de luta**. Brasília/DF, outubro 2014.

FETRAF PR. Documento do Congresso Estadual da Agricultura Familiar do Paraná. **Consolidando o sindicalismo da agricultura familiar**. Francisco Beltrão, 2013.

FETRAF PR. **I Caravana da Agricultura Familiar do Paraná**: Pela valorização da juventude. Candói – PR, 2014.

FETRAF-SUL/CUT. **Agricultura Familiar e organização social**. Unidade I. Projeto Terra Solidária, Chapecó-SC, 2006.

FETRAF-SUL/CUT. Documento Base do Terceiro Congresso da FETRAF - SUL/CUT. **Agricultura Familiar: Alimento e Vida para o Brasil**. Erechim, março 2010.

FETRAF BRASIL/CUT. **Direção da CONTRAF/BRASIL é eleita na noite desta terça-feira**. 2016. Disponível em: <<http://www.fetrafr.org.br/destaques/985/direcao-da-contraf-brasil-e-eleita-na-noite-desta-terca-feira>>. Acesso em: 18 de jun. 2016.

FORO, C. In: CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/assalariados-rurais-fundam-confederacao-com-apoio-da-cut-5ae8/>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 2 ed. 1972.

IBGE. **A concentração de terra**. Disponível em: <<http://www.focabrasil.com.br/imagens/arefagraria5.jpg>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

IBGE. **Esperanças de vida ao nascer**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/esperancas-de-vida-aonascer.html?tmpl=component&print=1&page=>>. Acesso em: 16 de jun. 2016.

IBRAHIM, J. **Perspectivas do novo sindicalismo**. São Paulo, Edições Loyola – CEDAC, 1980.

IPARDES. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85600>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

IPARDES. **Os vários Paranás**. Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades. 2009. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidade%20e%20diversidades.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

LIMA, L. P. M. de. **A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988**. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Seven/Downloads/atuacao_esquerda_luziano.pdf> Acesso em: 18 fev. 2016.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Terra e poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis, RJ, Editora vozes, 1984.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes. 2 ed., 1983.

MATOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 1 ed. 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Contribuição sindical rural**. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Brasília – DF, 1979.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: UNESP, v.2, 2009b.

PINTO, I. C. de M. **Mudanças nas políticas públicas**: a perspectiva do ciclo de política. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Seven/Downloads/Artigo_2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

PIRIN, L. **Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão – PR**. Universidade Estadual de Londrina, 2006. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/Pirin_Lizandra_Me_2006.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO. Disponível em: <<http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PRIORI, A. et. al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX (online). Maringá: Eduem, 2012. A Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Pp. 143 – 158. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-12.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

RICCI, R. A Maior Estrutura Sindical do Brasil: Papel do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Pós-64. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: UNESP, v.2, 2009b.

RODRIGUES, A. S. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção.** Curitiba, 2004.

RODRIGUES, L. M. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 38-65. ISBN: 978-85-7982-026-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 12 fev. 2016

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Schwarcz Ltda. 2000.

SILVA, O. H. da. **A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná.** Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, O. H. da. A Gênese do Sindicalismo Rural no Paraná: Reflexões sobre as Carreiras de Dirigentes. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.** São Paulo: UNESP, v. 1, SP, 2009a.

SILVA, R. N. B. da. A agricultura para o capital: Uma perspectiva histórica da relação Estado-Capital e teoria do desenvolvimento agrícola. In: NUNES, S. P. (Org.). **Agroecologia: uma abordagem crítica.** Ijuí: Unijuí, 2014.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, Sociologias, jul/dez 2006.

STR. Assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 1963. Francisco Beltrão. Ata n.1, p.1.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 1963/1964. Francisco Beltrão. Atas n. 5, p. 5; n. 11, p. 11; n. 12, p.12.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1964, 1965 e 1968. Atas n. 20, p. 20; n. 32, p. 32; n. 60, p. 60.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 1964/1965. Francisco Beltrão. Atas n. 20, p.15; n. 24, p. 17.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 1966a. Francisco Beltrão. Atas n. 34, n. 35, n. 36, n. 38. p. 34; 38.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão.1966b. Ata n. 44, p. 44.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1967. Francisco Beltrão. Ata n. 50. p. 50.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1968. Francisco Beltrão. Atas n. 61, p. 61; n. 62, p. 62.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1971. Francisco Beltrão. Ata n. 89; p. 89.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1978. Francisco Beltrão. Ata n. 1. p. 1.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1979a. Francisco Beltrão. Ata n. 9, p. 9.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1979b. Francisco Beltrão. Ata n. 11. p. 11.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1984. Francisco Beltrão. Ata n. 24. p. 24, 26.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1985. Francisco Beltrão. Ata n. 35. p. 30, 31.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1986. Francisco Beltrão. Ata n. 35. p. 32, 33, 40, 41.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1989. Francisco Beltrão. Ata n. 41. p. 48.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1990. Francisco Beltrão. Ata n. 47. p. 54, 55.

STR. Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Beltrão. 1994. Francisco Beltrão. Ata n. 52. p. 66, 67.

VALENCIANO, R. C. **A Participação da mulher na luta pela terra**: discutindo relações de classe e gênero. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

VIOLA, E.; MAINWARING, S. Novos movimentos sociais. Cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SHERER-WARREN, S.; KRISCHKE, P. J. (Org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEDIG, J. C.; MENASCHE, R. Práticas Alimentares entre Camponeses: Expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. (Org.) **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

WELCH, C. A. **Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964**: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Londrina, Lutas & Resistências, v.1, p. 60-75, set. 2006.

YOUNG, I. M. **Representação política, identidades e minorias**. São Paulo: Lua Nova. 67: 139 – 190, 2006.

ZONA LIVRE DE OGM. Disponível em:
<<http://zonalivredeogm.blogspot.com.br/2010/10/como-o-mercado-das-sementes-e.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Entrevistas

Diretores:

CELUPI, Daniela. Ex-presidente e diretora atual, STR de Francisco Beltrão
DOBNER, Everton L. Secretário atual, STR Francisco Beltrão
FORLIN, Circe Rodrigues P. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão
GARBOSSA, Romildo. Conselheiro fiscal atual, STR Francisco Beltrão
KOWALD, Diego. Tesoureiro FETRAF PR
MEURER, Daniel. Primeiro diretor pres. da ASSESOAR
PIRIN, Luiz. Diretor atual, STR Francisco Beltrão
POSSAMAI, Zelide C. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão
RAFAGNIN, Justino. Ex-diretor, STR Francisco Beltrão
RAFAGNIN, Luciana G. Ex-diretora, STR Francisco Beltrão
RIBEIRO, Izidorio Rodrigues. Tesoureiro atual, STR Francisco Beltrão
SPESSATO, Harley. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão
STEIMBACH, Cristiele Parizotto. Presidente atual, STR Francisco Beltrão
SUKENSKE, Terezinha. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão

Agricultores (as):

GARBOSSA, Ignácio. Agricultor
GASPAR, Maria. Agricultora
HELMANN, Ricardo Lúcio. Agricultor.
HERMANN, Helena de Sousa. Agricultora
JUNKS, José Ambrósio. Agricultor
MONTEMEZZO, Ivo José. Agricultor

Discursos de dirigentes:

OLIBONI, Neveraldo da Silva. Coordenador estadual da FETRAF PR
ROCHINSKI, Marcos. Coordenador nacional da FETRAF BRASIL
TORTELLI, Altemir. Primeiro coordenador da FETRAF SUL (2001) e atualmente deputado estadual do Rio Grande do Sul (PT) (2016)

ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado aos agricultores familiares

Identificação

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Tempo de associado no sindicato:

Associado em outra organização?

Distância da cidade:

Atividade que desenvolve na propriedade:

Área:

Tipo de propriedade da terra (posseiro, arrendatário, meeiro, proprietário, assentado):

Para que serve o sindicato?

Participou de mobilizações? Se sim, quais e quantas?

Quantas vezes por ano o sindicato faz reuniões em sua comunidade?

Você participa das AGO's. AGE's, reuniões na comunidade, grupo de organização?

Com que frequência procura/visita o sindicato?

Quantas vezes "ocupou" o Sindicato?

O que você espera do sindicato?

ANEXO B – Questionário aplicado aos dirigentes sindicais

Identificação

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Tempo de militância no movimento sindical:

Envolvimento com outros movimentos do campo: () Sim () Não

Tempo que está no cargo de diretor sindical:

Atividade que desenvolve na propriedade:

Bloco 1- Estrutura Sindical

Quantas mobilizações o Sindicato realizou nos últimos 02 anos (2014/2015)?

Local das mobilizações?

Que Lutas o Sindicato organizou nestes últimos 02 anos?

Qual a periodicidade de reuniões nas comunidades rurais?

Qual o percentual de associados que participam das AGO's, AGE's e Eleições sindicais?

Existem trabalhos de organização das mulheres, jovens, idosos, feirantes? Se sim, quais?

Quando e por que o associado procura o sindicato?

Qual a principal fonte de arrecadação do sindicato?

Qual a principal dificuldade para mobilizar os agricultores?

Você é a favor do imposto sindical?

Que tipo de serviço o sindicato oferece para os associados?

Você é a favor do Sindicato prestar serviços aos associados?

O Sindicato atua junto a essa categoria?

Existe diferença entre agricultura familiar e camponesa?

Você é a favor da dissociação de base?

Existem/existiram conflitos entre base e direção?

Como é feita a eleição?

Bloco 2 – Proposições

Quais as principais bandeiras de lutas da agricultura familiar que você identifica para os próximos anos?

O que diferencia a FETRAF PR da FETAEP/CONTAG?

Quais os principais pontos fortes e fracos do Sindicato?

Você acha que o Sindicato é combativo e de luta?

Que projeção você faz para o futuro do Sindicalismo da agricultura familiar?